CZ$ 2,00

Alto Madeira

ANO LXIX Nº 18.997 — Porto Velho, quinta-feira, 24 de julho de 1986 — FUNDADO EM 15 DE ABRIL DE 1917

TJ abre inscrições para juiz no Estado

Página 4 do 1º Cad.

BRUXA SOLTA EM ROLIM

Dois mortos na briga entre policiais

O ex-policial Zauri Benneti foi assassinado ontem por policiais militares de Rolim de Moura, depois de ter matado um membro da corporação. A morte de Zauri ocorreu no interior da Delegacia de Rolim (os PM's estavam mascarados), que era guarnecida por policiais militares, diante do linchamento, ontem, de um estuprador de menores. Com esses crimes, eleva-se para três o número de mortos nos últimos dois dias naquele município.

Polícia na página 5 do 1º Cad.



Carros poderão ter aumento de até 40 %

O secretário adjunto da Seap (Secretaria Especial de Abastecimento e Preços) para preços industriais, Abade Teixeira, informou que até o final deste mês serão divulgados os preços dos automóveis modelo 1987. Segundo ele, as indústrias estão solicitando reajustes de até 40 por cento, levando-se em conta as alterações introduzidas e que representaram aumento de custos.

PFL atropela Odacir e lança Bianco a Governador do Estado

O deputado estadual José de Abreu Bianco será o candidato do Partido da Frente Liberal ao Governo do Estado. A decisão foi tomada ontem pela cúpula do partido no Estado, que alijou, assim, o Senador Odacir Soares, que era considerado o virtual candidato. Bianco terá como companheiro de chapa o deputado federal Leônidas Rachid. Ao comentar a decisão, Odacir afirmou: "estou sendo atropelado pela cúpula do PFL". E ironizou dizendo que "lamentavelmente, os dois (Bianco e Rachid) vão ficar sem mandato".

Página 3 do 1º cad.



O Presidente José Sarney voltou a usar o rádio e a televisão, desta vez para anunciar o novo Plano de Metas do Governo, que prevê empréstimos compulsórios por parte da população, visando, segundo ele, "erradicar definitivamente a pobreza do País".

Plano de Metas acabará com a miséria, afirma Sayad

Brasília (EBN) - "O Plano de Metas permitirá resolver de uma vez por todas, junto com o crescimento, os problemas causados pela miséria no Brasil". Com esta declaração, o ministro do Planejamento João Sayad explicou a série de medidas econômicas baixadas através de decretos-leis aprovados pelo Conselho Monetário Nacional.

Para financiar o Plano de Metas, foram estabelecidos empréstimos compulsórios sobre passagens aéreas internacionais, compra de dólares, gasolina, álcool e automóveis fabricados depois de 1982.

- No passado - disse o ministro Sayad - os programas e investimentos do Governo eram financiados ou pela inflação, ou pela dívida externa ou pelo arrocho salarial. Neste momento o presidente Sarney apresenta medidas de empréstimos sobre consumos que podem ser evitados e não se refletirão no custo de vida nem no processo inflacionário.

Os empréstimos compulsórios sobre a gasolina e álcool serão de 28%, sobre o preço do litro destes produtos na bomba. Quanto aos empréstimos sobre automóveis, o Governo fez uma escala, explicou o ministro do Planejamento. Carros do ano terão um empréstimo de 30% sobre o preço de venda. Carros com data entre de zero, ou seja, de 1984 até 1985, terão um empréstimo de 20% sobre o preço de venda. Já os carros com até quatro anos de uso (82 e 1983) terão empréstimos compulsórios de 10% sobre preço de venda. Todos esses empréstimos serão devolvidos ao consumidor dentro de três anos.

No caso dos combustíveis - álcool e gasolina - a devolução será pela média. O Governo dividirá a quantia arrecadada pelo número de automóveis. Segundo explicou o ministro Dilson Funaro, o consumidor que se achar prejudicado no final destes três anos, poderá reclamar na Justiça. Em um ano, o Governo pretende arrecadar 133 bilhões de cruzados.

Quanto aos aumentos de 25% nas passagens aéreas internacionais e na compra de dólares, não haverá retorno, explicou o ministro Funaro. "Este é definitivo, não é empréstimo - disse o ministro da Fazenda. O dinheiro arrecadado vai direto para o Banco Central e depois transferido para o Fundo Nacional de Desenvolvimento, que financiará as obras sociais do Plano de Metas".

Sobre as implicações políticas das medidas, o ministro Funaro afirmou que a questão do momento "é saber para onde vai o Brasil". Tomar providências no momento exato é muito mais sério do que deixar para depois das eleições", afirmou.

Para o ministro João Sayad, com essas medidas, o Governo Sarney provou que "não tem medo da Democracia. Tenho certeza que a população brasileira vai entender as medidas. Se não tomássemos as medidas agora, não estaríamos protegendo a Democracia e sim a demagogia".

Páginas 5, 6 e 7 do 1º Caderno

Cruzado continua

O presidente do Senado Federal, José Fragelli, ao sair do Gabinete do presidente José Sarney, afirmou que o Plano Cruzado "foi e continua sendo extremamente popular". Ele disse que conversou "informalmente" sobre o assunto com o presidente.

Já o secretário de Imprensa e Divulgação da Presidência, Fernando César Mesquita, afirmou logo em seguida que o Governo não está preocupado com as eleições, de novembro mas "com o interesse nacional". E explicou: "O Governo não está preocupado em atender ou desatender grupo A ou B, porque o Governo está interessado em atender o interesse nacional, e ninguém melhor do que o presidente Sarney para saber o que interessa ao país".

O porta-voz também questiona [illegible] que o Plano Cruzado foi um plano [illegible] e "será mantido, principalmente no que diz respeito ao congelamento de preços". Ao completar a entrevista, Fernando César Mesquita afirmou que "o resto é conversa fiada".

Aplausos do povo

O presidente da Câmara dos Deputados e do PMDB, Ulysses Guimarães, garantiu ontem que a população aplaudirá "entusiasticamente" as medidas que o presidente José Sarney anunciou ontem à noite, a toda a Nação, e assegurou que não haverá "qualquer quebra do congelamento".

O deputado Ulysses Guimarães afirmou que o presidente Sarney, em conversas informalmente com ele, se mostrou preocupado com a falta de carne, leite e carros, que está afetando o abastecimento, e lhe confirmou a convicção de que o Plano Cruzado não sofrerá qualquer tipo de recuo.

- Estamos tendo um desaquecimento da demanda - disse Ulysses ter ouvido de Sarney. O presidente do PMDB afirmou que não está preocupado pelo presidente não ter ouvido antes os políticos do partido, explicando que "os ministros e os assessores são do PMDB".

A queda do avião

Em virtude do mau tempo, as buscas ao avião da ABC Táxi Aéreo, desaparecido desde a manhã de ontem, prosseguem por terra, na Zona da Mata (MG), onde 20 viaturas da Furnas [illegible] percorrendo toda a Serra da Brigadeiro, perto da Cidade de Ervália.

O avião Seneca foi fretado pela Furnas para levar três funcionários à cidade de Muriaé, decolando do aeroporto de Belo Horizonte por volta das sete horas. A viagem teria a duração de 40 minutos. Estavam no avião o engenheiro agrônomo Reinaldo Moreira Machado, o chefe do departamento pessoal de Furnas, João Dias de Carvalho e o chefe da seção de benefícios, Milton Gabriel, além do piloto Norberto Peruzzi e o co-piloto Wandemar Antônio Evangelino dos Santos.

Grande susto

Os 117 passageiros do Boeing 727 da Varig, prefixo PP-VLR, [illegible] depois que o avião, decolou do [illegible] do Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, em direção ao Rio de Janeiro. Após 25 minutos de viagem, o comandante anunciou o retorno do vôo, explicando que o calibre do [illegible] completa desqualificação. Como estava com sua lotação máxima e com [illegible], o Boeing ficou sobrevoando o aeroporto Salgado Filho até que baixasse o peso, por volta de 14h30min.

José Britto, que estava no avião, disse que não [illegible] ocorrido entre os passageiros.

Morimotto diz que Orestes não tem apoio das bases

Enquanto o Chefe da Casa Civil do Governo, Ayres do Amaral, afirmava não acreditar que o ex-deputado Antonio Morimoto viesse a concorrer com uma chapa paralela na convenção do PMDB (ele é candidato a candidato a vice-governador), o próprio Morimoto afirmava que isso ocorreria, ao tempo em que dizia que "Orestes Muniz pode ter a preferência de Jerônimo, mas não tem o apoio das bases". Segundo ele, nenhuma consulta às bases foi feita para garantir essa simpatia.

Página 3 do 1º cad.

Manifestações lembram assassinato do padre

Várias manifestações populares estão previstas para hoje, em Cacoal e outros municípios do Estado, para lembrar o assassinato do Padre Ezequiel Ramin por pistoleiros da Fazenda Catuva, na divisa de Rondônia com o Mato Grosso. Ontem, ao fazer uma avaliação da Nova República, o deputado estadual Clóver Mota, do Partido dos Trabalhadores, lembrou que 13 dirigentes de sindicatos rurais, cinco religiosos, 204 trabalhadores e dezesete índios já foram mortos, a mando de fazendeiros em conflitos de terra no País.

Página 4 do 1º cad.

TRT ultima preparativos para instalação em RO

Já estão sendo ultimados os preparativos para a instalação do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, com jurisdição nos Estados de Rondônia e Acre. Três dos quatro juízes que comporão o quadro do TRT já estão definidos. São eles: Oswaldo Moura, de Rondônia; Pedro Pereira de Oliveira, do Acre; e Eunice Botelho. O Tribunal funcionará no prédio onde atualmente está instalado o Detran, na Avenida Costa e Silva.

Página 6 do 1º Cad.

Angelin empossa o Prefeito de Alvorada

Página 3 do 1º Cad.

Origa assume hoje a Seijus

O novo Secretário de Interior e Justiça, advogado Pedro Origa Neto, será empossado no cargo às 11 horas, em substituição ao também advogado Ney Luiz de Freitas Leal.

A solenidade de posse será realizada no Salão Nobre do Palácio Presidente Vargas. Por sua vez, o Diretor Administrativo da Casa Civil, Cláudio Junqueira, teve seu nome confirmado ontem para a Secretaria de Administração, segundo uma fonte ligada ao Palácio Presidente Vargas. Junqueira era funcionário da Secretaria de Indústria e Comércio e está na Casa Civil há oito meses.

Conselho de Cultura tomba capela histórica

A Capela de Santo Antônio será mesmo tombada pelo Patrimônio Histórico de Rondônia. Resolução neste sentido foi aprovada pelo Conselho Estadual de Cultura e a capela, ao passar ao acervo, se tornará o primeiro monumento tombado na história rondoniense. O Real Forte Príncipe da Beira já havia sido tombado há muito tempo, mas a nível federal. Ao comentar o assunto, o Secretário de Cultura, Esportes e Turismo, [illegible] Centro, disse que "a obra se reveste de grande importância, já que a capela está situada nas proximidades da Cachoeira de Santo Antônio, onde se formaram primeiras comunidades estaduais".

Página 4 do 1º Cad.

GC Planejamento e Construções ltda.
Garantimos uma grande economia

O segredo de uma obra de engenharia bem feita está no seu Planejamento. Um projeto bem preparado permite um melhor resultado, uma maior economia, uma otimização de tempo, enfim um maior lucro.

Na sua próxima obra consulte a GC PLANEJAMENTO e CONSTRUÇÕES LTDA.

Projetos de: • URBANISMO • ARQUITETURA • ESTRUTURA
• HIDRÁULICA E SANITÁRIA • ELÉTRICA PREDIAL
• ELETRIFICAÇÃO DE ALTA TENSÃO
• ELETRIFICAÇÃO RURAL

GC PLANEJAMENTO e CONSTRUÇÕES LTDA.
Porto Velho - 221-5598 Rio de Janeiro - (021) 262-6606
Av. Almirante Barroso, 91 - Gr. 403 - CEP 20031



PREOCUPAÇÕES

Pode-se dizer que a única preocupação do Governo Federal está na área do ministro Pazzianotto, tendo em vista as greves que eclodiram em São Paulo, paralisando perto de 50 mil trabalhadores. Não há dúvidas que o Governo está enfrentando uma série de acontecimentos com os quais já não contava, pois supunha ultrapassados pelo tempo. Para um bom observador, até a expressão fisionômica do ministro do Trabalho denota as preocupações que lhe causam os movimentos grevistas.

SAÚDE

O sistema de saúde no Brasil merecerá atenção especial da próxima Constituinte. Um grupo de médicos, organizadores da Conferência Nacional de Saúde realizada em Brasília, enviará um documento ao Governo com propostas para a área. Um dos médicos relata que no Brasil a incidência de tuberculosos e leprosos ainda é grande, com se estivéssemos no início do século. Para que haja uma decisão de pulso forte é necessário haver uma sensibilização para o problema. É isto os médicos esperam do Presidente Sarney, que apesar de ser um homem saudável, sem nenhum problema de saúde, tem o costume, como grande parte dos brasileiros, de tomar diariamente medicamentos.

FRAGELLI INDECISO

Consta em Brasília que o presidente do Senado, José Fragelli continua indeciso quanto à possibilidade de lançar sua candidatura à reeleição. Caso se decida a deixar a vida pública, ele passará para a história, assumindo interinamente a Presidência da República, nas viagens ao exterior que o Presidente Sarney fará. Mas há quem especule que ele acabará se candidatando por insistência da UDR, entidade a qual Fragelli defende.

SARNEY COM ALFONSIN

Será movimentada a agenda do Presidente Sarney em sua viagem à Argentina, que começa no próximo dia 28. No dia de sua chegada será recebido na Casa Rosada pelo Presidente Alfonsin e horas mais tarde abrirá as portas da Embaixada do Brasil para um almoço, que contará também com a presença do Presidente do Uruguai, Juan-Maria Sanguinetti. Dia 29 volta a encontrar-se com Alfonsin e Sanguinetti na Quinta de Olivos e no dia 30 almoça - ao lado de Alfonsin - com empresários argentinos e brasileiros na Sala Versailles do Hotel Alvear. Deverá ser nesse almoço o único discurso oficial de Sarney, que já foi cronometrado em Brasília - 25 minutos.

TRECHO HORRÍVEL

Apesar de atravessarmos período de verão quando "todo santo ajuda" no caso das ruas de Porto Velho, aquele trecho que pega ali do Posto Garcia até a entrada da rua Jatuarana que dá acesso ao Conjunto Floresta, está horrível, cheio de buracos e crateras. Aquele pedaço deu grandes dores de cabeças durante o inverno e se faz necessário que a Prefeitura o recupere. O trecho, inclusive, era asfaltado mas foi todo destruído. O trecho é pequeno, mas suporta um tráfego intenso, inclusive de veículos pesados como ônibus.

BORRACHA TERÁ APOIO E CRÉDITO

Os produtores mineiros que quiserem produzir borracha, plantando seringais, vão dispor de todo o apoio e infra-estrutura de crédito, equipamentos e tecnologia, garantiu ontem, em Belo Horizonte, o presidente da Associação Mineira da Borracha, Valdir Mafra dos Reis, ao informar que a entidade que representa está interessada em aumentar a produção nacional.

Atualmente o Brasil produz apenas 40% de suas necessidades de borracha natural (especialmente no Acre e Amazonas), importando os restantes 60% da Malásia e outros países asiáticos. Com relação à borracha sintética, a nacionalização é maior, por causa da produção do Rio de Janeiro e de Pernambuco.

EMBRATEL EM PERIGO

A perspectiva de quebra de monopólio dos serviços da Embratel começa a se tornar cada vez mais evidente. A associação entre a Viktori italiana, que no Brasil é representada pelo grupo Roberto Marinho já está acertada, assim como também já está acertado o fornecedor de equipamentos de telecomunicações. É a empresa norte americana Equatorial.

A possibilidade de quebra de monopólio preocupa o setor de informática e de telecomunicações. O assunto promete ganhar tons de discussão nacional, e até o momento não há nenhuma palavra oficial do Ministério das Comunicações.

Alto Madeira
EMPRESA ALTO MADEIRA LTDA
Fundado em 15 de abril de 1917
EURO TOURINHO
Diretor Geral
LUIZ MALHEIROS TOURINHO
Diretor Superintendente
NEUSA MALHEIROS TOURINHO COSTA
Diretora Administrativa
LÍGIA SELENE TOURINHO CARETTO
Diretora Técnica
IVAN MARROCOS FILHO
Editor Chefe
Redação: (069) 223-3037 e 221-2075
Diretoria: (069) 221-4087
Comercial: (069) 221-3141 e 221-6482
Telex: (069) 2129 JAMD
Direção - Redação e Oficinas
Av. Kennedy c/ Costa e Silva s/nº
Impresso em Offset

ASSINATURAS

Capital (Anual)	Cz$ 450,00
Interior (Anual)	Cz$ 800,00
Exemplar do dia	Cz$ 2,00
Exemplar atrasado	Cz$ 3,00

SUCURSAIS

[illegible] - Rio de Janeiro: Rua Almirante Gomes Pereira, 72 - Telefone (021) 541-6687 - CEP 22291 - Telex 021-23648. [illegible] - São Paulo, Rua Sete de Abril, 230 - 9º andar - Telefone (011) 231-1822 - CEP 01044 - Telex 011-25417. [illegible] Brasília, Ed. Acheangurra, Conj. 306, Setor Comercial Sul - Telefone (061) 223-7297. Ponto de Vista - Os artigos com assinaturas dos autores não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e, principalmente o regional, os nossos problemas.

OPINIÃO

A VIOLÊNCIA E O INSPETOR DE QUARTEIRÃO

Depois de um assalto e um linchamento, ocorridos na segunda e terça-feiras, respectivamente, Rolim de Moura foi palco, ontem ao meio-dia, de mais dois assassinatos. Pior que a violência dos atos, em si, é que os últimos fatos envolveram um ex-policial civil condenado a oito meses de detenção e policiais militares no exercício da profissão.

É polícia matando polícia, como **diz a gíria dos bandidos cariocas**. Daí a pergunta: como fica a população, se as pessoas encarregadas de garantirem sua segurança são as primeiras a se digladiarem e se matarem, muitas vezes em duelos (foi o que aconteceu em Rolim) públicos, diante da presença de populares indefesos.

Depois, a própria polícia e os organismos de segurança são contrários a que o cidadão comum se arme. Isso, na realidade, não deveria acontecer, como não acontece em países e regiões mais civilizadas, onde os organismos de segurança são realmente eficazes e capazes de garantir a paz social e a de dar verdadeira segurança ao cidadão simples.

Em Rondônia, como de resto na maior parte do Brasil, o sistema de segurança é falho e precisa sofrer modificações urgentes, principalmente no que toca à escolha dos policiais que vão às ruas para garantir a paz e a tranquilidade social. Isso em função de que, fora algumas poucas exceções, **são eles mal formados, mal instruídos, mal remunerados** e em grande parte das vezes, corruptos.

Diante de um quadro desses, qualquer secretário de Segurança pouco pode realizar no Estado. Veja-se o exemplo de Solon Michalski, que teve a cabeça cortada quando pretendia moralizar o setor. Veja-se o caso de Francisco Cruz, que está de mãos e pés atados, sem verbas e sem quaisquer estímulos.

Aliás, é hora de se voltar a defender as guardas municipais, em função principalmente de que o principal encarregado pelo policiamento ostensivo, a Polícia Militar, não tem efetivo suficiente para cobrir todo o Estado, nem recursos suficientes para aumentar seu quadro de soldados. É hora, mesmo, do inspetor de quarteirão. Do contrário, a violência **continuará campeando e ceifando a vida de inocentes.**

Até amanhã.

CARTAS

Porto Velho, 17 de julho de 1986.

Ao Sr. Diretor do Jornal "Alto Madeira"
Seção "Cartas"
Nesta

Prezado Senhor,

Solicitamos seja esta publicada no seguinte teor:

"Os aposentados pelo DNER que recebem suas míseras pensões através do BAMERINDUS, cujo pagamento é de responsabilidade do 5º BEC, vêm sofrendo duros castigos por parte daquela corporação militar, visto que até a presente data ainda não liberou para a citada agência bancária o pagamento referente ao mê de JUNHO/86, quando já se aproxima o vencimento da mensalidade de julho.

Como não sabem a quem se dirigir, visto que os aposentados pelo DNER não têm procurador, um representante, um líder, ou qualquer responsável dentro ou fora do 5º BEC, recorro a este conceituado jornal para, com vossa permissão, fazer dele o arauto daquela classe sofredora e sempre explorada, que mesmo após haver se esgotado prestando serviços a EFMM, DNER, 5º BEC e ao país, e agora aposentados, se vê presa fácil das garras dos militares do 5º BEC que faz uso a bel prazer dos miseráveis valores da aposentadoria daquela classe sofrida. Certamente que tal dinheiro está sendo utilizado para outros fins, visto que a União não atrasa com as remessas, e aos aposentados não é dada qualquer satisfação ou notícia de QUANDO serão encaminhadas ao Banco as suas parcas pensões.

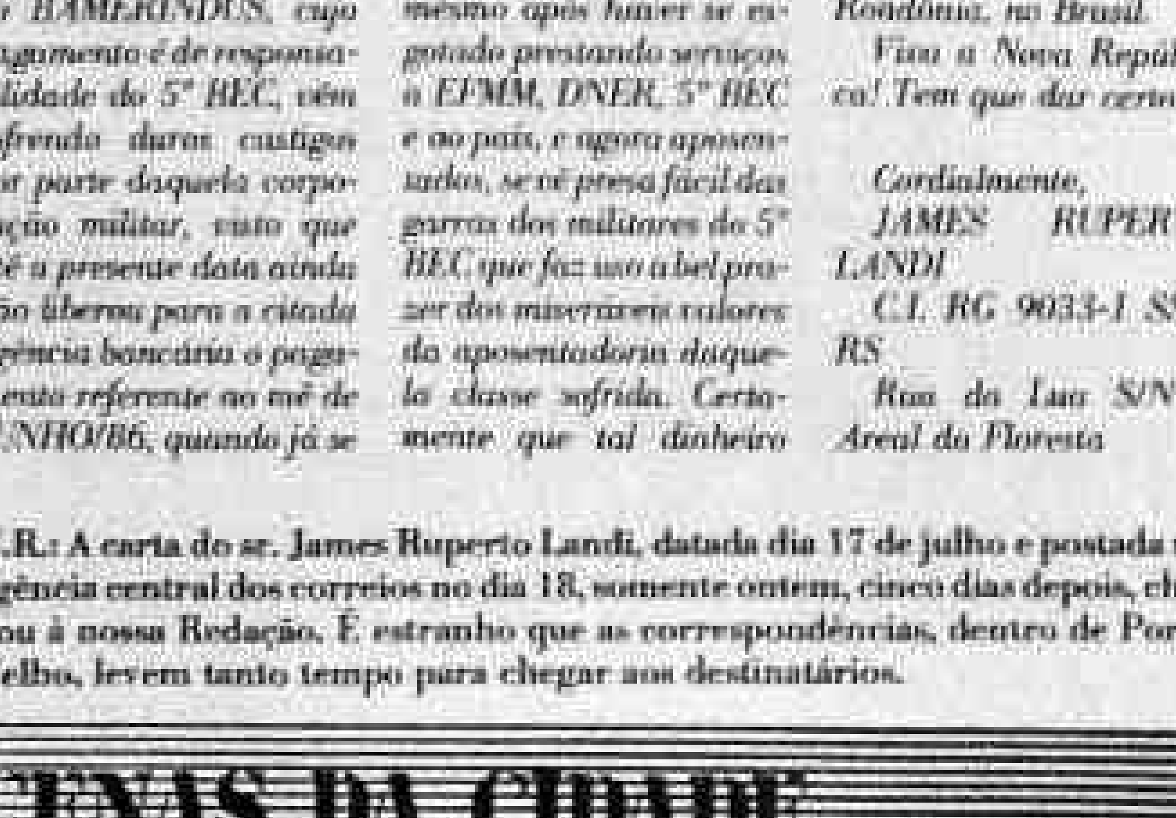
Serve esta ao menos para levar ao conhecimento do público e autoridades que lêem este importante matutino, de que tal fato vem acontecendo em Rondônia, no Brasil.

Viva a Nova República! Tem que dar certo.

Cordialmente,
JAMES RUPERTO LANDI
C.I. RG 9033-1 SSP-RS
Rua da Luz S/Nº - Areal da Floresta

N.R.: A carta do sr. James Ruperto Landi, datada dia 17 de julho e postada na agência central dos correios no dia 18, somente ontem, cinco dias depois, chegou à nossa Redação. É estranho que as correspondências, dentro de Porto Velho, levem tanto tempo para chegar aos destinatários.

CENAS DA CIDADE



A irresponsabilidade de motoristas continua a provocar acidentes no trânsito portovelhense. Felizmente a gravidade nem sempre é uma constante, mas ainda assim causam transtorno no tráfego que precisa ser descartado, para que as autoridades periciais possam desenvolver seu trabalho.

No foto, o acidente sem gravidade para os ocupantes dos veículos foi causado pelo motorista do Gol, placa AC 0200 de Porto Velho, que bateu no Fusca placa JR-7211, de Goiânia, quando o primeiro saiu do recolhimento da avenida Pinheiro Machado, esquina com José Bonifácio, partindo para o esquerda sem verificar a proximidade de outro veículo ou dar sinal com o pisca-pisca.

Detalhes do Cotidiano

VOLTANDO ATRÁS

O vereador José Guedes, que se projetou no cenário político quando propôs, brilhantemente, em razão da Aliança Democrática, a Prefeitura da Capital, preparando a meteórica passagem do sr. Jerônimo Santana no mesmo cargo, voltou atrás em sua opinião a respeito da "taxa de inscrição" que o PMDB resolveu cobrar aos candidatos a candidatos aos cargos eletivos. Essa taxa, segundo foi propalada aos quatro ventos, com aceitação de alguns e repúdio da maioria dos peemedebistas, variava de Cz$ 5 mil para os que pretendessem disputar mandatos de deputados estaduais até Cz$ 80 mil para os candidatos a candidatos ao Governo do Estado. O próprio vereador José Guedes foi um dos primeiros a defender essa tabela, que no seu entender da época seria a fórmula ideal para frear os ímpetos eletivos dos muitos candidatos a candidatos, sob a alegação de que quem não possuía numerário para cumprir a exigência, não teria condições financeiras de bancar uma campanha eleitoral.

Soou mal essa discriminação aos antigos e autênticos peemedebistas, que viram nisso um favoritismo aos novos elementos oriundos de outros partidos, a maioria composta de fisiologistas. As reclamações começaram a surgir e houve quem, como o cel. Carlos Godoy, verberou de público a criação da caixinha dando seguimento ao pensamento da maioria dos candidatos a candidatos pelo PMDB. Talvez daí, melhor analisada a questão, a proposta de suspensão da cobrança dessa taxa de inscrição encaminhada pelo vereador José Guedes ao presidente da Comissão Regional.

Dizem que palavra de rei não volta atrás. Mas o vereador, por não ser nenhum rei, modificou seu pensamento e, como secretário regional do PMDB, encaminhou requerimento ao presidente da comissão no sentido de que fosse suspensa a cobrança de taxas de inscrição dos candidatos a candidatos a postos eletivos nas eleições de 15 de novembro, sugerindo a devolução do que já havia sido recolhido aos cofres do Partido. A realidade fez com que o vereador Guedes, hoje candidato a candidato à deputação federal, modificasse o seu ponto de vista inicial e, num gesto de bom senso, passasse a defender a tese de que seus companheiros de baixo e médio poder econômico, principal base de sustentação política, fossem injustiçados por uma medida levando-lhes as pretensões eletivas, já que soube que alguns desses companheiros estavam fazendo empréstimos para pagar a tal taxa de inscrição, que de acordo com a ideia inicial, não seria devolvida ao candidato que não tivesse seu nome aprovado na Convenção.

Só faltou dizer (mas se não disse deve ter pensado) que essa taxa se não incomodasse os que já têm cadeira cativa, como ele, no esquema já definido pela cúpula partidária. De qualquer forma, a iniciativa vale pela prudência, e bom senso, o que por sinal não foi o apanágio de sua administração como Prefeito temporário do Município de Porto Velho.

Resta saber, agora, se a proposição será acolhida pela comissão regional do PMDB.

BOM DESEMPENHO

Por falar em bom senso e na Prefeitura da Capital, faz-se preciso reconhecer o bom desempenho que o Prefeito Tomás Correia vem cumprindo à frente da municipalidade e a humildade com que sabe reconhecer os erros que lhe escapam ao controle. Sem o alarde demagógico e o carisma de seus antecessores partidários, o sr. Tomás Correia vem realizando uma administração senão dinâmica, pelas dificuldades financeiras, eficiente, dentro de um cronograma de trabalho paulatino mas ininterrupto. Aos poucos vai cumprindo suas metas, com obras úteis e, o que é significativo, recuperando o asfaltamento a frio ou de fancaria realizado com intuito puramente eleitoreiro da administração José Guedes.

Sem a tarimba exigida de um grande administrador, o prefeito Tomás Correia está procurando sanar essa deficiência com a dinâmica de ações e boa vontade em cumprir a missão que lhe coube com a renúncia do sr. Jerônimo Santana. E o faz sem o alarde demagógico dos políticos profissionais e sem desvincular-se dos compromissos partidários, sem relegar a plano secundário os interesses da comunidade.

Ainda é cedo, naturalmente, para se ajuizar convenientemente a administração Tomás Correia. Esse preâmbulo que faço desse pouco tempo de atuação é como que um incentivo merecido. Se muito não foi realizado, o trabalho que a administração Tomás Correia vem apresentando assume aspecto positivo, porque demonstra o esforço com que o chefe do executivo municipal vem enfrentando as dificuldades dos múltiplos problemas que precisam ser dirimidos, além de comprovar a assertiva de que não é só com muito dinheiro que se governa, valendo mais a iniciativa e a vontade férrea de realizar algo de produtivo em favor da comunidade, pois como dizia um dos mais eficientes governadores do Amazonas - Eduardo Ribeiro - [illegible] governar.

Oxalá o prefeito Tomás Correia não se deixe [illegible] para o futuro, do colunista mudar de opinião a seu respeito. É o que deseja, em nome da comunidade portovelhense.

PFL MUDA E DISPUTA GOVERNO COM BIANCO



Carlos Mangabeira, diretor da Sucam em Brasília (de paletó) esteve com Angelin

Sucam lança "Projeto Impacto" para acabar com malária no Estado

Uma equipe de sanitaristas da Sucam encontra-se reunida desde 14 até sábado, desenvolvendo um trabalho de supervisão na Sucam Regional, tendo como objetivo principal a elaboração de um plano de combate à malária.

Na tarde de ontem, Carlos Mangabeira, diretor da Divisão de Malária; o assessor Francisco de Paula e o diretor Regional da Sucam-RO, Bosco Pereira, fizeram uma visita de cortesia ao governador Ângelo Angelin no Palácio Presidente Vargas, para agradecer os incentivos que o Governo tem dado à Sucam, como também apresentar o "Plano Impacto".

O trabalho da equipe concerne em identificar as áreas de elevada transmissão de malária, sendo em seguida aplicado o plano de combate em curto prazo, através da borrifação intra-domiciliar, e busca e tratamento intensivo dos casos.

Os focos principais estão em Ariquemes, Projeto Machadinho e Alto Paraíso; Jaru, projeto Jaru; Porto Velho, garimpos Periquitos e Campo Novo; Costa Marques, projetos Bom Princípio e São Miguel. Ainda nestas áreas serão determinadas as localidades de maior foco que contarão com um projeto especial onde, além das medidas já citadas, será acrescido o tratamento coletivo com os moradores.

Carlos Mangabeira falou sobre o tratamento, ressaltando que este se dará em três semanas, utilizando-se a associação de amodiaquina mais primaquina em dose única semanal, acrescentando, "esperamos que se não devidamente usado o problema da malária em Rondônia, que seja controlado a nível do desenvolvimento sócio-econômico do Estado."

Abordado sobre o alto índice de malária do Estado, Carlos Mangabeira observou três fatores como principal causador da endemia: fator ambiental, projetos de assentamento e migração. "A malária se instala onde houver grande número de pessoas se movimentando, ou seja a troca de pessoas que ocorre constantemente num mesmo local, e isso é causado aqui devido à migração", frisou.

O "Plano Impacto", será desenvolvido em conjunto com as secretarias de Educação, Agricultura, Saúde, Planejamento, DER, Incra, Associação de Garimpeiros entre outros, sendo colocado em prática logo que aprovado pelo superintendente da Sucam, Joselio Fernandes. para Carlos Mangabeira, "as medidas são eficazes e se cada órgão desenvolver a parte que lhe compete, colocando em prática as medidas de prevenção, o alto índice da malária decrescerá num curto espaço de tempo".

A equipe é composta dos sanitaristas: Valdir Monteiro, Sucam-Belém; Maria Auxiliadora, sanitarista da área de educação Sucam-Amazonas; Ronaldo Amaral, Departamento de Erradicação e Controle de Endemia Sucam-Brasília, além dos sanitaristas da Regional-RO.

CDC multa lanchonete e um supermercado

Mais uma vez a equipe que está apoiando o Centro de Defesa do Consumidor flagrou dois casos ontem. Um de burla ao congelamento com majorações indevidas e outro de produtos deteriorados. Manoel dos Anjos, coordenador do CDC, falou também sobre alternativas que poderiam vir a solucionar problemas quanto à falta de produtos na praça.

Na tarde de ontem, os fiscais da Saúde apreenderam na lanchonete "Rei do Pão de Queijo", localizada nas esquinas das ruas Almirante Barroso e Prudente de Morais, 30 quilos de queijo deteriorado que estavam sendo usados para a fabricação de pães de queijo, a especialidade da casa.

O supermercado Baláu, localizado na BR-364, altura do bairro do Roque, foi também autuado por majoração de preços e, numa fiscalização, foi verificada a presença de produtos como carne, linguiça e peixe, deteriorados.

A majoração de uísque de diversas marcas foi descoberta porque o gerente do supermercado foi até o Distrito Policial das proximidades dar queixa de que uma mulher havia feito um furto de algumas garrafas do produto. Para confirmar os preços alegados pelo gerente, o delegado entrou em contato com o CDC que tinha em seu poder uma relação de preços das bebidas congelados. Os preços não conferiam e através do talonário de notas fiscais, ficou confirmado que por duas vezes o uísque mudara de preço após o congelamento de 28 de fevereiro. De vítima, o gerente passou a réu e foi preso em flagrante por crime contra a economia; a consumidora foi autuada por furto.

AÇÃO

Nas operações que têm sido desencadeadas nos distritos da Capital, Manoel dos Anjos disse que está sendo muito importante a participação da Secretaria Municipal de Assistência ao Interior com a atuação de Luiz Antonio Araujo e Silva, titular da Semai. Ele destacou inclusive, que nas localidades de Jacy-Paraná e Fortaleza do Abunã, onde o gás está sendo vendido a até Cz$ 90,00 a botija, Luiz Antonio está intervindo junto com o CDC na Fogás para que o seja normalizado o fornecimento do gás e tentando soluções para o bom atendimento das populações de Vilas e Distritos.

Ayres não crê em chapa paralela na convenção

O chefe da Casa Civil, Ayres Gomes do Amaral, não acredita na possibilidade de o ex-deputado federal Antonio Morimoto lançar uma chapa paralela à do candidato Jerônimo Santana, para concorrer ao Governo do Estado, na convenção do PMDB, confirmada para o próximo dia 3, no ginásio Cláudio Coutinho.

Segundo Ayres, o PMDB deverá ir unido para a convenção. O chefe da Casa Civil disse que o atual Governo não é contra a candidatura Morimoto, apesar de apoiar Orestes Muniz. Na opinião de Ayres Amaral, "todos os companheiros do partido que se acharem em condições de somar devem entrar na disputa".

De acordo com Ayres Amaral, o governador Ângelo Angelin não tem preferência por qualquer candidato, devendo apoiar os que forem homologados na convenção peemedebista. "Não posso expressar o que o governador pensa da candidatura Antonio Morimoto, só sei que ele defende a unidade partidária", acrescentou.

Ayres negou que ele tenha sido indicado por Angelin para coordenar a campanha de Jerônimo Santana "eu sou apenas um entre os que trabalharão na campanha de Jerônimo. Posso citar outros, como os companheiros Lenni, Orestes Muniz e Ronaldo Aragão". Concluindo, o chefe da Casa Civil prometeu que o governador Ângelo Angelin fará novas substituições no primeiro escalão do Governo na próxima semana.

Morimoto garante ter o apoio das bases partidárias

O ex-deputado federal e candidato a candidato a vice-governador na chapa Jerônimo Santana, Antonio Morimoto, afirmou ontem que é "possível que o deputado federal Orestes Muniz tenha a preferência de Jerônimo, mas certamente não tem a das bases partidárias do PMDB".

Segundo Morimoto, Orestes não fez consultas às bases. "Posso dizer isso porque tenho andado pelo interior em contato, especialmente, com os convencionais e eles são unânimes em afirmar que se têm algum compromisso com Orestes é a nível de Senado Federal, cuja campanha ele já vem fazendo há tempos, prova disso são os "out-doors" espalhados por todo o Estado".

Ele confirmou que continua pleiteando o direito de ser o candidato a vice-governador "na chapa do virtual candidato Jerônimo Santana, que é meu amigo e compadre de longos anos, porque, eu sim, sem falsa modéstia, conto com a grande maioria de apoio das bases partidárias. Estou voltando de uma viagem ao interior onde recebi quase todos os convencionais mostrando o novo quadro no cenário a nível de vice, depois que surgiu a candidatura de Orestes Muniz e si que ele não pediu o apoio de ninguém".

De acordo com Morimoto, além de os convencionais lhe hipotecarem apoio, deseja continuar "fazer valer as prerrogativas de convencionais. Minha candidatura já não é minha, mas sim de um grupo de convencionais que me lançou e me sustentando há mais de dois meses. Nesta condição, considero até minha obrigação ir à convenção, até para valorizar a escolha pela disputa, mesmo sabendo que não tenho a preferência de Jerônimo Santana. O PMDB que sempre pregou a democracia deve praticá-la internamente".



Morimoto: "Vou à convenção mesmo não sendo o preferido de Santana"

ARNALDO PEDE UNIÃO NA ESCOLHA DO VICE DE JERÔNIMO

Em entrevista concedida ontem à imprensa, o deputado Arnaldo Martins (PMDB) falou sobre a escolha do nome do candidato a vice-governador em seu partido. O parlamentar, que recentemente lançou o nome do ex-deputado Antonio Morimoto como candidato à vaga, explicou que na ocasião "era a única opção para o PMDB, quando os demais nomes então apontados, não aceitaram a indicação. Eram os deputados Orestes Muniz e Ronaldo Aragão, candidatos ao Senado, e José Viana, candidato a deputado federal, todos peemedebistas históricos".

Arnaldo Martins considera que, "diante do impasse atual, o partido deve se unir e não partir para chapas alternativas", e sugere que a escolha do vice-governador seja uma atribuição delegada ao candidato Jerônimo Santana, indicado a concorrer ao Governo do Estado pelo PMDB. "Ninguém melhor do que ele para saber o que lhe convém para ser seu eventual substituto", acrescentou Arnaldo Martins.

-Temos que marchar unidos, posição que sempre defendi desde que entrei para o PMDB. Sempre me posicionei como um soldado do partido, e assim permaneceri, defendendo agora a união de todos para que possamos chegar à Convenção com uma só chapa já definida e que aquela reunião se constitua em uma verdadeira festa peemedebista - concluiu o parlamentar.

Azevedo quer ferrovia Campo Grande-P. Velho

O deputado estadual Joaquim Azevedo, quando de sua visita à Capital Federal, esteve no Ministério dos Transportes, oportunidade em que apresentou ao ministro José Reinaldo Tavares, projeto-de-lei para a construção de uma ferrovia ligando Campo Grande (MS) a Porto Velho.

O documento apresentado pelo parlamentar rondoniense, visa o maior escoamento de produtos do corredor Noroeste e maior integração, bem como economia no transporte.

Ontem, o deputado obteve resposta da indicação, através de ofício daquele Ministério, de nº 054/86, dando conta de que será analisado no contexto do Estudo do Sistema de Transportes do Corredor da Fronteira Noroeste, que abrange a região.

Walderedo denuncia que Estado não deposita FGTS de funcionários

O deputado Walderedo Paiva, do Partido da Frente Liberal, anunciou que em suas andanças pelo interior do Estado teve a oportunidade de ouvir os reclamos e as diversas reivindicações da população que em seu benefício e a devida atenção do Executivo Estadual.

Walderedo explicou que nos municípios de Pimenta Bueno, Cacoal e Rolim de Moura "a grande maioria do funcionalismo público" solicita a liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), tendo o deputado tomado conhecimento também, através de funcionários, que há um ano o Governo do Estado não efetua o depósito do FGTS que cabe aos servidores incluídos no Plano de Classificação de Cargos.

Neste sentido, frisou Walderedo Paiva, "tão logo inicie os trabalhos na Assembléia Legislativa, estarei encaminhando expediente solicitando a regularização dos depósitos do FGTS desses funcionários do interior do Estado".

O parlamentar pefelista acrescentou que está solicitando a remessa à Assembléia Legislativa, do Estatuto da Polícia Civil do Estado para que seja levado à apreciação e posterior aprovação pelos parlamentares com assento na Casa.

No final da entrevista, Walderedo anunciou que está empenhado na tentativa de melhorar as condições dos funcionários que servem à Polícia Civil, visando colocá-los no mesmo plano em que se encontram os policiais federais.



A decisão de lançar José Bianco foi tomada pelo partido ontem

Membros da cúpula do Partido da Frente Liberal (PFL) em Rondônia, reuniram-se ontem pela manhã na Assembléia Legislativa, quando decidiram pela indicação de novos nomes para concorrer aos cargos de governador e vice-governador nas eleições de 15 de novembro próximo. Após o encontro foi anunciado que o senador Odacir Soares havia desistido da candidatura para apoiar os deputados José Bianco e Leônidas Rachid, respectivamente.

Além destes políticos, participaram da reunião o presidente da Assembléia Legislativa, Amizael Silva, o deputado Osvaldo Piana, líder da bancada do PFL na Assembléia e o deputado federal Francisco Erse, que falou à imprensa sobre a mudança, considerando o fato [illegible]

[illegible]

Para Francisco Erse, [illegible] que o tempo [illegible] [illegible] que [illegible] a [illegible] ser [illegible] PFL [illegible] as próximas eleições".

O deputado José Bianco não falou sobre a sua indicação, afirmando que se pronunciará "apenas depois da convenção marcada para o dia 2 de agosto".

Odacir diz que foi "atropelado"

-Estou sendo atropelado pela cúpula do PFL - desabafou ontem o senador Odacir Soares, ao falar sobre a decisão da Frente Liberal em apresentar o nome do deputado José Bianco para substituir o seu na candidatura a Governo do Estado. Na tarde de ontem, em entrevista ao ALTO MADEIRA, Odacir Soares concluiu suas declarações ressaltando: "Lamentavelmente, ambos (Bianco e Rachid) vão ficar sem mandato durante quatro anos".

A entrevista com Odacir Soares foi curta. O senador disse que ainda não admitiu a discussão em torno da retirada de seu nome como um "caso encerrado", informando que está "sendo pressionado para concorrer com outra chapa na próxima convenção, caso prevaleça a decisão que está sendo imposta pela cúpula do partido".

Segundo Odacir Soares, "a cúpula do PFL está contrariando tudo aquilo que ficou decidido na pré-convenção do partido e no momento [illegible] [illegible] candidato de consenso [illegible] anunciado [illegible] Aquela foi uma decisão partidária, não [illegible] um grupo de políticos. Ocorre, entretanto, que estou sendo pressionado para ir à convenção como candidato a governador, mas ainda não me decidi por este lado, mas também não deixo de ser candidato, pois vejo que o [illegible] ainda não está encerrado".

Funai prepara relatório sobre massacre de colonos

A delegacia da Funai em Vilhena está elaborando um amplo relatório sobre o massacre de uma família de agricultores na reserva indígena Saluma, em Juína (MT) e praticada pela tribo enenenê-naré, para ser encaminhado à recém-criada Superintendência do órgão em Cuiabá, pedindo urgência na demarcação da área. A chacina ocorreu há duas semanas às margens do rio Camuru, vitimando o casal e seis crianças, a mais velha com 13 anos e a menor ainda de colo.

Os dirigentes da Funai estão temerosos de que a demora da demarcação da reserva, de cerca de 500 mil hectares, e onde vivem também outras tribos, incluindo [illegible] já [illegible] [illegible] poderá provocar novas tragédias, envolvendo colonos já assentados na área. Há mais de um ano, segundo o delegado Amauri Cunha da Silva, a Delegacia de Vilhena, a cuja jurisdição aquela área de Mato Grosso está subordinada, vem insistindo na demarcação da reserva.

Donos de revendas não comentam as medidas econômicas de Sarney

Nenhum diretor de concessionária de veículos ou de garagens de carros usados quis tecer opiniões sobre o novo pacote de medidas visando o desaquecimento do consumo influenciado pela adoção do Plano Cruzado, no primeiro trimestre deste ano pelo presidente José Sarney, alegando que ainda não tinham "subsídios suficientes para falar no assunto".

Também os proprietários de postos de revenda de combustíveis se negaram a falar. "Estamos esperando a publicação das medidas para sabermos como agir. Por enquanto vamos tocando o barco, mas acreditamos que o presidente está imbuído no mais alto espírito patriótico, pois sabemos que ele não adotaria medidas que viessem prejudicar a população, principalmente às camadas mais pobres", declarou o gerente de "frente", do Posto São Paulo que não quis se identificar alegando que "não carece citar nomes".

No entanto, um frentista do Posto Amarelinho, na Nações Unidas, salientando não "entender muito destas coisas", afirmou que tudo isto trará "uma grande confusão para os donos dos postos e dos veículos". A mesma opinião tem a maioria dos taxistas. Para eles, "não tem cabimento que nós, por exemplo, que andamos mais de 100 quilômetros diários, recebamos no final do empréstimo a mesma quantia daquele que usa seu carro apenas para ir de sua casa ao serviço e voltar, não gastando ao menos um litro de gasolina por dia".

Já os dirigentes das empresas sediadas em Porto Velho afirmaram que estão aguardando instruções das matrizes. "Só então poderemos dar qualquer declaração acerca destas medidas".

GOVERNADOR EMPOSSA PREFEITOS DE 2 NOVOS MUNICÍPIOS DE RO

O governador Ângelo Angelin estará amanhã em Ji-Paraná, para fazer o encerramento da IV Semana de Produtores Rurais, aberta segunda-feira, passada pelo secretário Executivo da Emater, José Pinto, e abrir o IV JIR - Jogos Intermunicipais de Rondônia - às 19 horas, no Centro Cultural Genivaldo Souza.

No sábado pela manhã, Angelin viajará para Alvorada do Oeste e às 10 horas, empossará o primeiro prefeito daquele município, João Ferreira Martins e das 14 às 16 horas, concederá audiência na sede da Prefeitura.

No domingo, Angelin presidirá a solenidade de posse do prefeito de Alta Floresta, Reinaldo Lucena de Lima. Ainda em Alta Floresta, o governador inaugura a sede do quartel da Polícia Militar e às 11 horas, assistirá a convenção do PMDB daquele município.

Em seguida, Angelin seguirá para Santa Luzia e às 13 horas estará na convenção do PMDB daquele município, regressando a Porto Velho, às 15 horas.

INTERIOR

Morte de padre será relembrada hoje com ato público em Cacoal

Durante o período de instalação da Nova República, dia 15 de março de 85, até maio de 86, foram assassinados cinco religiosos, 15 dirigentes de sindicatos rurais, 184 trabalhadores e 32 índios, à mando de [illegible] num conflito de terra no país. Estes crimes continuam impunes, sem que as autoridades competentes tomem quaisquer providências. A violência é cada vez mais [illegible] pelo próprio Poder Público, notoriamente mais associado com os que detêm o poder econômico. O povo continua explorado, espancado pela própria força policial e [illegible] pelas armas de fazendeiros. Hoje [illegible] organizados numa entidade [illegible], que pretende impedir a divisão de terras e mantendo o [illegible] cada vez mais capitalizado e o pobre mais faminto, disperso e marginalizado socialmente. A definição é do deputado Chico Mota, ao comentar, ontem, o primeiro aniversário da morte do padre Ezequiel Ramin, que será lembrada hoje em todo o Estado. Em Cacoal, a 500 quilômetros de Porto Velho, haverá manifestação popular, com passeata pelas ruas. Amanhã, em Ouro Preto, a 320 quilômetros da capital, haverá uma concentração de populares no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, e em Alvorada, a 200 quilômetros, a população [illegible] a BR-425, que liga o distrito a Guajará Mirim, a 300 quilômetros de Porto Velho. A intenção é chamar a atenção dos governos federal e estadual para a situação precária da estrada, constantemente interrompida pelas chuvas nos meses de inverno. Outras localidades e também a capital lembrarão a data de hoje e O Dia do Lavrador, comemorado amanhã, com missas e manifestações públicas.

Ezequiel Ramin, 32 anos, foi morto brutalmente na fazenda Catuva, município de Aripuanã, no Mato Grosso. Trabalhava na paróquia de Cacoal com posseiros e os índios Moqueni, Cinta Larga e Suruí, que habitam a região. Foi esfaqueado por mais de 15 jagunços, a mando dos gerentes da fazenda, os irmãos Osmar e Arnaldo Pires Brito, quando voltava de uma visita aos 300 colonos que moravam na área.

O missionário foi encontrado com 55 balas no corpo, o rosto desfigurado com um tiro de espingarda e suas pertences intactos, o que comprova a verdadeira intenção dos assassinos. De acordo com o líder do PT na Assembléia, as ameaças de morte a [illegible] e posseiros são cada dia mais freqüentes. "As soluções são prometidas, mas não chegam nunca. Trabalhadores do campo e da cidade apertam cada vez mais o cinto, sofrem o [illegible] e o desemprego. O povo deixou de confiar no Governo da Nova República, vai às ruas para apoiá-lo e recebeu como recompensa o descaso daqueles que elegeu. Agora quando se manifesta [illegible] ao pacote econômico, é acusado de [illegible] pelo ministro da Justiça Paulo Brossard".

CNBB

O padre Primo Silvestri, pároco da Igreja de Nossa Senhora das Graças, confirmou a presença do secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida na manifestação popular que acontecerá hoje no município de Cacoal lembrando o primeiro ano da morte do padre Ezequiel Ramin, assassinado por jagunços na divisa de Rondônia com Mato Grosso.

Além de dom Luciano Mendes de Almeida, estarão presentes diversos líderes religiosos e comunitários.

Pagamento preocupa Campelo

O vereador José Campelo, candidato a candidato a deputado estadual pela legenda do Partido da Frente Liberal, afirmou ontem que está preocupado com os constantes atrasos de pagamento aos inativos, tanto do Estado como da União. Para ele é "um absurdo que os que estão em atividade recebam seus salários antes que os inativos".

Campelo afirmou que estará enviando ofício às autoridades responsáveis pela liberação dos recursos para o pagamento do funcionalismo público, solicitando a antecipação do salário dos inativos, "por entender que os números da folha de pagamento deste pessoal que já deu tanto, e continua dando, de si para o Estado e para o país não mudam, ao contrário do ativo que tem oscilações constantes devido a horas extras e outros lançamentos".

Igreja de Santo Antônio é patrimônio histórico

Foi aprovado pelo Conselho Estadual de Cultura o tombamento, pelo patrimônio histórico do Estado da Capela de Santo Antônio de Pádua que passa a fazer parte do acervo cultural de Rondônia, que assim, tem seu primeiro monumento tombado a nível de Estado, faltando apenas a aprovação do governador Angelo Angelin.

Agora são dois monumentos históricos que a comunidade rondoniense deve proteger, pois, a nível nacional, o Real Forte Príncipe da Beira já está tombado. Para o secretário de Cultura, Esportes e Turismo, Raymundo Nonnato Castro, é de grande significado e importância a preservação da Capela que fica situada na Cachoeira do Santo Antônio local de origem de Porto Velho.



O tombamento, decidido pelo Conselho de Cultura, preserva a igreja para o futuro

HISTÓRICO

A Capela de Santo Antônio de Pádua fica no bairro de Santo Antônio do rio Madeira 7 quilômetros do centro de Porto Velho, com acesso via ferrovia (que se constitui num passeio turístico), hoje (até a altura do antigo presídio) e pela estrada que é paralela à ferrovia. O povoamento teve início com a chegada dos primeiros imigrantes, a partir de 1878, vindos de países da América Central e depois da Inglaterra para a construção da EFMM.

No ano de 1910 a população de Santo Antônio já estava em torno de dois mil habitantes e recebia por ocasião da descida de batelões com a borracha mais três mil pessoas o que era uma multidão para a época. Já em 1912 foram instalados o município e comarca de Santo Antônio do Rio Madeira que até 1944 foi parte integrante do Mato Grosso, sendo depois, devolvida a Porto Velho e voltando à condição de povoado.

As obras da primitiva Capela de Santo Antônio de Pádua duraram cerca de cinco anos. O terreno foi cumprado com donativos arrecadados dos fiéis. No mês de julho de 1914, a igrejinha estava quase concluída. O altar assentava sobre um grande estrado de cedro, todo o corpo da igreja ladrilhado, os [illegible] forradas de madeira [illegible], formando elegantes colunas e uma sacristia ao lado.

Com o passar do tempo, os habitantes foram deixando o povoado pela Capital e a Capela ficou praticamente abandonada [illegible] nos anos passados na região. Mas todos os anos, no mês de junho, a mesma festa dedicada ao padroeiro Santo Antônio é organizada e o que passa a reunir a alegria e o colorido de inúmeros religiosos pela comemoração da data.

OUTROS MONUMENTOS

Este tombamento foi o primeiro de uma série que a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, através do Departamento de Cultura e junto ao Conselho Estadual de Cultura, deseja empreender "iniciando um processo de tombamentos históricos, artísticos, arqueológicos e naturais do Estado de Rondônia", como frisou o secretário Castro.

Ele acrescentou que "quando o Estado tomba um prédio, um acervo, um monumento ou um logradouro público, está contribuindo para a preservação de um passado histórico, comum a todos nós".



Os membros do Conselho Estadual de Educação, órgão normativo e deliberativo do sistema educacional do Estado, estiveram ontem, pela manhã, reunidos com o Governador Angelo Angelin (foto), para agradecer o apoio que sua Administração vem dando para que o Conselho tenha estrutura capaz de atender as necessidades do Estado.

Durante a reunião, o presidente do CEE, professor Abnael Machado, solicitou ao governador Angelo Angelin que fosse feito um decreto dando autonomia financeira e administrativa ao Conselho Estadual de Educação.

Segundo o professor Abnael Machado, Angelin acatou a solicitação e pediu que o Conselho encaminhasse um documento apresentando as justificativas para que o decreto tenha amparo legal.

Estiveram presentes à reunião o presidente do Conselho, professor Abnael Machado e os conselheiros Álvaro Lustosa e padre Zenildo Gomes.

EXTRATO DO CONTRATO SOCIAL DA FIRMA "JUHASC MENDES PUBLICIDADES E PROPAGANDA LTDA-S/C." Os sócios: JULIO JUHASC e SONIA PICANCIO MENDES. Sede e Foro: Travessa Guaporé, nº 1, Município de Porto Velho-RO. Objetivo: A sociedade tem por objetivo mercantil, o ramo de serviços de publicidades, propaganda, promoções artísticas, culturais e políticas, marketing, produções, serigrafia e representações comerciais. Capital Social CZ$50.000,00

Porto Velho-RO, 23 de julho de 1986

Guajará protesta para conseguir obra na BR

Guajará-Com o apoio da Prefeitura de Guajará Mirim, da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Associação Comercial, Sindicato dos Condutores de Veículos, Associação de Carregadores, proprietários de automóveis e caminhões, motoristas, candidatos políticos em geral, e de toda a população do município, será realizada amanhã por volta das 18 horas, a procissão-protesto do Dia de São Cristóvão, padroeiro dos motoristas.

O protesto, que inter impará todo o tráfego da BR-425 durante a realização do ato religioso, está ligado à caótica situação em que se encontra o trecho rodoviário que liga Guajará Mirim a Abunã em que, apesar dos seus 130 quilômetros, deixa a cidade e região em estado de total isolamento durante o período das chuvas. "O fato procede se mais ao descaso das autoridades para com a questão, sendo que, apesar das constantes promessas, nada de concreto tem sido feito para a solução do problema, seja no tocante à pavimentação, seja com relação à manutenção do leito atual", disse o prefeito Isaac Bennesby.

Ariquemes assina convênio com Sic

Ariquemes-O prefeito Gentil Valério de Lima viajou na manhã de ontem para a capital do Estado, onde assinou um convênio com a Secretaria de Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia, no valor de 300 mil cruzados, a serem utilizados em melhorias no setor industrial da cidade.

Segundo informações do chefe de Gabinete da Secretaria de Indústria e Comércio, este convênio poderá ser aumentado, mas em princípio ficou determinado a liberação desta parcela para início dos trabalhos.

O titular da Secretaria, Gilberto Miranda, se encontra em Recife e somente após o seu retorno os detalhes complementares poderão ser acertados. Porém, antes do embarque, o secretário deixou os papéis assinados, dependendo apenas da assinatura do prefeito Gentil Valério para que a verba fosse liberada, o que aconteceu ontem.

Com a liberação destes recursos, Gentil Valério pretende realizar uma série de melhorias no setor industrial, principalmente a recuperação das vias de acesso daquele setor.

Vilhena constrói o Abatedouro Municipal

Vilhena - Envolvendo recursos da ordem de um milhão e duzentos e sessenta mil cruzados está sendo construído o Abatedouro Municipal, que contará com instalações modernas e eficientes no abate de bovinos e suínos. Inclusive, haverá tratamento anti-poluente dos dejetos, o que reduzirá em aproximadamente oitenta por cento a poluição que iria para o rio Piracolina. O contrato foi celebrado com a Condevil, e o prazo para a entrega da obra está marcado para o dia 3 de novembro de 86.

OBRAS

Aproveitando ao máximo o equipamento rodoviário da Prefeitura, a Secretaria Municipal de Obras vem executando os seguintes serviços: recuperação de 11 quilômetros da estrada vicinal "Progresso" cujo trabalho constou de elevação do greide e capeamento com cascalho dos chamados pontos críticos; recuperação da estrada denominada "Fundos Aeroporto", onde deverá também efetuar o levantamento do greide e construir dois bueiros; patrolamento das estradas de chácaras do setor "Prefeitura", em turnos dobrados de trabalho da patrol; implantação da estrada denominada linha 85, procedendo o desmatamento das laterais, cortes e aterros enquadrativos para definição de um greide capaz de suportar a época das chuvas, refazendo duas pontes e aterros sobre o rio Vermelho e outra ponte sobre o rio Azul, além da necessidade de pequenas pontes e bueiros sobre igarapés. Após este trabalho será feito o cascalhamento dos pontos críticos, que juntos perfazem uma extensão de aproximadamente cinco quilômetros.

Paralelamente, a patrol que está neste trecho, efetuou o patrolamento de mais 40 quilômetros, desde a encruzilhada com a linha 85 até o final da linha 95, atendendo moradores das localidades do Gorgão, São José do Ouro e Primavera, no barranca do rio do Ouro.

Ji-Paraná faz doação de lotes

Ji-Paraná - A Prefeitura Municipal viveu terça-feira um dia agitado, pois cerca de mil pessoas compareceram para receber seus lotes na área urbana. O projeto inicial da Prefeitura prevê o assentamento de 200 famílias em um loteamento já demarcado, onde também será construído um Posto de Saúde e uma escola.

No início do ano foi realizado um cadastramento, quando 4.500 pessoas se inscreveram para receber um terreno. Das mil pessoas que compareceram à Prefeitura, foram escolhidas 200 famílias, usando-se o seguinte critério: famílias mais numerosas e baixo índice de salários. Portanto, o primeiro loteamento para famílias carentes ficou esgotado, prevendo o prefeito Roberto João Geraldo conseguir outras terras para que, por etapas, sejam assentadas mais famílias, sempre obedecendo o critério usado na terça-feira.

A Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, já recebeu o convênio para a construção do Mercado Municipal, cujo valor inicial é de aproximadamente um milhão e sessenta mil cruzados e cuja construção está prevista no entroncamento da av. Mal. Rondon com a rua 22 de Novembro. O prefeito Roberto João Geraldo pretende iniciar a licitação para a construção do Mercado imediatamente e, segundo informou a importância recebida não dará para a conclusão total do projeto.

A Secretaria Municipal de Obras continua seu cronograma normal de trabalho, apesar de alguns percalços, segundo informou o secretário Elói Castro Viana.

Segundo informou a Secretaria é a seguinte a situação dos trabalhos nas estradas vicinais: linha 200 com 13 km de trabalho com um trator D-65; linha 94 com 9 km onde um trator D-6 voltou a operar; linha 107 com 14 km abertos com um trator D-4 operando, 2ª linha da gleba "G" com 17 km recuperados, operando no local uma patrulha completa; na linha 20 continua parado por falta de peças um trator AD-14, no setor Capelasso outra patrulha já recuperou 6 km de estrada, voltando a mesma patrulha ao local, pois havia sido removida para atender o setor para a construção do aterro no Colégio José Francisco.

Tóxico terá debate no Estado

O secretário de Estado da Educação, Gilberto Cezar Cavalcante Têlos, preocupado com o número de jovens que consomem tóxicos e entendendo também que as drogas, ao lado de outros fatores (desagregação familiar, questões sociais, condições de vida sub-humana) são os principais impulsionadores da violência que se alastra no país, foi a Brasília e levou um projeto com proposta para realizar aqui em Rondônia, o II Treinamento de Combate e Prevenção ao Tráfico e Consumo de Tóxicos, que se propõe a debater juntamente com a família, a comunidade e os educadores as causas, as conseqüências e apontar possíveis soluções para o problema.

O treinamento vai contar com a participação de psicólogos, pedagogos, sociólogos e outros profissionais especializados na área de combate ao tóxico. O secretário foi recebido por Romeu Tuma, diretor geral da Polícia Federal, que achou a idéia muito oportuna, se prontificando a encaminhar, imediatamente, a proposta ao Ministério da Justiça, haja vista que o projeto vem justamente acatar um dos tópicos do pacote anti-violência, deliberado pelo presidente da República José Sarney.

VERBAS

Gilberto, durante sua estada em Brasília, foi na Sesus/Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus, quando esteve com o secretário Júlio Fernando Correia, conseguindo a liberação dos 50% restantes do PTA/86. O secretário, obteve também recursos para a reforma e ampliação da Escola Agrotécnica de Ji-Paraná e definiu o recurso para a futura Escola Técnica Federal de Rondônia, que será ligada diretamente à Unir. Ainda em Brasília, Gilberto providenciou e deixou em estudo, e com as negociações bastante avançadas a liberação de recursos, além do PTA, para a construção de mais dez escolas urbanas com dez salas de aula.



EDITAL DE PROCLAMAS Nº [illegible]

Termina curso em Nuar com colonos

Terminou ontem o treinamento para formação de lideranças rurais no Núcleo de Apoio Rural (Nuar) Nova Brasília, no município de Cacoal. O encontro reuniu produtores rurais das localidades do Nuar Nova Esperança, de Espigão D'Oeste; e do Nuar Novo Horizonte, de Rolim de Moura, que, durante três dias, no Centro Técnico Administrativo, receberam treinamento sobre noções de liderança de grupo, administração de propriedade e associativismo, ministrados por técnicos da Emater/RO, promotora da iniciativa.

PRIMEIRA VEZ

Esta é a primeira vez que se realiza um treinamento no Nuar e [illegible]

NOVA BRASÍLIA

Situado a 36 quilômetros da sede do município de Cacoal, o Nuar Nova Brasília, implantado em março de 1983, com uma população estimada em mais de 11 mil habitantes, possui, como os demais núcleos de colonização e cidades de Rondônia, da falta de estradas e da conservação das que existem, posto de saúde, escolas, água e luz.

LINHAS

O Nuar dispõe de nove linhas em péssimo estado de conservação. Existe um posto de saúde na área urbana do núcleo e apenas um na zona rural. O fornecimento de energia elétrica e água, a exemplo dos demais núcleos de colonização, são coordenados pela Secretaria de Planejamento do Estado, órgão gerenciador dos recursos do Polonoroeste, que custeia os Nuar's.

A área urbana do Nuar tem [illegible]. O número de estabelecimentos comerciais já chega a aproximadamente 89 e o de residências a 420.

Concurso para juiz tem 11 vagas

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, desembargador Clemenceau Pedrosa Maia, informou que se encontram abertas desde o dia 9 de julho, as inscrições preliminares para o concurso para provimento de cargos de juiz de Direito.

O candidato deverá se inscrever na sede do Tribunal de Justiça, à av. Rogério Weber nº 1872, no horário comercial. Além do requerimento que deverá ser dirigido ao presidente do Tribunal de Justiça, são pré-requisitos idade superior a 25 anos e inferior a 50 anos, à exceção de funcionários públicos quanto ao limite máximo de idade. O candidato deverá ser bacharel em Direito há pelo menos dois anos, deverá apresentar atestado médico de sanidade física e mental e dois retratos 3x4.

Atualmente existem 11 vagas, todavia este número poderá ser acrescido de acordo com as necessidades do Tribunal de Justiça, com o surgimento de novas varas ou novas Comarcas. O resultado das provas será a validade de dois anos e o candidato aprovado, caso não venha a ser aproveitado entre os que suprirem as vagas existentes, poderá ser chamado posteriormente, de acordo com o surgimento de novas vagas.



Presidente do TJ, Clemenceau Maia

PROVAS

Os exames deverão ser realizados no mês de outubro, em Porto Velho e constarão de três etapas: provas escritas, orais e do exame de saúde e psicotécnico. As provas escritas versarão sobre as seguintes disciplinas: Direito Constitucional e Administrativo, Direito Civil, Direito Penal, Direito Comercial, Direito Processual Civil, Direito Processual Penal e Direito Agrário. O tempo de duração de cada prova escrita é de cinco horas.



EDITAL DE PROCLAMAS Nº [illegible]

A BRUXA ESTÁ EM ROLIM

Ex-Policial mata e é morto pela PM

Dois mortos e um ferido graves. Este foi o saldo trágico de um tiroteio acontecido ontem no município de Rolim de Moura onde o ex-policial civil, Zauri Benetti trocou tiros com a polícia militar matando um soldado. Zauri também morreu na delegacia de polícia para onde correu na tentativa de refugiar-se. A datilógrafa Louenil Barros Cruz também ficou ferida e ontem à tarde teve que ser transferida para Ji-Paraná.

Foi um dos acontecimentos mais sangrentos já acontecidos em Rolim de Moura que na manhã de ontem ainda fazia comentários sobre o assalto praticado contra a agência do banco **[illegible] na segunda-feira à noite, e invasão na Delegacia de Polícia que culminou com o linchamento de um preso.**

Zauri Benetti, conhecido na cidade pelos casos de extorsão, ameaças de morte - inclusive feitas contra o prefeito Valdir Raupp - e acusações diversas, foi abordado por uma guarnição da Polícia Militar e reagiu.

Ele deu início a um tiroteio em que ficou gravemente ferido o soldado Aldenir Tavares de Oliveira com um tiro no ouvido. Zauri correu então para a Delegacia de Polícia onde tentou refugiar-se.

A troca de tiros continuou até que o ex-policial tombou com vários ferimentos. A datilógrafa Louenil Barros Cruz também levou três projéteis que lhe perfuraram o ombro, braço e perna direita.

O estado de saúde da funcionária inspirava cuidados mas ela já tinha sido colocada fora de perigo. Entretanto, para que tivesse um melhor atendimento, ela foi transferida para um hospital de Ji-Paraná.

REFORÇO

Tão logo tomou conhecimento do incidente, o secretário de Segurança Pública, Francisco Cruz, determinou que o coordenador de Polícia do Interior, Jairo Macedo fosse ao município de Rolim de Moura para ver de perto a situação e tomar as providências mais urgentes.

O delegado de Rolim de Moura, Paulo Xisto, que já estava sobrecarregado com os atividades dos últimos três dias, contará também com um reforço de policiais civis e tem inclusive a presença do delegado regional de Ji-Paraná, Francisco Ferracioli.

ATERRORIZANDO

A morte de Zauri Benetti foi um alívio para o município de Rolim de Moura. Ali o ex-policial reinava como o "todo poderoso", sempre armado e ainda se fazendo passar por funcionário da Secretaria de Segurança Pública.

Ele foi acusado em diversas oportunidades por crimes que iam desde extorsão a homicídios. Zauri nunca escondeu que fosse um matador. Em Porto Velho, entre os amigos, ele dizia que "a vida é de quem é mais forte. E matar é coisa dos fortes".

CONDENAÇÃO

Em março deste ano, o juiz Valter Valtemberg Júnior, da Comarca de Rolim de Moura, comunicou à Secretaria de Segurança Pública que Zauri Benetti havia sido condenado a oito meses de detenção e perda do cargo, além de ficar inabilitado para o exercício de qualquer outra função pública por oito meses. A pena foi suspensa condicionalmente e ele foi demitido da Secretaria de Segurança Pública.

Operação Fronteira

Agora só tranquilidade

Transcorreu com tranquilidade mais um dia da Operação Fronteira no estado de Rondônia. Enquanto agentes federais e militares do exército realizaram o patrulhamento das fronteiras, já utilizando os helicópteros da FAB, as ocorrências foram as mesmas do início do trabalho: **só armas e munições foram apreendidas e não há notícias** da presença de traficantes que estejam fugindo da repressão que acontece na Bolívia. Da mesma forma a tranquilidade também imperou em Rio Branco.

Rio Branco - No quinto dia da Operação Fronteira desencadeada para impedir uma possível fuga para o Brasil de produtores de cocaína do departamento (província) de Beni, na Bolívia, onde está sendo realizada uma operação conjunta Bolívia-Estados Unidos para destruir laboratórios clandestinos da droga, o Departamento de Polícia Federal do Acre ainda não detectou nenhum traficante, mas já apreendeu um grande número de Armas e munições de diversos calibres que estavam sendo contrabandeadas para o Brasil.

A informação foi dada pelo superintendente da DPF, Mauro Spósito, ao revelar que as equipes estão atuando através de barreiras instaladas nas rodovias BR-364 e 317, percorrendo toda a região fronteiriça do Acre com a Bolívia e policiando os aeroportos do interior do Estado. Um helicóptero da FAB já se encontra em Rio Branco pronto para apoiar a Operação Fronteira.

CAMPO GRANDE

A intervenção de forças militares dos Estados Unidos no combate ao tráfico de cocaína na Bolívia não registrou até agora, qualquer incidente ao longo da extensa fronteira de Mato Grosso do Sul com aquele país, revelou o superintendente **Regional da Polícia Federal**, Roberto Alves. Disse que parte do efetivo de agentes que atua nas fronteiras com a Bolívia e o Paraguai - cerca de 100 homens - foi deslocado para a região de Corumbá, na eminência de uma **fuga em escala dos contrabandistas** bolivianos para o Brasil.

"Os pontos de maior influência desse tráfico localizam-se justamente em Rondônia, onde a Polícia Federal está reforçando seu efetivo e já deslocando inclusive aeronaves para a operação. Temos realizado uma vigilância permanente em nossa fronteira com a Bolívia, porém não surtiu o efeito esperado", disse Roberto Alves.

Segundo ele, a impressão que se tem é a de que os grandes contrabandistas bolivianos já sabiam, de antemão, dessa intervenção dos Estados Unidos.

PM roubou ventilador

O representante do Ministério Público junto à Vara da Auditoria Militar do estado, ofereceu denúncia contra o ex-soldado Francisco José dos Santos Júnior que foi acusado de roubar um ventilador de propriedade da 1ª Companhia do 1º Batalhão em maio do ano passado.

Na peça em que o promotor oferece denúncia contra o ex-soldado, consta que no dia 28 de maio de 1985 ele passou pela Guarda de Armas do Quartel, conduzindo um ventilador de marca Faet.

Inquirido sobre o volume que levava, o ex-soldado disse que tratava-se de um objeto de sua propriedade que conduzia novamente para sua residência.

Posteriormente ficou esclarecido que naquela data, o aparelho estava sendo roubado. Atualmente Francisco José está desaparecido e foi citado a comparecer na Auditoria Militar, localizada na avenida Calama para prestar.

Plano estabelece metas econômicas

Formação de consórcios suspensa por 120 dias

BRASÍLIA (EBN) O ministro da Fazenda, Dílson Funaro, assinou portaria suspendendo por 120 dias (prazo prorrogável), a partir de ontem, a formação de novos empresas administradoras de consórcios, e de grupos de consorciados e distribuição de automóveis ou de qualquer bens através de lances. A portaria também proíbe a antecipação do pagamento pelo consorciado das prestações por vencer. O objetivo é conter o consumo.

É a seguinte a íntegra da portaria, publicada no Diário Oficial que circulou ontem:

Portaria nº 237, de 22 de julho de 1.986

Dispõe sobre pedidos de autorização e funcionamento de consórcios, altera a portaria MF nº 186/86 e dá outras providências.

O ministro de Estado da Fazenda, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Artigo 8º e seus incisos I e II da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, combinado com o Artigo 19 do Decreto n. 70951, de 9 de agosto de 1972, resolve:

I - A partir da vigência da presente portaria, ficam suspensas, pelo prazo prorrogável de 120 (cento e vinte) dias:

A) A atribuição de bens aos consorciados, por lance;

B) A realização de reunião extraordinária para outros sorteios de bens, de que trata o subitem 2.8.2, alínea "A", do Anexo III da Instrução Normativa SRF nº 17, de 26 de junho de 1979;

C) As autorizações de novos grupos de consórcio.

D) A formação de grupos cuja captação de recursos não tenha sido comprovadamente iniciada, mediante depósito bancário, até a data da publicação desta portaria;

E) As antecipações das prestações vincendas;

F) As ampliações de área de operação, solicitadas a qualquer título.

II - No prazo a que se refere o item I, em cada assembléia mensal, será permitida a distribuição de unidades do bem, por sorteio, de acordo com a disponibilidade de caixa do grupo.

III - A autorização de grupos de consórcio fica condicionada à capacidade efetiva de entrega de bens aos consorciados, assegurada pela administradora e comprovada, em relação a cada grupo, mediante contrato escrito de garantia de fornecimento, de que conste a especificação do bem com o qual pretenda operar e a sua quantidade mensal, celebrado:

A) No caso de veículos automotores, com a concessionária autorizada do fabricante;

B) Nos demais casos, com o fabricante ou empresa mercantil que comercializar o bem.

III. 1 - O documento de garantia instruirá o pedido de autorização.

IV - A garantia a que se refere o item III é também obrigatória para os grupos em formação ou ainda não constituídos na data da publicação desta portaria, e o respectivo contrato será apresentado, antes da realização da primeira assembléia, à unidade da Secretaria da Receita Federal do domicílio fiscal da administradora.

V - É vedado o início das operações dos grupos de consórcio até que sejam atendidas as exigências previstas no item III.

VI - A entrega dos bens será feita mediante:

A) - Autorização de faturamento e entrega, intransferível, emitida pela administradora do consórcio, contendo:

A. 1 - A qualificação do consorciado;

A.2 - O valor do bem;

A.3 - Precisa especificação do bem;

B) - Emissão de Nota Fiscal.

VII - É vedada a emissão de "carta de crédito" a partir da vigência deste ato.

VII.1 - Faculta-se ao consorciado que tenha em seu poder "carta de crédito" exigir da administradora a sua substituição pela autorização de entrega de que trata a letra "A" do item VI.

VIII - Nos casos de grupos de veículos usados, constituídos até o advento da portaria nº 069, de 21 de fevereiro de 1986, a aquisição do veículo:

A) Independerá do ano de fabricação;

B) Somente poderá ser feita através de concessionário ou revendedor autorizado, definidos pela lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, mediante:

B.1 - Expedição de Nota Fiscal;

B.2 - Certificado de Garantia de Funcionamento pelo prazo de 3 (três) meses ou 5.000 (cinco mil) quilômetros, abrangendo câmbio e motor.

IX - Fica proibida a formação de grupos para consórcio de microônibus e motocicletas, na modalidade de preços diferenciados.

IX.1 - Os grupos já autorizados para os referidos veículos, e não formados até a publicação desta portaria, somente poderão ser utilizados para a constituição de consórcio de um só modelo e espécie de bem.

X - A pessoa natural ou jurídica não poderá:

A) adquirir mais de 3 (três) cotas de um mesmo grupo;

B) possuir, simultaneamente, mais de 10 (dez) cotas na mesma administradora.

X.1 - Exclui-se da regra do item anterior a pessoa jurídica firma constituída para explorar a atividade de transporte de passageiros ou de carga, a qual poderá subscrever até o máximo de 25% (vinte e cinco por cento) das cotas totais de uma mesma administradora.

XI - Os recursos recebidos dos consorciados para a aquisição dos bens, assim como os destinados a fundo de reserva, serão depositados obrigatoriamente, em conta bancária vinculada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas do seu recebimento.

XI.1 - O levantamento do depósito vinculado só poderá ser feito:

A) Mediante declaração escrita da administradora com especificação do número e data da Nota Fiscal;

B) Contra emissão de cheque, em favor da pessoa jurídica vendedora do bem, e que contenha no verso declaração da finalidade do pagamento e identificação do grupo e cota a que se refere;

C) Em casos excepcionais, a critério e por autorização expressa da Secretaria da Receita Federal, que sempre nomeará o beneficiário do saque.

XII - As administradoras de consórcio terão o prazo de 10 (dez) dias, da data da

XII - As administradoras de consórcio terão o prazo de 10 (dez) dias, da data da publicação desta portaria, para transferir à conta bancária, na forma do item XI, os recursos recebidos dos consorciados que não se encontrem depositados na referida conta.

XIII - As administradoras de consórcio deverão apresentar, à unidade da Secretaria da Receita Federal de sua jurisdição, demonstrativo da posição real do consórcio, no último dia dos meses de março, junho, setembro e dezembro, até o último dia do mês subseqüente, e do qual constarão, além de outros que venham a ser exigidos, os seguintes dados:

A) - Grupos e funcionamento;

B) Número de consorciados contemplados e de não contemplados, em cada grupo;

C) Saldo de caixa e fundo de reserva de cada grupo;

D) Consorciados com bens a receber, decorridos 30 (trinta) dias da contemplação, indicando:

D.1) Data da assembléia;

D.2) Motivo da não entrega;

D.3) Natureza do bem.

XIII.1 - O demonstrativo da posição do consórcio em 30 de junho de 1986 será apresentado, excepcionalmente, até 31 de agosto do corrente ano.

XIV - Cada estabelecimento das administradoras de consórcio, seja matriz, filial, escritório ou qualquer outro, manterá livros e documentos fiscais próprios, relativamente às suas respectivas operações.

XV - A administradora de consórcio, 30 (trinta) dias após a entrega do último bem de cada grupo, fará um balanço de encerramento e encaminhará cópia a cada um dos consorciados do grupo e à Delegacia da Receita Federal de sua jurisdição.

XVI - O não atendimento do disposto no item IV, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação desta portaria, caracterizará a dissolução do grupo com a imediata restituição, de uma só vez, dos valores pagos pelos consorciados.

XVII - Não será concedida à administradora autorização para a formação de novos grupos:

A) Se descumpridas as disposições dos itens XI, XII, XIII e XV;

B) Se, em relação às suas atividades existirem pendências consideradas relevantes pela Secretaria da Receita Federal.

XVIII - Fica o secretário da Receita Federal autorizado a:

A) Na fluência do prazo estabelecido no item I, conceder autorização de novos grupos para consórcio de bens cujo mercado fornecedor esteja normalizado;

B) Alterar os limites de que trata o item X;

C) Baixar normas complementares a esta portaria, particularmente quanto aos modelos próprios para o cumprimento do disposto nos itens XIII, XIV e XV.

XIX - O descumprimento das normas desta portaria, e de seus atos complementares, sujeitará o infrator às penalidades previstas na lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971.

XX - Esta portaria revoga o item IX da portaria nº 186, de 7 de maio de 1986, e as demais disposições em contrário, entrando em vigor na data da sua publicação.

BRASÍLIA (EBN) - O plano de metas da Nova República estabelece diretrizes, objetivos e metas da política econômica e social até 1989. Combatida a inflação, o governo lança agora as bases para um crescimento econômico auto-sustentado e o combate prioritário à pobreza.

O documento, distribuído no final da tarde de ontem, pela Seplan, define as políticas agrícola, industrial, científica e tecnológica, bem como os programas e metas governamentais para sua realização - notadamente dos setores básicos.

O plano dá prioridade às questões de pobreza de desenvolvimento social, destacando-se alimentação, saúde, reforma agrária, educação, previdência, e assistência social, cultura, além do reaparelhamento do setor público. Um capítulo da parte estabelece formas para a formação de recursos necessários à execução do plano de metas.

Ao propor "um novo estilo de desenvolvimento", em um processo sócio-econômico marcado por distorções e pela recessão dos anos recentes (conforme o documento), o plano dá prosseguimento às metas da Nova República, quais sejam: consolidação das instituições democráticas, sustentação do crescimento econômico e resgate da dívida social.

As metas são claramente definidas. Para dar condições dignas de vida à população, o governo entende que precisa criar, nos próximos três anos, 6,6 milhões de novos empregos. O PIB deverá crescer a taxa superior a 7% ao ano, atingindo-se uma renda per-capita em torno de US$ 2 mil, com crescimento de 20% sobre a média atual do país.

Para o setor industrial - fundamental no processo de crescimento sustentado - a meta do governo é uma expansão também em torno de 7% no triênio. As exportações de manufaturados deverão crescer, no período (segundo avaliação governamental) em 20%, na média, atingindo 18,5 bilhões de dólares no final desta década. Os recursos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico também devem crescer substancialmente, até atingir 2% do PIB.

SETOR AGRÍCOLA

O setor agrícola deverá atender à demanda interna de alimentos e garantir o abastecimento da população, mediante a expansão da produção das atuais 56 milhões de toneladas para 71,6 milhões de toneladas de produtos agrícolas, com crescimento de 28%. O crédito rural também deverá ampliar a oferta de recursos para investimentos até 15% do total produzido, em 1989.

A retomada dos investimentos em transportes e energia elétrica são considerados como fundamentais. As metas são no sentido de elevar a geração de energia em mais 32,5% além de elevar a produção interna de petróleo, no período, para 780 mil barris/dia, suprindo mais de 70% do consumo. Também está previsto o aumento de 66% da produção nacional de gás natural.

O plano define, ainda, as necessidades de recursos, com estimativa de que os investimentos governamentais na infra-estrutura exigirão recursos superiores a Cz$ 600 bilhões.

A retomada dos investimentos privados, apoiada pelo esforço do governo, apontam na direção de uma retomada da poupança nacional na área produtiva. Hoje, a poupança situa-se na faixa dos 17,6% do PIB, e deverá crescer até 21,9%, sem recorrer a mecanismos inflacionários e sem comprimir os salários.

Quem consumir menos receberá maior taxa

Brasília — O depósito compulsório sobre a gasolina e o álcool será calculado em relação ao consumo médio anual de cada tipo de carro, de acordo com a hipótese mais provável. Definido o consumo médio, sobre ele será aplicado uma alíquota de 25% (conforme a versão original do decreto) a ser restituída no prazo de três anos.

Os carros de menor consumo terão taxa de remuneração mais alta sobre a devolução do compulsório: a rentabilidade das letras do Banco Central (LBC) mais 3%. Já os maiores bebedores de gasolina ou álcool terão direito a um ganho menor.

Assim, se o consumidor reduzir o consumo médio do seu carro nos próximos três anos, estará lucrando. Caso contrário, terá prejuízo. As diferentes quantias a receber para cada tipo de carro não variarão, mas, na prática, haverá ganho ou perda dependendo se o consumo diminuir ou aumentar porque ao abastecer, o consumidor estará gastando menos ou mais dinheiro.

É uma das fórmulas mais inteligentes do **Plano Cruzado II**, pois evita a simonetta e encontra amparo jurídico. Quanto mais o proprietário do veículo consumir, menores serão os seus ganhos, penalizando o esbanjador.

A devolução será feita através do Imposto de Renda, sob controle da Secretaria da Receita Federal. Por causa disto, só terá o dinheiro de volta o consumidor que tiver declarado a propriedade do carro ao Fisco. O compulsório será recolhido diretamente pela distribuidora ao Banco Central. Os recursos ficarão imobilizados por três anos no Fundo de Reconstrução Nacional, serão transformados em cotas e poderão ser resgatados de acordo com a vontade do cotista.

Os ganhos extras que a Petrobrás vem obtendo com a violenta queda dos preços internacionais do petróleo nesse ano serão transferidos ao Fundo de Reconstrução Nacional através da aplicação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre a importação de petróleo. A medida irá proporcionar uma receita ao Fundo estimada em Cz$ 15 bilhões por ano.

O percentual de aplicação do IOF, que hoje é limitado a 25% do valor da importação, vai variar em função da relação entre os gastos da Petrobrás com importação de petróleo e os preços internos dos combustíveis. O percentual desse semestre será de 100%, se o presidente Sarney aprovar a proposta da equipe do ministro Funaro.

Em seu orçamento para este ano, a Petrobrás calculou que teria um gasto médio de 19 dólares por barril de petróleo importado. Para a surpresa geral, os preços do óleo no mercado internacional despencaram para a faixa de 10 dólares o barril, mas os preços dos combustíveis cobrados pela Petrobrás no mercado interno não acompanharam essa queda. É este lucro extra que a empresa vem obtendo que o governo irá apropriar-se através da aplicação do IOF sobre as importações do óleo bruto. O motivo pelo qual a alíquota do imposto será variável é simples: permite maior flexibilidade ao governo, caso os preços do petróleo se elevem novamente ou caiam mais ainda.

Quanto você vai gastar com seu carro

modelo	cm³	tanque	consumo álcool cidade	consumo álcool estr.	consumo gasolina cidade	consumo gasolina estr.	antes das medidas álcool (Cz$)	antes das medidas gasolina (Cz$)	depois das medidas álcool (Cz$)	depois das medidas gasolina (Cz$)
FIAT										
147	1.299	52	9,1	11,0	12,1	15,0	161,2	211,8	201,5	264,8
Uno	1.298	55	8,7	12,4	12,2	17,1	170,5	223,0	213,1	278,75
Panorama	1.298	52	9,5	11,9	12,6	15,8	161,2	211,8	201,5	264,8
FORD										
Corcel	1.555	57	8,5	12,1	10,4	15,3	176,7	231,2	220,8	289,6
Belina	1.555	63	8,5	12,1	10,4	15,5	195,3	256,4	244,0	320,5
Del Rey	1.555	57	8,4	12,2	10,4	15,5	176,7	231,8	220,8	289,8
Escort	1.555	48	9,4	12,9	11,8	16,7	148,8	195,3	186,0	244,1
GENERAL MOTORS										
Chevette	1.599	45	9,0	11,8	11,0	14,4	139,5	183,1	174,3	228,8
Monza	1.800	61	8,4	11,5	10,0	15,0	189,1	248,2	236,5	310,2
Opala	2.470	84	7,2	10,3	8,9	11,8	260,4	341,8	325,5	427,2
Caravan	2.470	84	7,3	10,3	9,0	11,8	260,4	341,8	325,5	427,2
VOLKSWAGEN										
Fusca	1.584	41	8,8	11,5	11,2	14,5	127,1	166,8	158,8	208,5
Gol (água)	1.594	55	8,9	11,6	11,5	14,3	170,5	223,8	213,1	279,7
Voyage	1.588	55	8,9	11,3	11,5	14,3	170,5	223,8	213,1	279,7
Passat	1.588	60	8,8	11,2	11,2	14,1	186,0	244,2	232,5	305,2
Santana	1.781	75	8,9	12,5	11,8	15,1	232,5	304,8	290,6	381,1
Kombi	1.584	47	6,1	7,1	8,1	9,3	145,7	191,2	182,1	239,0

* Foram considerados apenas os modelos mais vendidos.
* Para base dos cálculos levou-se em conta um imposto compulsório de 25%, de acordo com o plano original do governo.

Fonte: Secretaria de Tecnologia Industrial do MIC

PLANO DE METAS DO GOVERNO



O ministro do Planejamento, (E), levou ao presidente da República, José Sarney (D), o Plano de Metas que depois seria anunciado ao país através de uma cadeia nacional de rádio e televisão

Sarney pede a compreensão do povo

O presidente José Sarney, ao anunciar ontem, em pronunciamento dirigido à Nação em rede de rádio e televisão, as novas medidas econômicas convocou todos os brasileiros para ser "presidente" e governar junto com ele, justificando que "o fundo agora constituído é um esforço para que não haja atraso no caminho do Brasil". Sarney lembrou também que é imprescindível a compreensão do povo para o empréstimo que foi criado, "que é uma poupança".

O discurso do presidente Sarney, em sua íntegra:

"Brasileiras e Brasileiros,

Mais uma vez o presidente pede um pouco de atenção.

Tomamos hoje algumas medidas cujo objetivo é assegurar as conquistas do Plano Cruzado e preparar o Brasil para ocupar o seu grande espaço no século XXI.

A cada dia tenho mais a convicção de que serei o último presidente de um Brasil subdesenvolvido, mergulhado na pobreza e sem encontrar a sua identidade.

Estou aqui para assumir responsabilidades e presidir um governo afirmativo. O povo espera deste governo decisões. E elas não têm faltado.

A elevação concentrada do consumo, sem a resposta dos investimentos, esbarrará nos limites impostos pela capacidade de produção, reanimando as forças inflacionárias. Nada colocará em risco o congelamento de preços. Ninguém quer de volta o horror inflacionário de antes do Plano Cruzado. Este é, pois, o momento de ampliar os investimentos em infra-estrutura, de modernizar a indústria e a agricultura, de construir um sistema científico avançado, de dominar tecnologias de ponta, e liquidar com a miséria absoluta. Não há outra forma de garantir o progresso econômico e sustentar os programas sociais.

Trágicas foram as experiências históricas que dissociaram o crescimento da economia como um todo da melhoria das condições de vida do conjunto da população.

O Brasil tem condições materiais e morais para resolver seus problemas sociais. Não pode adiar as iniciativas que possibilitarão o surgimento de uma sociedade menos desigual e mais justa. Esta nova sociedade democrática só se tornará realidade quando forem erradicadas a miséria ou a penúria extrema que pune um quarto da população brasileira. Este é o objetivo maior para o qual peço o apoio e a contribuição de todos. É possível e imperioso viabilizar um país no qual cada brasileiro tenha garantidas as condições mínimas de sobrevivência. Só assim teremos deixado para trás as amarguras do subdesenvolvimento.

O mundo do futuro está aí. Não será um mundo de nações pobres e ricas, mas um mundo de nações que dominam tecnologias e de nações culturalmente atrasadas.

O grande objetivo é livrar o Brasil de todas as dependências econômicas, sociais, científicas, tecnológicas.

Para isso é preciso não ter medo. Para consolidar a democracia, sabendo vivê-la.

Para defender o plano cruzado, a economia popular.

Para crescer, progredir, modernizar o Brasil para os tempos que estão chegando.

O futuro não cobrará desta geração, nem de mim, a omissão, a falta de visão nacional, a coragem de ousar.

Se quereis ousar, dizia Fernando Pessoa, ousai.

Para essa tarefa de construir o futuro eu convido o povo brasileiro, nesta hora em que mais uma etapa começa para a Nova República.

O Brasil deu certo. Vamos caminhar juntos agora na construção do futuro.

Para evitar o caos, nossa primeira tarefa foi restaurar as instituições, fazer voltar a liberdade e a democracia. Acabar com o autoritarismo. Cumprir com a promessa feita por Tancredo, na esperança resumida numa frase: Muda Brasil.

E isso foi cumprido integralmente. O Brasil voltou a ter um governo do povo e no exterior é respeitado como uma democracia soberana que não é candidata das grandes potências nem está prisioneira de pequenos conflitos.

A segunda etapa foi enfrentar a anarquia econômica, a inflação devastadora. Fizemos o plano cruzado. Graças a Deus a inflação galopante está morta. A especulação foi banida. Mas o plano cruzado não era só um ponto de chegada. Era muito mais um ponto de partida. Uma mudança de comportamento, de mentalidade, de atitude.

Agora, a terceira etapa: Um ambicioso plano de metas, que deverá investir 163 bilhões de dólares - dinheiro nosso - em quatro anos. Recursos orçamentários e provenientes do Fundo de Desenvolvimento Nacional hoje criado, que vai mudar a face do país.

A finalidade do plano é preparar nossa estrutura para o século XXI como uma nação com desenvolvimento econômico e sem pobreza.

O objetivo é um Brasil rico, com nível de vida para toda a população igual ao da Europa mediterrânea. Sem a vergonha da fome.

Podemos sonhar alto. Vamos investir no setor social, transportes, energia, ciência e tecnologia, educação, saúde; reduzir os desníveis regionais. Abrir as janelas que colocarão o Brasil a salvo dos abalos econômicos e institucionais.

Renovar, transformar, criar, motivar a juventude e todo o povo para enfrentar o desafio de banir a miséria, dar dignidade à vida. Enfim, a arrancada final deste país.

O Programa de Estabilização Econômica acabou com a correção monetária, reduziu a inflação a níveis que nestes quatro meses ficaram em 3,38 por cento, do IBGE, e a 0,62 por cento da FGV. O custo da cesta básica de alimentos baixou em 5,7 por cento. A ciranda financeira sumiu. O poder aquisitivo dos assalariados subiu bastante. As classes mais pobres ficaram mais beneficiadas e houve uma real transferência de renda. O emprego aumentou. A produção se expande e em toda parte procura-se mão-de-obra. Nunca o Brasil viveu uma época de paz, de prosperidade, com o povo tão satisfeito com o país. Pequenas turbulências, já esperadas, não foram capazes de abalar o que plantamos. O êxito é completo.

São fatos que dão crédito ao governo.

É preciso preservar estas conquistas. É dever e obrigação preservá-las, fazer tudo para que jamais possam desaparecer. Portanto, para evitar ameaças ao plano cruzado, tomamos qualquer medida absolutamente necessária e que se destina a assegurar a manutenção dos benefícios obtidos pelo povo, nada de inflação, nada de aumento de preços. Manter o congelamento.

Por outro lado, o governo tem de ser um momento histórico do país. Tem de ser um governo de realizações e mudanças. Não pode ficar deitado nos louros de ter matado o monstro inflacionário. É necessário realizar, trabalhar, construir, levantar os alicerces do futuro.

O fundo agora constituído é um esforço para que não haja atraso no caminho do Brasil. Precisamos manter o crescimento. O nível de empregos, criar condições de infra-estrutura para que a iniciativa privada seja o carro-chefe do desenvolvimento.

São medidas de caráter econômico que completam o plano cruzado, o defendem dos seus inimigos e ao mesmo tempo asseguram o crescimento do país. Crescimento é mais emprego, melhores salários, maior prosperidade para todos.

É imprescindível a compreensão do povo para o empréstimo que foi criado, que é uma poupança. Isto é, todos os que consomem gasolina ou compram carros, novos ou usados, participarão de um fundo que é igual a uma caderneta de poupança, com todas as vantagens desta, durante três anos. Como a nossa moeda, o cruzado é forte, os detentores deste fundo terão uma reserva da qual poderão se valer amanhã.

Um programa de tamanha envergadura reclama a constituição de instrumentos de financiamento que preservem a saúde das contas públicas e protejam as classes de menor poder aquisitivo. O Fundo Nacional de Desenvolvimento está sendo criado para mobilizar a cada ano um volume adicional de poupança, da ordem de 3 por cento do PIB, indispensável para garantir os investimentos previstos no plano de metas. Os recursos serão obtidos através de contribuições proporcionais do dispêndio de bens e serviços não-essenciais que integram o padrão de consumo das camadas de alta renda. Os brasileiros mais bem sucedidos prestarão inestimável ajuda para a redenção de milhares de brasileiros desfavorecidos e para a construção de um futuro melhor para seus filhos e netos.

O governo fez questão de garantir para os empréstimos subscritos à fração mais capacitada de contribuintes uma remuneração de mercado. Também não temos cada cidadão ativo e fiscal dos empreendimentos que serão realizados com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento. A co-responsabilidade na gestão da coisa pública é a forma apropriada de assegurar a eficiência na aplicação do dinheiro que não é do governo mas de todos.

O governo austero, responsável, está empenhado cada vez mais num sistema de economia de gastos, reduzindo ao essencial. O déficit público em conta corrente do governo, que em 85 foi de 1,5 por cento do PIB, em 86 será de 0,6 por cento. As estatais estão sob controle. As contas públicas ajustadas. Estamos trabalhando na racionalização da administração pública e em breve a reforma administrativa começará a render frutos.

Investimos no cidadão no setor social. Avançamos nossos programas. Já estamos distribuindo, diariamente 1 milhão e meio de litros de leite a crianças de até 6 anos.

Há sensibilidade para as reivindicações trabalhistas. Agora mesmo estamos enviando ao Congresso a lei de negociações coletivas, uma etapa importante na relação empregado-empregador. Vencendo todas as resistências, caminha a reforma agrária.

Assim, tudo o que fizemos hoje é para defender o plano cruzado e para o financiamento do programa de metas, que será o grande salto do país.

O plano de metas é o outro nome do plano cruzado. Ambos designam uma só natureza, pois que originários da mesma concepção: desenvolvimento sustentado com estabilidade de preços e justiça social. Enganam-se os que esperam recuos do governo diante de medidas enérgicas, porém necessárias. Desprezam a inteligência do povo, a quem pretendem, em vão, iludir. Deles se pode dizer que Talleyrand falava dos Bourbon: "Eles nada aprenderam, nem nada esqueceram".

Mais uma vez venho ao povo para não ser somente fiscal do presidente. Venho lembrar uma frase que certa noite usei ao dirigir-me à nação: "Ponham-se no meu lugar". Seja fiscal e seja presidente. Avalie a gravidade e importância das decisões a serem tomadas, as imensas responsabilidades que pesam sobre meus ombros e veja os nossos progressos.

Deu certo. Somente pude fazer o que tenho feito porque tive o povo ao meu lado. Minha força é a força do povo. Confiemos. O povo brasileiro é melhor do que todos nós individualmente somados, porque ele tem o sentimento da pátria, a guarda do futuro.

Seja portanto presidente e governemos juntos.

Muito obrigado"

Funaro e Sayad justificam medidas



O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, defendeu as medidas complementares ao Plano Cruzado alegando que o trabalhador não foi prejudicado e que o objetivo é impedir que o crescimento nacional seja interrompido

Brasília (EBN) - "O Plano Cruzado vai muito bem e as medidas anunciadas hoje (ontem) estão relacionadas com o crescimento. O Brasil pretende resolver o problema da miséria de uma vez por todas", disse o Ministro do Planejamento, João Sayad, ao anunciar o Plano de Metas do Governo. Segundo ele, o plano contempla metade de seus recursos para a área social, "trata-se de ver por todos a correção monetária e diminuir as taxas de juros. "As medidas são positivas e buscam um desenvolvimento semelhante aos países da Europa", afirma Sayad.

O Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, disse que o Brasil está melhorando com o crescimento da produção de empregos e a baixa inflação. Mas para ele, o Brasil pode ser melhor ainda do que é hoje, quando 1/5 da população convive com dificuldades. "Somos obrigados a fazer alguns investimentos para permitir que o Brasil realmente trilhe o seu caminho. O caminho que estamos hoje é completamente diferente do que foi no passado. Os preços têm que continuar congelados e agora que preferimos a mesma espécie de poupança compulsória com os automóveis, cuja demanda está alta. Mas temos certeza de que, nos outros setores, a oferta vai se igualar à procura. As medidas de hoje (ontem) são para garantir o crescimento e resolver os problemas sociais do país", afirmou Funaro.

A íntegra da entrevista dos Ministros Funaro e Sayad:

João Sayad: O presidente anunciou hoje (ontem) um conjunto de medidas, que têm as seguintes características: em primeiro lugar, é preciso compreender que o Plano Cruzado vai muito bem. O Plano Cruzado é um plano de muito sucesso. Nós teremos neste mês, no máximo, pelo por índice, três por cento de inflação e a alimentação até este momento tem apresentado variações negativas. Então o Plano Cruzado vai muito bem. As medidas que o presidente está anunciando e adotando são medidas relacionadas a duas coisas.

Em primeiro lugar, ao crescimento. O Governo apresentou um Plano de Metas que pretende preparar o país para seu futuro. Nós precisamos investir em infra-estrutura, em energia, em transportes. Esse Plano de Metas que foi entregue ao presidente é um Plano que prepara o Brasil para um futuro que merece, que todos nós brasileiros merecemos. É um Plano que também contempla metade de seus recursos para a área social. É um plano que pretende, junto com o crescimento, resolver de vez por todas o problema da miséria brasileira. Para financiar este Plano foram estabelecidos empréstimos sobre o consumo que têm como objetivo financiar este programa de investimentos.

No passado, os investimentos do Governo eram financiados ou por inflação ou por dívida externa ou por arrocho salarial. Neste momento apresentamos ao presidente que aprovou, medidas de empréstimos sobre o consumo de luxo. O consumo pode ser postergado, pode ser adiado. Não estamos penalizando de maneira o trabalhador nem o consumidor de baixa renda, nem o consumidor essencial. Nós continuamos com o Plano Cruzado, no compromisso com o trabalhador brasileiro. Além disso foram apresentadas várias medidas que complementam o Plano Cruzado. Erradicam de vez por todas a correção monetária no mercado financeiro e reduzem as taxas de juros. Esta é a natureza das medidas que foram apresentadas. São medidas positivas, que vêm para financiar o crescimento da economia brasileira e o programa de gastos sociais do Governo.

Temos certeza, temos convicção de que a economia brasileira tem condições de acabar com a miséria e tornar este Brasil até o ano 2000 um país onde a miséria absoluta está erradicada, um país com nível de desenvolvimento semelhante aos países da Europa mediterrânea. É para iniciar essas medidas foram tomadas, para financiar um imenso programa de desenvolvimento e de combate à pobreza.

Dilson Funaro - Eu complementaria dizendo algo que todos nós acreditamos. O Brasil está melhorando, todos nós sabemos dessa distribuição de renda, emprego, crescimento da produção, inflação muito baixa, mas todos nós temos uma certeza que o Brasil pode ser melhor do que é hoje. Ainda convivemos com um quinto da população em dificuldades sérias. Eles são nossos irmãos. Quando vamos aumentar a produção de alimentos e verificamos que não temos ainda armazéns suficientes para estocar, e transformar uma estabilidade de preços com estoque regulador de alimentos e sabemos que precisamos alguns investimentos em armazéns, em silos, quando nós verificamos que a população brasileira está comprando muito mais, está tendo realmente a possibilidade de consumir afastar aquele fantasma do desemprego. Quando nós verificamos as necessidades para manter isso, nós somos obrigados a fazer alguns investimentos para permitir que continue uma melhoria desse bem-estar para população brasileira.

Euforia apenas não constrói uma nação. Nós precisamos fazer investimentos básicos para permitir que o Brasil realmente trilhe esse seu caminho de, num momento que é histórico como hoje, que tem possibilidades no mercado internacional, tem possibilidade como uma grande nação de resolver os seus problemas sociais, de enfrentar de vez, de produzir mais, de ser mais competitivo, de modernizar a sua administração, nada se faz sem poupar também investimentos e financiamentos.

Como é que nós fomos buscar financiamentos para esse plano? Completamente diferente do passado. O ministro Sayad já salientou e eu saliento de novo. Nós não fomos buscar fazendo uma política de Imposto de Renda na Fonte que diminuía o salário do trabalhador. Ao contrário, a reforma tributária de novembro do ano passado, e que está em curso, nós diminuímos o Imposto de Renda na Fonte dos trabalhadores. Atualmente, com o Plano Cruzado, nós estabelecemos uma relação de salários, de preços, preços congelados, que têm que continuar congelados e nós só fomos buscar esse apoio numa espécie de poupança compulsória. Em artigos, por exemplo o automóvel, que neste momento examinando todos os setores produtivos da sociedade brasileira é um setor que, para ampliar a sua produção, necessita ainda de um tempo razoável, um ano e meio a dois anos. Todos os outros setores cuja demanda está forte nós não fizemos nenhum tipo de poupança porque temos certeza que os investimentos estão ocorrendo, estão aumentando e nesses outros setores, num prazo muito mais curto, vai existir uma oferta de bens que igualará a demanda atual.

Aconteceu em condições. Nós vimos estoques de inverno até subiram o preço naquela época. Nós examinamos e hoje grandes cadeias de lojas fazendo liquidações de estoque de inverno, termina o inverno praticamente. É demonstrando que a indústria foi capaz de entregar artigos de inverno na quantidade razoavelmente equilibrada com a demanda nacional. O problema da indústria automobilística é um pouco diferente, o problema de energia elétrica para o Brasil, como investimento do Governo é diferente, nós não podemos ter seis meses hoje e ficar que vem em 1988 faltar energia elétrica para produzir bem ou menos país. Portanto, é uma responsabilidade de fazer com que o Brasil enfrente os problemas, cresça como nação. Nós estamos fazendo com que o bem-estar do povo brasileiro aumente no futuro. Este é o significado das medidas que estão sendo tomadas hoje (ontem). Por isso nós acreditamos que o Brasil possa ser melhor do que ele é hoje. Ele está melhorando e é exatamente nesta condição que nós estamos tomando medidas para garantir o crescimento e resolver os problemas sociais brasileiros.

Vamos começar a discutir as medidas. Há várias e algumas foram publicadas pelos senhores. Vamos relacionar as medidas importantes. Existe um elenco de medidas no mercado financeiro, que atinge o mercado financeiro, importantes para redução de juros. Nós mudamos Imposto de Renda dos títulos, diminuímos a porcentagem do Imposto de Renda. O segundo ponto importante que estava na reforma tributária de novembro, em termos de colocação de títulos da dívida interna brasileira, temos 300 bilhões de cruzados. Nós sabemos que 75% dessa dívida rolam em menos de 60 dias. Portanto essa dívida é quase moeda. Então uma das medidas tomadas na reunião do Conselho Monetário Nacional é que, na realidade, estamos aumentando muito o Imposto de Renda, que antigamente podia chegar até 12%, nós estamos indo para mais de 40%, para os títulos que são negociados num período de 60 dias. O que representa isso? Se um cidadão compra um título de 90 dias, e fica com o título, ele não paga Imposto de Renda, paga nos CDBS, etc, menos nos títulos oficiais. Mas se ele negociar esse título, ficar três dias com esse título e passar adiante esse título, aplicar dinheiro por três dias, realmente ele não vai ter uma remuneração de 5,6%. Portanto, o Imposto de Renda será muito pesado nessa parte do capital para pessoas ou empresas que apliquem em título a curtíssimo prazo. Se ele ficar com o título mais de 60 dias não há aumento de Imposto de Renda e vale exatamente que ele tinha.

Essa modificação pode dar um ganho e diminuição no serviço da dívida interna brasileira de cerca de 14 bilhões de cruzados. É importante. Ela foi tomada em novembro do ano passado num mercado indexado. Agora estamos adaptando esta medida para um mercado com uma estabilidade, com uma inflação extremamente baixa.

Segundo ponto haverá uma nova na Caderneta de Poupança, provavelmente com o mesmo ganho, mas desvinculada do IGP. Nós criaremos nos próximos dias, dez, quinze dias. Provavelmente uma Caderneta com juros flutuantes, o que significa que na realidade nós estamos cada vez nos afastando da indexação. E a população terá a escolha de uma Caderneta como existe hoje e de uma outra Caderneta que nascerá nos próximos dias. Serão mantidos os dois sistemas por um tempo para que a população realmente verifique o ganho das duas e tenha opção no momento oportuno e faça sua opção no momento oportuno.

Ministro nega autoritarismo do Governo

Brasília (AJB) - Ao explicar as medidas anunciadas pelo governo para redução do consumo e complementar o Plano Cruzado, o Ministro do Planejamento João Sayad assegurou que elas "não vão atrapalhar as eleições porque a população vai entender seu alcance e distinguir democracia de demagogia". Sem admitir qualquer traço de autoritarismo na iniciativa do Governo, Sayad disse que um Governo democrático "como nosso tem que dispor de meios para baixar medidas desta natureza que resultarão em benefício da população".

"Medidas como estas, que através da retenção de 2 por cento da poupança da população para financiar o crescimento econômico são absolutamente justificáveis", acrescentou o Ministro, que manifestou, por várias vezes, a convicção de que "a população vai entendê-las porque compreenderá que são necessárias e inadiáveis ao desenvolvimento do país".

Sobre os empréstimos compulsórios:

"É preciso que se compreenda que os empréstimos compulsórios não são aumentos, mas uma poupança compulsória que resultará num papel representativo de uma boa aplicação através dos lucros das estatais e também com rendimento de juros, iguais aos das cadernetas de poupança".

Sobre o sigilo das medidas

"As medidas foram elaboradas em sigilo, sem consulta à sociedade pela sua natureza. Se os empréstimos compulsórios fossem discutidos publicamente, haveria, necessariamente, uma antecipação dos gastos. Elas foram analisadas e discutidas com as lideranças políticas do Governo. Agora serão submetidas ao Congresso Nacional, como se faz em todo Governo Democrático".

Apoio popular às medidas

Da mesma forma como a população entendeu, apoiou e aplaudiu o Plano Cruzado, entenderá e dará apoio a esse conjunto de medidas que não se destina a financiar o déficit público, mas a financiar um programa de investimento do Governo, absolutamente necessário ao desenvolvimento econômico do país".

Crescimento econômico

"O plano de Metas do Governo prevê um substancial crescimento na produção de aço, quando se atingirá as 17 mil toneladas e uma produção de grãos da ordem de 71 milhões de toneladas de grãos. Isto é crescimento econômico que não se faz sem investimentos e para isto necessitamos de poupança".

Plano Cruzado

"O Plano Cruzado vai muito bem. É um sucesso inegável. Conseguimos controlar a inflação que está em torno de 3 por cento (acumulada), sendo que os preços dos alimentos estão apresentando, inclusive, uma variação negativa. As medidas anunciadas são complementares ao Plano Cruzado e se destinam a financiar o crescimento econômico de modo a preparar o Brasil que todos nós queremos e todos os brasileiros merecem".

"Com este elenco de medidas o Governo contempla especialmente a área social. Vamos resolver de uma vez por todas o problema da miséria que até o ano 2.000 estará totalmente erradicada do país que terá um nível de desenvolvimento igual aos dos países da Europa.

Táxis repassarão aumentos

Brasília (AJB) Somente os táxis terão direito de repassar ao consumidor o aumento de 28 por cento decretado pelo presidente da República sobre os preços da gasolina e do álcool. Durante encontro com os líderes políticos, ocorrido ontem à tarde no Palácio do Planalto, o presidente José Sarney informou que o Conselho Interministerial de Preços estará reunido hoje para autorizar o reajuste das tarifas dos táxis que variará entre 8 e 15 por cento.

- Só os táxis - disse e repetiu o Ministro Dilson Funaro, da Fazenda, respondendo a centenas de perguntas que os repórteres dispararam no Palácio do Planalto e no Ministério da Fazenda após o anúncio das novas medidas econômicas. Funaro foi taxativo: "Os outros setores não podem subir os preços. Nem ônibus, nem qualquer outro tipo de transporte. Não subimos o óleo diesel, o pneu não subiu e não precisamos qualquer ajuste a mais". O ministro da Fazenda, chegou a exagerar: "Está tudo congeladíssimo".

O presidente do Banco Central, Fernão Bracher, à entrada do Ministério da Fazenda, também explicou o aumento das tarifas dos táxis e defendeu a tese de que o empréstimo compulsório não é inflacionário: "O empréstimo não pode ter efeito inflacionário porque não afetou o óleo diesel. Diesel é o que efetivamente inflaciona pois o reajuste é repassado ao consumidor".

A penalização da classe média não existe, garantiu Bracher. "A instituição do empréstimo compulsório é a contrapartida para a grande vantagem da estabilização de preços e da queda da inflação". O ministro João Sayad, do Planejamento, economizou palavras: "Não se pode incluir nos cálculos da inflação um dinheiro que será devolvido, mesmo que seja daqui a três anos".

O empresário Sérgio Quintella, construtor e presidente do PFL do Rio, deu outro tom às medidas governamentais: " O empréstimo compulsório é um aumento real da gasolina e do álcool e, obviamente deveria entrar nos cálculos da inflação". Quintella acha que o Governo deveria ter seguido outro caminho: "Conter seus próprios gastos e decretar o aumento de impostos".

Análise semelhante fez o presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antonio de Oliveira Santos: "Teoricamente, o empréstimo compulsório é uma poupança forçada. Na prática é um aumento real e até quem deveria estar na defesa do Governo, foi realista: "É evidente que o empréstimo é uma forma de tributo", reconheceu o presidente em exercício do BNDE, Rômulo de Almeida.

SAÚDE, EDUCAÇÃO E ALIMENTOS, AS BASES PRINCIPAIS DO PLANO

Brasília (AJB) - o Plano de Metas dá total prioridade para a questão da pobreza e do desenvolvimento social, e visa "estancar a reprodução da miséria e construir a base material" da sociedade brasileira. O governo quer criar mais empregos e, ao mesmo tempo, permitir que 4 milhões 500 mil trabalhadores passem a ganhar mais de um salário mínimo em 1989, dentro de sua intenção de "viabilizar as mudanças sociais e o processo de crescimento econômico sustentado, com simultânea distribuição de renda e riqueza, reduzindo assim as desigualdades e erradicando a pobreza".

"Prover alimentação básica para todas as crianças brasileiras" é o que o Governo pretende através dos programas de suplementação alimentar, que vão beneficiar, segundo o Plano, 15 milhões 900mil mulheres e crianças, o Programa Nacional de Leite objetiva garantir para 10 milhões de crianças, até seis anos, um litro de leite por dia, para cada uma, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar deverá atender a um total de 34 milhões de crianças durante 270 dias úteis do ano.

" A universalização da educação básica e a erradicação do analfabetismo constituem obrigação prioritária do Governo". O plano propõe oferecer escola pública a todas as crianças de sete a 14 anos, estimadas em 25 milhões e 400 mil.

"Melhorar as condições de moradia da população brasileira". Será ampliado o Plano Nacional de Habitação, destinando-se às populações de baixa renda, através da construção de 1 milhão 687 mil casas populares, melhores condições sanitárias e de abastecimento de água, nos meios urbano e rural, com a implantação de 4 mil 500 sistemas de abastecimento, para 337 mil domicílios é outra meta básica.

No campo da saúde, destaque será dado às ações preventivas, a ampliação e a democratização do acesso aos serviços médicos. O governo pretende construir 3 mil e 200 novos ambulatórios e instalar 11 mil leitos, aumentando a capacidade de atendimento ambulatorial e hospitalar em 43 % e 38 % respectivamente o Plano prevê a erradicação da poliomielite e da raiva e o controle epidemiológico do sarampo, tétano, difteria e coqueluche. Estima também distribuir medicamentos gratuitamente ou a preços reduzidos a cerca de 45 milhões de pessoas e, 1989.

O governo manteve sua intenção de garantir a posse da terra e assentar 1 milhão e 400 mil famílias no campo, através da implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária, para reconhecer o direito à posse da terra àqueles que nela trabalham, provendo as condições necessárias a sua fixação no meio rural e eliminando do campo brasileiro o latifúndio", segundo o Plano.

Para a região nordeste, pretende-se um crescimento mais acelerado do que o previsto para o restante do país, a fim de reduzir os desequilíbrios regionais. São Metas: promover o crescimento do BIP regional a uma taxa anual superior em 2% à média nacional, ou seja, 9% ao ano, gerar, até 1989, 1 milhão 700 mil novos empregos, irrigar 1 milhão de hectares e incorporar à faixa do salário mínimo a 5 milhões de trabalhadores hoje em condições de subemprego.



Ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira

Dante não vê problema para a reforma agrária

Brasília (EBN) - O ministro Dante de Oliveira disse ontem, após um rápido encontro com o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, que as medidas complementares ao Plano Cruzado, com taxação extra sobre viagens ao exterior e venda de automóveis e combustíveis, não desviarão a atenção da reforma agrária, que, segundo ele, "tem que ser feita".

Dante acha que há hoje no país uma grande mobilização pela reforma agrária e, o que é mais importante, a firme disposição do presidente José Sarney em executá-la: "Essa reforma ninguém mais pára. E como eu disse ao presidente: "o senhor soltou um touro bravo na área, e precisa domá-lo".

IRIS

O ministro da Agricultura, Íris Rezende, declarou ontem, que o "Governo não pode fugir às medidas econômicas, mesmo que impopulares, quando necessárias". Esse novo conjunto de decisões, na opinião de Rezende, vai permitir viabilizar a política econômica, e o objetivo é encontrar uma posição "tranquila, estável e saudável para a população brasileira", garantiu o ministro.

Rezende adiantou que "não podemos esperar que os problemas sejam resolvidos sem sacrifícios". Observou, porém, que o empréstimo compulsório sobre a gasolina "não vai se refletir nos preços dos hortifrutigranjeiros" e outros alimentos, pois o transporte desses produtos é feito basicamente através de veículos movidos a diesel.

Novas medidas em 23 artigos

Brasília (AJB) - O Decreto-Lei 2.288, de 23 de julho de 1986, assinado e divulgado pelo presidente Sarney em sua íntegra:

Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento, institui Empréstimo Compulsório para absorção temporária de excesso do poder aquisitivo e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 55, item II, da Constituição, e de acordo com o Artigo 15, item III, do Código Tributário Nacional (Lei Nº 5.172, de 25 de outubro de 1966),

Decreta:

Art. 1º. É criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), de natureza autárquica, com o objetivo de fornecer recursos para realização de investimentos necessários à dinamização do desenvolvimento nacional e apoio à iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas.

Parágrafo Único. É vedada a aplicação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento em custeio de despesas correntes.

Art. 2º. O patrimônio inicial do Fundo será constituído pela conferência de ações de empresas controladas, direta ou indiretamente, pela União, de propriedade de entidades da administração federal.

Parágrafo 1º Estão excluídas do disposto neste artigo;

A) As ações necessárias à manutenção do controle acionário das empresas, bem como as ações das Empresas Nucleares Brasileiras S.A. - Nuclebras e da BNDES Participações S.A. - Bndespar;

B) Outras que, a critério do Conselho de Desenvolvimento Econômico, não devam integrar o patrimônio do Fundo.

Parágrafo 2º Para os efeitos deste Decreto-Lei, são consideradas de capital aberto somente as companhias que tenham ações cotadas nas Bolsas de Valores.

Parágrafo 3º As ressalvas contidas no parágrafo 1º deste Artigo não se aplicam às empresas a serem privatizadas mediante alienação de controle, relacionadas em ato do Poder Executivo.

Parágrafo 4º O valor das ações para fins de conferência será determinado pela cotação média dos últimos trinta dias em Bolsa de Valores ou, na falta deste, pelo valor contábil do patrimônio líquido apurado e balanço patrimonial de 30 de junho de 1986.

Art. 3º A União subscreverá quotas do Fundo com o produto da arrecadação do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários.

Parágrafo Único. O [illegible] não poderá [illegible] dotações orçamentárias [illegible].

Art. 4º O Fundo poderá emitir quotas, sempre na forma escritural nominativa, bem como obrigações de longo prazo, com o objetivo de captar recursos junto a investidores.

Art. 5º. A partir de 31 de dezembro de 1989, as quotas do Fundo terão direito a um dividendo anual mínimo, isento do Imposto de Renda, de 25% (vinte e cinco por cento) do rendimento real de cada exercício.

Art. 6º. As quotas do Fundo ficam indisponíveis até 31 de dezembro de 1989. Após essa data, poderão ser negociadas e transferidas, sujeitando-se às normas vigentes no mercado acionário.

Art. 7º. As entidades fechadas de previdência privada, mantidas por empresas públicas, sociedades de economia mista, federais ou estaduais, autarquias, inclusive as de natureza especial e fundações instituídas pelo Poder Público aplicarão 30% (trinta por cento) de suas reservas técnicas em obrigações do Fundo com prazo de 10 (dez anos) e rentabilidade mínima equivalente à das letras do Banco Central.

Parágrafo 1º. A aplicação a que se refere este Artigo deverá ser realizada nas seguintes condições:

A) Um terço, até o dia 30 de outubro de 1986;

B) Um terço adicional, a cada período de quatro meses, que se seguir à aplicação prevista na letra "A", até total integralização.

Parágrafo 2º. Caberá ao Conselho Monetário Nacional adequar as distribuições das reservas técnicas das entidades fechadas de previdência privada às exigências deste artigo.

Parágrafo 3º. Pode o Conselho Monetário Nacional alterar as condições da aplicação a que se refere este artigo.

Art. 8º. O FND poderá alienar bens integrantes de seu ativo.

Art. 9º. O Fundo Nacional de Desenvolvimento, vinculado ao Ministério da Fazenda, será administrado por uma secretaria executiva.

Parágrafo 1º. Cabe ao Conselho do Desenvolvimento Econômico (CDE) fixar diretrizes para atuação do FND e aprovar seu orçamento.

Parágrafo 2º. Fica a Secretaria de Planejamento da Presidência da República encarregada da elaboração do orçamento do Fundo, respeitados tanto a previsão de recursos quanto o Programa de Dispêndios Globais - PDG.

Parágrafo, 3º. Mantém-se, para as aplicações do Fundo às empresas estatais, as normas previstas no Artigo 1º do Decreto nº 84.128, de 29 de outubro de 1979.

Art. 10º. É instituído, como medida complementar ao programa de estabilização econômica, estabelecido pelo Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, empréstimo compulsório para absorção temporária do excesso de poder aquisitivo.

Parágrafo Único. O empréstimo compulsório será exigido dos consumidores de gasolina ou álcool para veículos automotores, bem como dos adquirentes de automóveis de passeio e utilitários.

Art. 11º. O valor do empréstimo é equivalente a:

I - 28% do valor do consumo de gasolina e álcool carburante

II - 30% do preço de aquisição de veículos novos e de até um ano de fabricação;

III - 20% do preço de aquisição de veículos com mais de um e até dois anos de fabricação;

IV - 10% do preço de aquisição de veículos com mais de dois e até quatro anos de fabricação.

Art. 12º. O empréstimo calculado sobre o consumo de combustível será cobrado, junto com o preço do produto, pelas empresas refinadoras, distribuidoras e varejistas de gasolina e álcool e recolhido pelas refinadoras, no prazo de quinze dias úteis.

Art. 13º. Nas aquisições de automóveis de passeio e utilitários, o empréstimo será devido no momento da aquisição, antes do licenciamento ou da transferência de propriedade.

Parágrafo 1º. O alienante reterá uma via do documento de arrecadação do empréstimo e será solidariamente responsável pelo pagamento.

Parágrafo 2º. As repartições de trânsito arquivarão, no ato da transferência de propriedade do veículo, cópia do documento de arrecadação do empréstimo.

Parágrafo 3º. A Secretaria da Receita Federal baixará, periodicamente, pauta de valores de veículos usados, para determinação do montante do empréstimo.

Parágrafo 4º. O empréstimo de que trata este artigo não será exigido:

A) Na aquisição de veículos fabricados há mais de quatro anos;

B) Na alienação fiduciária em garantia;

C) Na venda efetuada pelo fabricante à concessionária autorizada;

D) Na aquisição de veículos que se destinem comprovadamente à condução de passageiros na categoria de aluguel (táxi);

E) Nos demais casos especificados em ato do Ministro da Fazenda.

Art. 14º. O empréstimo de que trata este Decreto-Lei incidirá sobre os fatos ocorridos no período entre a data de sua publicação e 31 de dezembro de 1989.

Art. 15º. O empréstimo compulsório incidente sobre aquisição de veículos será recolhido à rede arrecadadora de receitas federais, em documento próprio, especificado em ato do Poder Executivo.

Parágrafo Único. O valor do empréstimo ficará indisponível no Banco Central do Brasil.

Art. 16º O empréstimo será resgatado no último dia do terceiro ano posterior ao seu recolhimento, efetuando-se o pagamento com quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento criado neste Decreto-Lei.

Parágrafo 1º. O valor do resgate do empréstimo compulsório sobre o consumo de gasolina e álcool será igual ao valor do consumo médio por veículo, verificado no ano do recolhimento, segundo cálculo a ser divulgado pela Secretaria da Receita Federal, acrescido de rendimento equivalente ao das Cadernetas de Poupança.

Parágrafo 2º. O empréstimo compulsório sobre aquisição de automóveis de passeio e utilitários terá rendimento equivalente ao das Cadernetas de Poupança.

Art. 17º. A falta de realização, total ou parcial, do empréstimo implicará automática inscrição como dívida não tributária (Artigo 39 da Lei nº 4.320/64, com a redação dada pelo Artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.735/79), aplicando-se a multa de cem por cento para efeito de cobrança executiva.

Art. 18º. O artigo 7º do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, passa a ter a seguinte redação:

"A partir da vigência deste Decreto-Lei, é vedada, sob pena de nulidade, cláusula de reajuste monetário. As obrigações e contratos por prazo igual ou superior a doze meses poderão ter cláusula de reajuste se vinculada a índices setoriais de custos e pela variação da Obrigação do Tesouro Nacional - OTN".

Art. 19º. O Artigo 12 do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, fica acrescido do seguinte parágrafo:

"Parágrafo único. O Conselho Monetário Nacional poderá instituir novas modalidades de Cadernetas de Poupança, cujos saldos não serão corrigidos pelo IPC".

Art. 20. O Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND - será regulamentado por Decreto do Presidente da República.

Art. 21º. O ministro da Fazenda baixará instruções necessárias ao cumprimento do disposto neste Decreto-Lei.

Art. 22º. Este Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 23º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 23 de julho de 1986; 165º da Independência e 98º da República.

José Sarney

Cobrança será feita no ato de venda da gasolina e do álcool

Brasília (AJB) - O empréstimo compulsório de 28 por cento sobre os preços da gasolina automotiva e do álcool carburante será cobrado, no ato da venda desses produtos, pelas empresas refinadoras, distribuidoras e varejistas de combustíveis e recolhido ao Banco Central, pelas empresas refinadoras, no prazo de 15 dias úteis.

De acordo com o decreto-lei nº 2.288, esse empréstimo será cobrado por um prazo de três anos, com término estabelecido em 31 de dezembro de 1989. O consumidor resgatará, por sua vez, no último dia do terceiro ano posterior ao do recolhimento. O valor a ser resgatado será igual, segundo o ministro da fazenda, Dílson Funaro, ao valor do consumo médio nacional por veículo, acrescido de rendimento equivalente ao das Cadernetas de Poupança.

A Secretaria da Receita Federal se encarregará de divulgar oportunamente, os cálculos para o resgate do empréstimo compulsório sobre os combustíveis. O consumidor no ato do pagamento do IPVA - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - receberá de acordo com a média do consumo nacional e da potência de seu veículo, um cupom contendo o valor do seu resgate.

O ministro Dílson Funaro esclareceu que se o contribuinte do empréstimo compulsório considerar que o valor a ser resgatado é menor do que ele de fato recolheu deve juntar todas as notas fiscais, referentes às compras dos combustíveis, e entrar com processo (requerimento) junto à Receita Federal que examinará "com carinho" essa situação.

CASTRO E O IV JIR

"Será o maior evento esportivo de todos os tempos em Rondônia"

O secretário Raymundo Nonato Castro, da Secet, disse ontem que acredita no sucesso da realização dos IV Jogos Intermunicipais de Rondônia "porque o Município de Ji-Paraná está preparado e em condições de sediar o evento. Os 1700 atletas, tenho certeza, não vão reclamar da recepção, pois os jiparanaenses são pessoas hospitaleiras". Para ele, é uma questão de honra para a Secet promover esta competição, que mantém uma tradição de três anos no Estado, já que recebeu total apoio do governador Ângelo Angelin.

"O planejamento e a execução dos Jogos, em Ji-Paraná, servirão para comprovar a capacidade e dedicação de meus assessores do Departamento de Esportes e Recreação, além da vitalidade e conhecimento do secretário-adjunto, José Joaci Bastos, que não mediram esforços para montar todo trabalho", garante Raymundo Castro. A festa de abertura, no Gerivaldão, amanhã à noite irá retratar tudo isso, salienta o secretário, ao passo que considera um dever de justiça e agradecimento por antecipação do apoio dado pelo governador Ângelo Angelin.

Raymundo Castro comentou que recebeu, durante a montagem dos planos para a realização do JIR, o apoio de todos os secretários de governo e da imprensa em geral, portanto, vem a público agradecer, torcendo para o sucesso da competição, que é de tamanha tradição entre os desportistas rondonienses. "Nossa equipe trabalhou incansavelmente durante meses e, agora, os Jogos Intermunicipais vão espelhar, com brilhantismo, todo esforço dos técnicos e professores de Educação Física que estiveram e estão envolvidos na promoção e realização do maior evento esportivo de Rondônia", finalizou o secretário.





Com o apoio do governador Ângelo Angelin, os Jogos Intermunicipais de Rondônia tende a ser sucesso, garante Raymundo Castro.

FALANDO DE ESPORTES

João Tavares

O presidente do Conselho Regional de Desportos, professor Isaías Vieira dos Santos e o Conselheiro vice-presidente, Dr. Cezar Queiroz, foram recebidos em audiência na semana passada, em Brasília, pelo presidente do Conselho Nacional de Desportos, professor Manuel Tubino.

Os dois conselheiros rondonienses estiveram no CND tratando de assuntos relacionados com o órgão do qual fazem parte e do esporte rondoniense.

Convidados pelo presidente Manuel Tubino, os integrantes do CRD de Rondônia presenciaram, no mesmo dia, a reunião plenária mensal do CND, tendo sido incluído na pauta dos trabalhos dois processos relacionados com o esporte rondoniense: o pedido de apreciação do estatuto da nova Federação de Futebol, matéria que obteve aprovação, e o pedido de anulação da eleição na Federação de Atletismo, formulado pelo Mixto, impugnação que de saída pecou pela prescrição de prazo, e foi rejeitada.

Os dois conselheiros regressaram bastante satisfeitos pela acolhida que tiveram no CND, e o Dr. Cezar Queiroz com maior razão ainda, pois recebeu de corpo presente, no plenário, os elogios do professor Manuel Tubino, autoridade maior do desporto brasileiro, que destacou o trabalho abnegado e inteligente, bem como os serviços prestados ao esporte de Rondônia ao longo de várias décadas, inclusive como membro do CRD, pelo Dr. Cezar Queiroz.

* * *

A Secet está com o seu Departamento de Esportes todo mobilizado para a realização dos IV Jogos Intermunicipais de Rondônia (JIR) que abrem amanhã, em Ji-Paraná. O secretário Raimundo Nonnato Castro e o adjunto Joaci Bastos acompanham de perto todos os detalhes para que a competição alcance o sucesso desejado. Uma semana de jogos e participação de 15 municípios. Muito trabalho pela frente.

* * *

O professor Isaías Vieira dos Santos, presidente do CRD, participa amanhã da abertura dos Jogos Intermunicipais em Ji-Paraná, onde representa também o secretário Gilberto Teles, da Seduc.

* * *

O Moto estreou bem no campeonato de futebol. 3 a 0 diante de um Flamengo é motivo de alegria para qualquer equipe. O Flamengo levou azar com a tabela do campeonato, tendo de enfrentar dois clássicos terríveis logo de saída e perdeu o segundo.

A vitória motense beneficiou também ao Ferroviário e devolveu ao Campeonato o clima de equilíbrio entre os pretendentes ao título deste primeiro campeonato promovido pela Federação de Futebol. Um campeonato que vai para a história, portanto, assim como ficou aquele de 1945 conquistado pelo Ypiranga, o primeiro promovido pela FDG.

JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
Registro Civil e Anexos - 1.º Ofício de Protesto

EDITAL DE PROTESTO

ALBINO LOPES DO NASCIMENTO, Oficial do 1.º Ofício de Protesto desta Comarca de Porto Velho, na forma da Lei etc...

FAZ SABER, que se encontram em seu Cartório para protesto por falta de pagamento os títulos abaixo relacionados:

Nº	ESPÉCIE	VENC	VALOR	CREDOR	DEVEDOR
01	D/F	01.07.86	CZ 7.146,00	Soferro Ltda	Fco. Constancio do Nascimento
02	D/F	05.02.86	CZ 695,18	Xerox do Brasil S/A	Aloisio Martinho dos Santos
03	D/F	01.04.86	CZ 695,18	Idem	Idem
04	D/F	01.06.86	CZ 695,18	Idem	Idem
05	D/F	04.06.86	CZ 695,18	Idem	Idem
06	D/F	26.06.86	CZ10.518,25	Fabr. Vassouras S. Jorge	Casa Castelo Branco Ltda
07	D/F	04.07.86	CZ 1.925,00	Com. Ind. de Artef. Concr.	F. Bezerra da Silva
08	D/F	04.07.86	CZ 5.750,00	Korina Ind. Com.	Lauricelia S. Pereira
09	D/F	01.07.86	CZ 795,00	Atlas Equip. Med. Odont.	Luis Luz Maximo
10	N/F	16.06.86	CZ 6.017,22	Cia Bandeirantes S/A	José Lunio de Araujo
11	N/F	05.06.86	CZ 2.104,55	Idem	José Raimundo Rodrigues Junior
12	D/F	23.06.86	CZ 7.056,92	Textil São João Climaco	J. Ferreira
13	D/F	02.07.86	CZ 6.408,56	Marfila Ind. Com. Calç.	M. Sanches da Silva
14	D/F	30.06.86	CZ 4.063,40	Engeles Condut. Eletr. Lt	João Antonio Sobrio
15	D/F	07.07.86	CZ 1.741,66	Fofer Conf. Ind. Com. Lt	L. Alencar Fernandes Ltda
16	D/F	26.06.86	CZ 1.455,48	Orsani e Destro Ltda	Comercial Souza Ltda
17	D/F	05.07.86	CZ 1.673,00	Walmar Ind. Com. Ltda	I. C. Rodrigues
18	N/F	À Vista	CZ 1.141,14	Tasp Viação Aerea S.Paulo	Mario José Torres Pereira
19	N/F	À Vista	CZ 1.006,25	Idem	Paulo Eduardo Rocha
20	N/F	À Vista	CZ 1.865,00	Idem	Nemézio Moreira de Oliveira J
21	N/F	À Vista	CZ 4.477,04	Idem	Moroirene Gomes de Almeida
22	N/F	À Vista	CZ 1.055,72	Idem	Vania Alves Moreira
23	D/F	27.06.86	CZ 963,61	S/A White Martins	A. B. Silva
24	D/F	25.06.86	CZ 1.315,00	Ji Parana Maq. e Equip.	Carlos Alencar da Silva
25	D/F	26.04.86	CZ 214,84	J. S. Guerra S/A	Rondoplast Com. e Repres. Lt
26	D/F	11.04.86	CZ 134,63	Idem	Idem
27	N/F	09.07.86	CZ 3.757,29	Baporte Cred. Financ. Inv.	Eraldo Barbosa Teixeira
28	N/F	25.04.86	CZ 700,00	João Pequeno Neto	Damião Santos Campos
29	D/F	30.05.86	CZ 1.606,66	S/A White Martins	Expedito Ferreira Lima
30	D/F	11.06.86	CZ 395,03	Idem	Tage Monge Chaves
31	D/F	20.06.86	CZ 1.650,86	Dorneivil Ind. Plasticos Ltda	J. D. C. Rodrigues
32	N/F	À Vista	CZ250.000,00	Banco Bamerindus S/A	Navarro e Coelho Ltda
33	D/F	16.06.86	CZ 5.530,00	Santista Trading S/A	Rondônia Refrigerantes
34	N/F	À Vista	CZ372.779,72	Financiadora Bradesco S/A	Angela Maria Paes Barreto Souza Cruz
35	N/F	À Vista	CZ 4.518,69	Financiadora Bradesco S/A	José Ribamar Melo Silveira
36	N/F	À Vista	CZ 1.044,28	Idem	Idem
37	D/F	15.06.86	CZ 500,38	Siemens S/A	Art e Video Distr. e Locação
38	D/F	15.06.86	CZ 2.234,31	Idem	Idem
39	D/F	30.06.86	CZ 4.196,00	Moreno Moto. e Veic. Nord	Marcos e Lima Ltda
40	D/F	30.06.86	CZ 2.300,00	Renovada Livros Culturais	Verbal Distr. de Livros Lt
41	D/F	28.06.86	CZ 1.550,00	Phoenix Com. Ind. Etiqueta	C. Alencar da Silva
42	D/F	05.07.86	CZ 4.232,74	Apolinario Conf. Ind. Com	Escola Adv. Sete de Setembro
43	D/F	30.06.86	CZ 4.900,00	Empr. Drug. Radiofusão	Ind. e Com. de Aves Triangulo
44	D/F	30.06.86	CZ 746,00	Nolan Cinatra Ltda	Jorge Luiz de Paula
45	D/F	30.05.86	CZ 60,00	Idem	Transp. Rio Brilhante
46	D/F	30.06.86	CZ 720,00	Idem	Transp. Sulista
47	N/F	05.05.86	CZ 4.000,00	Banco Nacional S/A	José Augusto Costa Feliz
48	N/F	05.06.86	CZ 4.000,00	Idem	Idem
49	N/F	05.07.86	CZ 4.000,00	Idem	Idem
50	L/C	À Vista	CZ11.003,30	Banco Itaú S/A	Carlos Augusto Malty
51	L/C	À Vista	CZ 312,57	Idem	Fco. Salviano Macedo
52	D/F	09.07.86	CZ 469,14	Artex S/A Fabr. Artef.	Adnar França de Vasconcelos
53	D/F	09.07.86	CZ 605,37	Idem	Idem
54	D/F	30.06.86	CZ 2.112,04	Ind. Petr. Ceflon Ltda	Andrade e Macedo Ltda
55	D/F	29.07.86	CZ 1.153,67	Dahi Atlante S/A Ind.	Irenita Leite Barreto Carvalho
56	D/F	25.06.86	CZ240.000,00	Sobemonte Com. Veiculos	Eceri Zou
57	N/F	21.06.86	CZ 1.200,00	Izalva Gonçalves Pinheiro	Pedro Abreu de Oliveira
58	N/F	16.07.86	CZ 750,00	Banco Real S/A	Aroldo César
59	N/F	16.07.86	CZ 1.754,00	Idem	Laurencio Menezes de Aquino
60	N/F	16.07.86	CZ 1.801,88	Idem	Marcos Antonio Wiemann

E, por este meio ficam os devedores intimados à comparecerem em Cartório para, no prazo de três (3) dias pagar os referidos títulos, ou dar por escrito as razões de suas recusas em seu Cartório à Av. 7 de Setembro, 1.083 - Galeria Central - Térreo.

Porto Velho (RO), 23 de Julho de 1.986

ALBINO LOPES DO NASCIMENTO
Oficial do 1o Ofício de Protesto

Ferro e Bota antecipam clássico para sexta

Os representantes do Botafogo e do Ferroviário, clubes filiados à Federação de Futebol do Estado de Rondônia (FFR), resolveram em reunião, na terça-feira à noite, na Sede da Entidade, antecipar o jogo entre ambos para sexta-feira. A partida estava marcada inicialmente para domingo. As fracas rendas que estão sendo registradas aos domingos, devido às transmissões diretas dos jogos pelo Campeonato Carioca, foi o principal motivo dado pelos Clubes para antecipar o jogo, fugindo assim à concorrência.

A partida foi confirmada para às 21 horas. Na preliminar jogam os juniores das duas Agremiações. Antônio Carlos Bicho será o árbitro central, que terá os auxílios de Augustinho Leandro de Carvalho (Bandeira Vermelha) e Floriano Vieira dos Santos (Bandeira amarela). Na reserva está escalado Francisco Hudson.

INGRESSO

A Federação de Futebol do Estado de Rondônia (FFR) informou ontem que colocará à venda ingressos também para a geral. Os preços serão de 10 cruzados (ingresso masculino) e 5 cruzados (feminino).

A medida será efetivada a partir desta sexta-feira com a partida Ferroviário X Botafogo, às 21 horas, no Aluizão, em jogo válido pelo 1º turno do Campeonato Municipal. Este setor do estádio, que funcionará como opção de preço para o torcedor, estava desativado há algum tempo.

Antonio Nogueira ao comentar sobre a medida disse que "esta posição tomada permitirá uma maior presença do público de menor poder aquisitivo, naturalmente as rendas, agora, tendem a crescer", considerou o Presidente.

CBD decide na segunda o Brasileiro

[illegible]

Alto Madeira

caderno 2

Porto Velho, quinta-feira, 24 de julho de 1986

momento literário cultural

Direção: KLÉON MARYAN

Coordenação: JOYATÊ

O beijo

Marlene Rolim

O beijo materno
na face tão pura
do filho que dorme
e recebe ternura.

O beijo amigo
nem sempre leal,
o beijo de Judas
traição infernal.

O beijo/desejo
luxúria/sofrer
da carne que freme
buscando prazer.

O beijo de amor
emoção sem igual
carícias trocadas
entrega fatal!

O beijo formal
dos amigos em festa
um toque gelado
sem vida e forçado.

O beijo/adeus
desesperado e amargo
regado com pranto
gemido e saudo.

O beijo gostoso
de sabor de mel
é o beijo roubado
ao amante fiel.

O beijo divino
é do rio solar
que queima teu corpo
pra meu beijo ganhar!

MISÉRIA CRÔNICA

Kléon Maryan

Seu Doca tem os pés muito inchados. A barriga, santo Deus, dir-se-ia ser grande bebedor de cerveja ou estar no nono mês de gestação. Sua figura sobre o catre, coberto de panos encardidos, é grotesca. No hospital de doenças tropicais não há acomodação para mais um. A situação de seu Doca, como de tantos outros, é alarmante. O tratamento ambulatorial já não resolve, embora os médicos não desistam de cuidá-lo com atenção, sabem que a nada mais podem recorrer. Chegara o momento, ele sabia, era só aguardar o desenlace. Espera ansioso como o fizera, adolescente ainda, pela primeira namorada. "Um homem de fé se transpõe sem alardes" - pensa o enfermo, enquanto a família: "porque não morre logo? Sofre e, a gente não pode fazer mais nada".

Além da malária, seu Doca sofre de uma tosse intermitente: e às vezes escarra pequenos nódulos hemoptóicos. A última crise quase morre afogado em sangue. Há quem diga "vai passar. Isso é sequela da malária". Porém, mais grave que a malária é a fome. A fome, tanto no campo como na cidade dizima o homem menos privilegiado da sorte. A tudo isso seu Doca tem consciência de como se posicionar dentro do quadro de misérias que alastram ao redor de si. A mulher, uma imagem antagônica a dele. Tem a pele sobre os ossos, o estômago quase se chocando com a coluna vertebral de tão magra, esquelética mesmo. De certo já se contaminara de tuberculose. Campo há para os bacilos de Koch se instalarem. Enfrenta montões de roupa, lavando-os, no igarapé de água barrenta que corta o terreno do casebre em que mora seu Doca com a família. Os filhos espectro vivo da subalimentação. De uma imagem agressiva retratada pelo efeito da penúria que os oprime, em meio àquela pobreza que seu Doca amarga até à hora final. À noite, as crianças dormem amontoadas numa rede de punhos quebrados; a mãe lava os trapos que cobrem a nudez do corpo da guriazada durante o dia. A umidade penetra até à medula. Um coro de tosses se faz ferindo o silêncio. Um silêncio quase macabro.

Durante o dia o calor é sufocante. Mas, há espaço para se movimentar. À meninada da vizinhança misturam-se os filhos do seu Doca. A mulher, fala, fala, resmunga não se sabe o quê. Enquanto seu Doca olha para o indeterminado. Uma mágoa sem limites pelo que lhe negara a vida dentro daquele estado mesquinho, indecoroso, de insignificância sem limites. Um suplício ignominioso aflige os últimos instantes de lucidez.

Chegada a hora aprazada, tendo como cenário da última peça que lhe coube representar no fantástico não programado. Fecha os olhos para abri-los novamente. Torna a fechá-los. Abre-os, fecha-os; e lento e ininterruptamente até a exaustão. Destituído de qualquer encontro, sem exprimir algum desejo de luta pela sobrevivência. Sem alguém para fazer estancar o fluxo sanguíneo que se propaga pelos cantos da boca.

— Santo Deus mãe! O pai está morto - anuncia um dos filhos.

Sem lágrimas, a mulher como um autômato, inconsciente da desgraça que toma proporções consideráveis; que atinge a si e aos filhos, cobre o rosto do cadáver com um cueiro roto.

Na venda da esquina comenta-se a falta de sorte daquela família.

— É, para miséria crônica não há "pacote" que produza efeitos.

Alto do Bode

Antônio Cândido

Pequeno era por certo o nosso morro
Mas parecia coração de mãe.
Uma única rua era tudo.
De um lado o igarapé das lavadeiras
a subida era a rua do coqueiro.
Era lá o paraíso das mangueiras
e reduto do lobato comissário
que punia qualquer um
que cometesse besteiras.
Lá morava o Nati,
dona Castília,
lavadeira de grande freqüesia.
Na meninada aparecia o Rômulo,
Álvaro da Conceição e as irmãs,
os vinte e um meninos todos vivos
que de dona Caboca alegria.
Carlos Domingos, "O boliviano",
Dona Peres que era uma anciã.
Lá, do velho Gaúcho
havia um clube,
se me não falha a memória
era o União.
No pé do morro Jerônimo e Santinha
sofriam todo ano
os efeitos de nossa alagação.
Lá, também fiz as minhas peraltices
Nas noites de luar de antigamente
fazia cobra de trança de cebola
e ia no escuro espantar gente.

Lances de Amor

Guilherme Henrique

A fumaça acaricia o pulmão
levemente
excitando-o num verdadeiro
lance de amor...
Todos os órgãos, todas as moléculas,
virão enfim!
Tudo que ali vive aprecia
os sussurros do pulmão:
"Sufoque-me! Sufoque-me!"
Então a carcaça que abriga isso tudo
tosse e pelos olhos saem lágrimas,
lágrimas que vêm do pulmão
que está feliz
por ter chegado ao auge de tudo!
A razão do que é ser pulmão.

... O MUNDO

José Ailton Ferreira (Bahia)

O mundo, os hemisférios
quadrantes de abismos
e mistérios.

O Mundo, as fronteiras
entre guerras e paz,
erguem trincheiras.

O Mundo, glória e utopia
lutas, o sangue jorrando,
dor do dia a dia.

O Mundo, os Acordes Cupulares
projéteis do temor
advém das bases nucleares.

O Mundo, da fé, do filosofismo
bandeiras desfraldando
sob a brisa do sincretismo.

O Mundo, caminhos fechados e abertos
sonhos, pesadelos
entre oásis e desertos.

O Mundo, apogeu e decadência
dominantes e dominados
Império: Flagelo da consciência.

O Mundo da calmaria, do pavor
de "deuses" conflitantes
Mas, da mulher, da alegria
e da flor.
Primavera reinantes.

FOLHAS CAÍDAS DE UM ALBUM

Hélvia D'Umar

Neste momento que circunstâncias de ordem moral forçam-me a uma tomada de decisão irreversível, sinto o quanto estou me machucando por dentro; e, provavelmente, a ti também.

Eu, justamente eu, meu querido que resisti a tantos abalos; que me conservei invulnerável no todo sem declinar um milésimo da minha postura. Tanto da mulher com seu brio quanto da profissional com sua capacidade intelectiva; neste momento (depois de quase vinte quatro horas de conflito íntimo) vacilo entre o que realmente quero e naquilo que racionalmente deva querer. Ao decidir, agora, o faço pelo que entendo seja o melhor para nós dois.

Creia-me, nunca foi tão difícil decidir. Sinto que se preciso de alguém, este alguém és tu. Porém, reconheço que não me cabe alterar o curso de tua vida. Tens traçado o teu caminho no que acredito válido. Mas, falta-me suporte para que eu te acompanhe.

Talvez, tardiamente, reconheças quanto tempo dispersamos com banalidades, quando deviamos ter construído algo de sólido.

Quero que entendas que não te cabe a culpa deste desfecho. Somos ambos responsáveis e devemos de forma racional analisar o porquê da coisa e seguirmos cada um a sua jornada.

Reviverei os instantes felizes que me proporcionaste, particularmente estes últimos. Todos eles pontilhados de afeição, muito carinho, em que nossas almas e nossos corpos, em harmonia, cultuaram o SENTIR DO BEM QUERER.

Ainda não sei onde me locar. O Brasil é grande, onde quer que me instale não faltará o que fazer, alguém a quem querer e muita confiança nestes dois valores da vida: trabalho e amizade.

Sou toda tua.

Este Gosto de Banzeiro

Calixto

Quando é bem de tardezinha,
quando se chama noitinha
a findante luz do sol,

e a lua então aparece,
no silêncio de prece,
luar abrigando a vida
como no berço um lençol,
passa, branquinho, um navio,
na outra costa do rio,
seguindo o rumo das águas.

E me represa no peito
pesada, vaga, sem jeito -
uma saudade sentida,
um que distante de mágoa.

É a magia do rio
que se vem agasalhar
no coração beradeiro,
deixando dentro de mim,
todos os longes da tarde,
esta brisa carinhosa,
este gosto de banzeiro.

JI-PARANÁ

Pedro Albino

Ji-Paraná, conheci-te
quando ainda eras criança,
caminhando em ruas estreitas,
veredas sob arvoredos;
de pequeno povoado,
foste Vila de Rondônia,
depois te violentaram,
até teu nome mudaram;
teu crescimento precoce
tornou-te adulta, bonita?
és forte, grande, robusta,
sincera e hospitaleira;
bendito seja teu nome!
mesmo antecipando o jota...
(melhor imitar os grandes...);
teu coração repartido
pelas águas do Machado
tornou-te mais fascinante,
mais querida, mais amante;
por isso és disputada
por tantos que chegam aqui:
aventureiros, letrados,
paranaenses, gaúchos,
paulistas e nordestinos;
todos te querem, te amam,
e são amados também;
todos trabalham, progridem,
te dão algo positivo,
dão-te a vida, se preciso,
formando a grande família,
que é o Estado de Rondônia.

DIREITO

Acaba de ser divulgado o programa da XI Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil que, primeira vez, se realizará em Belém, inaugurando o Centro de Convenções do Centur, entre 4 e 8 de agosto próximo. Deverão comparecer cerca de 1.500 juristas entre eles alguns dos figuras mais destacadas do Direito e Cultura, como Hiram Marques, Orlando Nascimento, Seabra Fagundes, Evaristo Lins e Silva, Fábio Comparato, Hélio Bicudo e Dalmo Dallari. O tema central da Conferência será Constituição, subdividido em 9 painéis. Cada painel, por sua vez, compreende vários temas, cujos relatores deverão apresentar teses com propostas concretas para a futura Constituição, para serem expostas de manhã e discutidas de tarde, não apenas pelos debatedores, mas também quaisquer advogados previamente inscritos. De Rondônia se farão presentes os advogados Hiram Marques e Orlando Nascimento.

PROMOÇÃO

Richard Pfeiffer, Gerente Geral do Mofarrej Sheraton de São Paulo, anunciando que todas as terças-feiras está promovendo um "happy-hour" para clientes e amigos.

RECEBENDO

Albertino Cabral, da Quartz-Vídeo e Central Eletrônica, recebendo JC para jantar "en tenue de ville". Negócios.

CARNE

Estão especulando com a carne. Lei delegada neles. Delegacia da Sunab!

ELEIÇÃO

Andou quente esta semana a temporada no Diretório Municipal do PDS. Houve eleição. Na presidência, Marlene Gorayeb, e na tesouraria, Heron Castiel.

CANDIDATO

Já há pelo menos um forte candidato à sucessão na entidade dos Advogados de Porto Velho. Disputando a vaga de presidente há no páreo o nome do advogado Orlando Nascimento, hoje na Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal. Deverá levar a melhor.

FITAS

Art & Vídeo tá tribuindo no mercado com absoluta exclusividade os últimos lançamentos em fitas para o seu vídeo-cassete. Novas informações pelo 221-9248.

DUAS MÃOS

Raimundo Nonato Ribeiro trabalhando a duas mãos no aperfeiçoamento e ampliação dos serviços de transporte de valores e segurança patrimonial na Norsergel.

DESCOBRIU

O Governo descobriu que, atualmente, um em cada cinco brasileiros está condenado a morrer em acidentes automobilísticos. A estatística é da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Desburocratização e, diante dela e do que representa, inclusive como perdas financeiras, o Governo promete que vai fazer alguma coisa. Antes do Governo, faça você mesmo: guie com cuidado ao máximo, sugere o professor João Bilia, do Departamento de Trânsito.

PARA VENCER

O vereador João Coelho, candidato à Assembléia Legislativa com sua candidatura para valer. Para valer e para vencer. Aliás Coelho, nas rodas populares e empresariais, já passou a ser chamado de deputado. Sinal de que sua candidatura prossegue ganhando ampla receptividade.

URGENTE

A Secretaria da Saúde precisa criar um plantão do consumidor. Seria através de telefone só para receber queixas acerca de qualidade de alimentos.

MILITAR

A partir de agora, qualquer militar reformado ou da reserva das três Forças Armadas já pode falar livremente sobre questões políticas, ideológicas e filosóficas, sem temer a aplicação do Regulamento Disciplinar.

CHEGANDO

Estão chegando a Porto Velho os empresários Cláudio Feitosa e Lúcia Feitosa. Vêm de São Paulo depois de um curto período de reuniões de trabalho. Durante esse afastamento Luiz Carlos Martins gerenciou as empresas de Cláudio e Lúcia Feitosa.

LOTADO

Continua cheio um dos mais procurados consultórios odontológicos da Capital: o do cirurgião dentista Luiz Carlos Holanda, no Edifício Rio Madeira, sala 211.

EM MÉDIA

Testemunhando que o sucesso é sua marca registrada, o Caravela do Madeira serve em média, por dia, 150 convivas chegando nos dias de grandes piques a acolher entre almoço e jantar 300 pessoas.

NO PRÓXIMO

Ainda não será este mês que a Prefeitura deverá expurgar da estrada de Santo Antonio a lixeira a céu aberto que vem irritando pedestres, motoristas e sócios do Iate Clube, localizada nessa castigada e abandonada via.

NIVER

Ademir Jr. festejará, ao lado dos pais Ademir José Ribeiro Souza, Miryan, dos irmãos José Moreira Neto e Ademaryan Souza, aniversário e movimentará seus amigos e colegas no próximo dia 17 de agosto.

OLHO COMPRIDO

Prestes a vagar, com a convocação de novas eleições em novembro, a Ordem dos Advogados do Brasil, em Rondônia, hoje presidida pelo advogado Heitor Lopes já tem um forte candidato. De olho comprido no cargo e contando com o apoio de dezenas de causídicos do interior está o advogado Osvaldo Melo, professor da Universidade, do qual não se pode dizer que não seja íntimo do "carrière".

CAMPEÃO

Como vendedor de pisos, persianas e carpetes, Osvaldo Leal Dias está, como se diz, com a bola cheia. Não param de chegar pedidos.



Sansão de Paula

EM ALTA

Os corredores do Palácio Presidente Vargas só têm registrado nas últimas horas um assunto constante: a alta na bolsa de cotações para novos cargos, dos nomes de Carlos Rodrigues e Teobaldo Viana, e o prestígio crescente de Sansão de Paula. Tem gente freqüentando até terreiro de macumba.

GRANDE JANTAR

O casal José Soares de Souza recebe dia 10 de agosto para um grande jantar festejando o aniversário de Roberta Maria Moura de Souza, acadêmica de Economia na Universidade Federal do Ceará.

UNIDADE

Está em fase final de elaboração no Ministério do Planejamento uma medida para unificar a folha de pagamento do funcionalismo público federal. Passará a ser centralizado na recém-criada Secretaria do Tesouro. Atualmente, cada Ministério é responsável por sua própria folha, mas com a medida os custos serão reduzidos consideravelmente.

TELERON

A Telebrás, leia-se Teleron, lança ainda este mês uma campanha publicitária a nível nacional, mostrando o aparelho como um instrumento de alto valor prático.

O filme que ilustra a campanha tem um cenário futurista, mostrando o aparelho como se fosse uma espaçonave chegando e sendo recebida por pessoas maravilhadas e [illegible]. JC espera que as pessoas [illegible] de ficção científica [illegible] pela [illegible] nas pelas ruas esburacadas de Porto Velho [illegible] e desviando o [illegible] terreno.

POLÍCIA

O [illegible] é caso de polícia. É preciso denunciar. Todo cuidado é pouco.

QUANDO

Quando é que o Governo vai instituir melhor seus policiais de trânsito, no sentido de que eles multem menos e orientem mais os motoristas?

PLANO CRUZADO

O Plano Cruzado e a Contabilidade é o tema que será debatido com professores, mestres, doutores da Universidade de São Paulo - USP - e do Instituto Nacional de Pós-Graduação, contabilistas e executivos da área financeira, numa promoção da Projecta, Consultoria e Planejamento, que ingressa brilhante e marcadamente na área de Recursos Humanos e treinamento gerencial. Novas informações pelo tel.: 221-4696.

AGOSTO

Os leitores da revista TURISPORT vão conhecer em agosto em todos os seus detalhes a beleza de um dos cenários mais lindos de Rondônia. Quem viver, verá!

PALANQUE

JC tem a impressão que o PMDB e o PFL podem ficar tranqüilos. O ex-Governador Jorge Teixeira, segundo seus admiradores e simpatizantes, não costuma freqüentar qualquer palanque. Tudo indica que JT não sairá de Macaé; em conseqüência, quem aposta em JT como isca de votos deve desistir de concorrer nas próximas eleições.

REGRESSANDO

José Adelino (JÁ Arc) da Silva regressando do Japão e China, de um "tour" de negócios e lazer.

BRIGA INTERNA

Há uma pedra pesada entre o contato do ex-deputado federal Antonio Morimoto ser vice-governador e a possibilidade de Orestes Muniz repetir a vaga: o nome da pedra: Jerônimo Santana. Até o chefe da Casa Civil, Ayres do Amaral, não quis meter o dedo no meio da confusão.

ECONOMIA

A possível adoção de uma espécie de empréstimo compulsório para quem vai, daqui para a frente, comprar carro novo pode frear o consumo. Mas a medida pode também arranhar a confiança depositada no Governo depois do Plano Cruzado.

AGENDA

O odontólogo Chagas Medeiros não tomará qualquer iniciativa de ampliar sua clientela até o final do ano. Vai, como profissional competente que é, continuar dando tratamento personalizado a algumas das mais importantes personalidades de Porto Velho, tais como: Elizabeth Angelin, Raymunda Carneiro, Teobaldo Viana, Rigomero Agra, Lindalva Queiroz, Andréa Queiroz e Heloísa Helena - ambas - ex-misses Rondônia. Pelo sim, pelo não, convém você anotar o tel. 221-1357 para marcar hora com Chagas Medeiros a partir de janeiro de 87.

DNER lutará por tabela para cargas rodoviárias

O diretor de transportes, de carga do DNER, José Francisco Azevedo, que também é presidente da Câmara Brasileira dos Usuários e Transportadores Rodoviários de Bens, garantiu ontem que lutará pelo cumprimento da tabela de preços mínimos para os transportes de cargas, atualmente desrespeitada "por muitas empresas". Segundo ele, a regulamentação de preços máximos e mínimos para o frete é feita pelo Ministério dos Transportes, mas a homologação pelo Ministério da Fazenda é aplicada somente em preços máximos.

Atualmente, a tabela prevê uma diferença de 20% entre o preço máximo e o mínimo, de tal forma que, em distâncias de um a 50 quilômetros, o carreteiro seja remunerado em um máximo de Cz$ 40,61 e um mínimo de Cz$ 32,48. Só que, revelou Azevedo, o Cip só tem competência para regulamentar preços máximos, causando uma distorção, que tem levado principalmente os caminhoneiros autônomos a aceitarem os valores impostos pelas empresas.

O fato ocorre, principalmente, quando o carreteiro, ao retornar de viagens de frete, se vê obrigado a ceder diante de propostas de preços abaixo do mínimo estipulado pelo Ministério dos Transportes, para não arcar com os custos de um retorno sem frete. "A negociação é livre entre as partes, e nós não podemos interferir", diz Azevedo, que destaca, no entanto, a necessidade de se estabelecer "um salário mínimo para o caminhoneiro".

Como representante da Câmara Brasileira dos Usuários e Transportadores Rodoviários de Bens, ele se encontrará na semana que vem com o secretário-geral do Ministério da Fazenda, Luiz Gonzaga Belluzzo, para lutar pela homologação dos preços mínimos e "tentar mudar a filosofia do Cip".

Caminhões obrigados a portar RTB

A partir de janeiro do ano que vem, só os caminhões cujos proprietários tenham sido cadastrados no Registro de Transportadores de Bens (RTB) poderão emplacar ou renovar suas licenças nos Detrans. A informação foi dada ontem, pelo diretor de Transportes de Cargas do DNER, José Francisco Azevedo, que apontou como principal objetivo do RTB o levantamento da situação e atuação dos transportes rodoviários de cargas no País.

José Azevedo garantiu que, com os dados coletados, será possível aumentar a eficiência e operacionalidade da frota rodoviária de carga nacional, através da programação do escoamento da produção agrícola, em função da oferta de transporte em determinadas regiões. Ele espera, também, que o DNER possa determinar prioridades de manutenção e conservação de rodovias, de acordo com os resultados do censo, pois será possível o mapeamento das regiões em que haja maior fluxo de transporte de carga.

Criado em 1983 e regulamentado em julho de 1984, o RTB tornou obrigatório o registro para proprietários de veículos novos ou usados, cujo peso bruto seja superior a oito toneladas. Azevedo revelou que, apesar de existirem atualmente cerca de 400 mil transportadores, e mais de um milhão de veículos de carga, até hoje o DNER só tem cadastrados 187.293 transportadores e 590.717 veículos.

O baixo índice de registro é justificado pelo diretor de transportes do DNER pela falta de divulgação, que ocasionou pouca resposta dos transportadores. Para que toda a frota seja registrada até o final do ano, o DNER está distribuindo cartazes de divulgação por todo o País, e José Azevedo adverte que, a partir de janeiro de 87, o transportador ou caminhoneiro que for pego sem o RTB receberá, inicialmente, uma advertência e terá 30 dias para se cadastrar. Se reincidente, terá cassada sua autorização, e o veículo será retido.

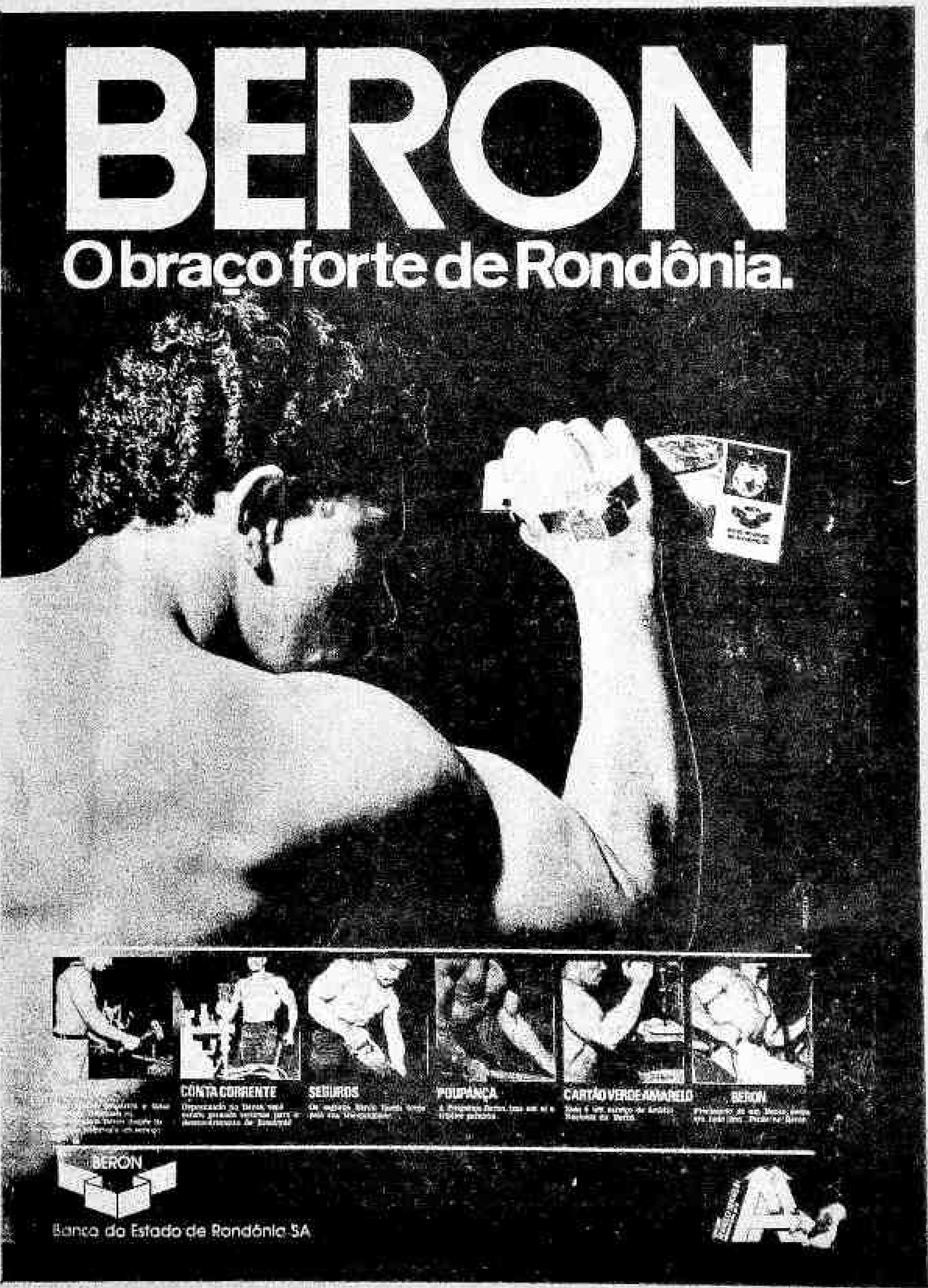
Azevedo informa que o DNER já fez acordo com o Denatran para que todos os Detrans estaduais sejam rigorosos na fiscalização e exigência dos registros. Ele lembra que o cadastramento dos transportadores poderá ser feito em qualquer repartição do DNER nos Estados, e que já estão sendo distribuídos os registros definitivos para os profissionais que se cadastrarem. O RTB é gratuito e está à disposição em qualquer residência ou distrito do DNER.

Orçamento da Cultura está aprovado até 89

BRASÍLIA — O orçamento plurianual do Ministério da Cultura — 1987/89 — já está aprovado. O [illegible] do Minc [illegible] [illegible] do Ministério da [illegible], a crescer mais do que [illegible] ao ano [illegible]. Nos próximos três anos o orçamento da Cultura duplicará, em relação ao deste ano, e, mesmo assim, continuará pobre. Mas o secretário-geral do Minc, Joaquim Itapary Filho, afirmou que o ministério está satisfeito com a [illegible]: "Dentro da realidade das prioridades de verba do Tesouro Nacional e [illegible] não podemos esquecer o recurso suplementar que certamente será captado pelo fundo de promoção cultural", disse.

Este ano o orçamento da Cultura soma Cz$ 1,1 bilhão e chegará a 89 com Cz$ 2,2 bilhões. Em 1987, será Cz$ 1,3 bilhão e, em 88, Cz$ 1,9 bilhão, o orçamento está aprovado com as metas setoriais específicas — outras [illegible] serão desenvolvidas no próximo triênio. Mas a participação dos [illegible] ainda não foi feita. [illegible] plano de metas, já disse o ministro Celso Furtado, é uma forma de estabelecer e garantir a execução das prioridades do ministério.

Com a execução do plano de metas, o ministério pretende estabelecer e concluir ao fim do triênio uma política cultural para o País. O último item do plano especifica este desejo. O Minc vai contribuir para estudos e pesquisas da realidade sócio-econômico-cultural que meçam o impacto econômico das políticas culturais e, em particular, o papel do fator cultural na melhoria da qualidade de vida da população. Outra meta inovadora, a de número 5, pretende aprimorar a dimensão cultural do cotidiano.



Comunicado

Lojas Primavera Ltda., firma comercial, estabelecida nesta cidade, av. Sete de Setembro, 465.
Inscrita no cadastro geral de contribuintes sob nº 04.699.398/001-88 e inscrição estadual nº 23.006.166-1, comunica ao público um papel que foi extraviado seu talão de nota fiscal série D, nº 16.701 a 16.751.

Violência será cortada na TV

BRASÍLIA — A censura federal, atendendo à determinação do ministro da Justiça, Paulo Brossard, pretende diminuir o conteúdo de violência na televisão. Entretanto, também não quer ficar com a responsabilidade de selecionar os cortes de cenas. O diretor da divisão de censura, Coriolano Fagundes, solicitou às distribuidoras e emissoras [illegible] exibida pela televisão, desde que não sejam violentas.

O SEU DINHEIRO

Reginaldo Heller

Os riscos para a consolidação

Implantando o Plano de Estabilização Econômica, entramos, agora, no que poderíamos chamar de segunda fase, efetivamente, de consolidação. Iniciamos o segundo semestre enfrentando três grandes desafios: 1 — a manutenção do congelamento de preços; 2 — o risco cambial; 3 — o crescimento econômico. Se o Governo, com o mesmo talento de quando implantou o Plano, souber superar esses três riscos, então, certamente, a economia brasileira saberá encontrar seu ponto de equilíbrio e iniciar a fase de crescimento auto-sustentado. E, ao que tudo indica, o Governo tem plena consciência destes três riscos.

O primeiro decorre das distorções de preços relativos ainda existentes dentro da economia. Quando o Plano foi adotado, muitos preços estavam defasados. Além disso, a política salarial praticada, tanto pela média, acrescida de 8% de abono, como pela redução do Imposto de Renda na Fonte, gerou aumento da demanda. Dessa forma, muitos produtos estão sofrendo as conseqüências do congelamento, seja pela ocorrência de custos superiores ao preço final, fazendo desaparecer a mercadoria das prateleiras da oferta. Ou, muitos produtos estão sendo consumidos em nível muito superior à capacidade de oferta. O risco do congelamento é, exatamente, de gerar um clima de insatisfação pela escassez de produtos básicos, ou de formação de mercados paralelos. Isso importa em uma inflação reprimida.

O segundo risco, conseqüência do congelamento, é a inclinação natural do Governo de, ao evitar sancionar a inflação reprimida, vir a compensar a escassez interna com importações crescentes. Dessa forma, esvaem-se as reservas cambiais, reduz-se o superávit comercial, estimado em US$ 13 bilhões, agravam-se as condições externas da economia brasileira. É por isso que algumas correntes advogam uma negociação mais dura da dívida externa, de forma a possibilitar a redução da evasão de divisas para pagamentos de juros e desta forma financiar o aumento da oferta interna de bens e serviços, hoje escassos.

O terceiro risco, também resultante do congelamento, é a possibilidade de crescimento menor da economia — do parque produtivo e da oferta de bens — já que a taxa de retorno não é mais compensadora. Esse risco é maior na medida em que, para atender as necessidade de contenção do consumo, evitando a inflação reprimida, o Governo eleva substancialmente as taxas de juros. Taxas elevadas de juros inibem o investimento produtivo (ainda que as empresas, hoje, estejam recicladas e demandem menos capital de terceiros).

Os caminhos naturais numa economia de mercado para o ajustamento econômico tem sido, especialmente nos países mais desenvolvidos, via redistribuição do bolo da renda nacional entre os dois fatores principais — capital e trabalho. Em fases de expansão, há uma distribuição maior da renda interna para o trabalho: a massa de salários aumenta, seja pela elevação da renda *percapita*, seja pela incorporação do mercado de trabalho de novos contingentes de mão-de-obra. Em fases de ajustamento, ocorre, exatamente, o inverso, isto é, contrai-se a massa de salários e o capital se apropria de parcela da renda nacional, exatamente para realizar novos investimentos.

No plano heterodoxo adotado, por exemplo, em Israel, esse mesmo jogo foi aplicado: houve aumento do desemprego, inclusive no setor estatal, e queda substancial dos salários. Dessa forma, completado um ano e execução do plano, a inflação oscila em torno de 1% e já há sinais de reativação econômica. Na Argentina, em igual período, não se vislumbram os mesmos sinais de reativação econômica e a inflação já atinge 4% ao mês. É evidente que, também no Brasil, essa opção deverá ser adotada e, muito provavelmente após as eleições de novembro. Resta saber se a economia saberá superar os riscos imediatos, neste segundo semestre.

Convocação

FORTENGE convoca os mutuários inscritos no CONJUNTO CHAGAS NETO 1ª ETAPA que estejam com sua documentação em ordem e na listagem abaixo comparecer na CAIXA ECONOMICA FEDERAL no setor de Habitação hoje dia 23.07.86 para assinatura de contrato.

E os que não estão com seus nomes publicados no Jornal deverão comparecer com urgência à Av. Pinheiro Machado nº 2463 até dia 25.07.86 das 8:00 às 18:00hs para regularização de documentos sob pena de cancelamento de sua inscrição.

Relação dos Contratos ref. "CONJ. CHAGAS NETO" prontos para serem assinados pelos mutuários abaixo discriminados:

1 - Ademir Vargas Viana
2 - Alvaro Alves da Silva
3 - Abbary Braky Tibubay
4 - Antonio José Mourinho Gonçalves
5 - Caleb Vitorino da Silva
6 - Carlos Alberto dos Santos
7 - Carlos Alberto Leite Pereira
8 - Dirso Felix Correa
9 - Dora Dourado Reboucas
10 - Elmira Rodrigues da Silva
11 - Ely da Silva
12 - Faber Alves Silva
13 - Franklin Celio Pascoal da Silva
14 - Fatima da Silva Costa
15 - Florencio Fabricio de Souza
16 - Geraldina Fernandes de Souza
17 - Hermano Gurjão Filho
18 - José Maria e Sebastiana Maria M. Correa
19 - José Antonio Oliveira Neres
20 - José Ferreira de Oliveira
21 - Josus Emilio Ferreira
22 - João Batista Paiva da Silva
23 - Leila Marli Virgulino Taboia
24 - Leidemar de Souza Moreira
25 - Lyndaleir Vera Braga
26 - Maria do Rosario Magalhães dos Santos
27 - Milton Narciso de Paula
28 - Maria Celma Soares
29 - Marlene Barros Almeida
30 - Maria Barros Maia
31 - Mauro Gomes Mariano e Wanda Gomes de Jesus
32 - Maria Fatima de Campos Malurbe
33 - Maria das Dores de Souza Martins
34 - Maria Carmosina dos Santos
35 - Marivete Costa Sampaio
36 - Maria da Conceição Costa Souza
37 - Norberto Correa Leigue
38 - Noris Elena Dias Muniz
39 - Rosilda da Silva Cruz
40 - Rozel de Oliveira da Costa
41 - Raimundo Carlos Vieira
42 - Sebastião de Paula Ribeiro
43 - Sebastião Melo de Souza
44 - Sonia Maria Barbosa Prates
45 - Valdete da Silva Leite
47 - Valter da Conceição Moreira
48 - Waldelirio Reis

FORD ESCORT 86. A EMOÇÃO DA PERFEIÇÃO.



Cada vez que se vê um Ford Escort, a sua beleza e esportividade já despertam o desejo de dirigi-lo.
Você já dirigiu um? Aceite o nosso convite e venha ver o Escort 86. A primeira surpresa é o seu desempenho, a facilidade de guiar, a maciez, o silêncio e a segurança. Depois, a aceleração, a potência e a economia. Tudo isso com o conforto, o espaço e o acabamento que somente um carro Ford pode apresentar. Você vai ter certeza de que está em suas mãos o carro com que sempre sonhou. E vai sentir o verdadeiro prazer de dirigir.
Sua surpresa e emoção vão continuar quando conhecer os planos e facilidades para você ter o seu Escort 86, que incluem os sistemas de consórcio, leasing ou Ford Financiadora.

RONDOVEL RONDÔNIA VEÍCULOS LTDA. 06033
BR-364 - KM 2,5 CAIXA POSTAL 93
PORTO VELHO - RONDÔNIA

Telefones: 222-3133
3470
3530

DISTRIBUIDOR Ford

OS DIREITOS SÃO IGUAIS



Enquanto o marido tem o direito de jogar sua "pelada", de tomar sua gelada no bar da esquina, o seu direito é o mesmo.

Vá ao CHA DAS 5 no Caravela do Madeira todos os sábados a partir das 16 horas.

Ambiente requintado e acolhedor para o seu relacionamento social.

- Todos sábados teremos sorteios de valiosos brindes entre os presentes.

- No CHA DAS 5 quem manda são as mulheres.
- Venha ver o que é requinte.



banacre
BANCO DO ESTADO DO ACRE S.A.

Pague em dia suas contas em nossas Agências e Postos de Serviços.
Lá recebemos: Taxas de Água, Luz, Telefone, Imposto de Renda, FGTS, INPS, ICM, Taxa Rodoviária e outros Tributos.

20 ANOS SERVINDO A COMUNIDADE

Sancionada lei que cria o TRT

Foi sancionado pela Presidência da República o projeto de criação do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região a ser instalado em Porto Velho com jurisdição também no Estado do Acre. O que significa dizer que num prazo de 90 a 120 dias serão abertos o TRT, a Procuradoria Regional do trabalho e, em seguida, instaladas as Juntas de Conciliação e Julgamento sediadas em cinco municípios, sendo mais uma em Porto Velho.

O presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Velho, juiz Oswaldo Moura, espera para o início do próximo mês a presença do ministro do Superior Tribunal do Trabalho, Carlos Coqueijo da Costa, que instalará a Comissão que se responsabilizará por toda implantação do TRT que terá na Presidência um juiz togado vindo de Brasília, bem como todos os membros da Comissão. Coqueijo Costa irá também ao Acre por ser um Estado que será abrangido pela 14ª Região da Justiça do Trabalho.

A instalação será no atual prédio onde funciona o Detran na rua Costa e Silva que através de convênio foi cedido pelo Governo do Estado para funcionar o Tribunal. O Detran volta para o prédio antigo, próximo à Sucam.



O juiz Oswaldo Moura (E), na foto com sua filha e o vogal Almir Silva (D), prevê a instalação do Tribunal até novembro

JUIZES

Ontem, a 11ª Região, sediada em Manaus esteve reunida em sessão ordinária para cumprir o que determina a lei 7523/86 indicando nomes de três juízes de carreira que comporão o Tribunal, porque, de acordo com a lei sancionada, para compor o TRT serão necessários quatro juízes do trabalho presidentes de Juntas de Conciliação e Julgamento pelos critérios de antiguidade e merecimento e que estejam atuando na jurisdição do desmembramento, sendo assim, já existem três nomes: o do próprio juiz Oswaldo de Almeida Moura, do juiz do Acre, Pedro Pereira de Oliveira, e da juíza Eunice Botelho. O quarto nome, após a escolha de três, será enviado para Brasília e será escolhido pelo presidente Sarney. Mas ainda serão nomeados mais dois magistrados, também com investidura vitalícia.

Em novembro, para quando está prevista a instalação da 14ª Região, a presença que certamente terá à solenidade é a do ministro do Superior Tribunal do Trabalho que dará posse aos juízes em Brasília e depois posse local. Até que seja feita a eleição para presidente e vice-presidente do TRT, que têm o mandato para dois anos, ocupará a Presidência o juiz mais antigo sendo ele o atual juiz da Junta de Conciliação e Julgamento, Oswaldo Moura.

Também os juízes classistas serão nomeados pela Presidência da República e o atual vogal Almir Silva já é um dos que concorrerão à vaga. Após o aproveitamento de todos os servidores, será aberto concurso público para ocupação de cargos remanescentes.

Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Vilhena terão as suas Juntas de Conciliação e Julgamento e Porto Velho terá a sua segunda. As áreas de jurisdição de cada uma será a seguinte: Cacoal abrangerá também os municípios de Rolim de Moura, Pimenta Bueno e Espigão d'Oeste; Guajará-Mirim estendendo-se a Costa Marques; Ji-Paraná estendendo-se a Jaru, Presidente Médici e Ouro Preto d'Oeste; Vilhena prestará atendimento também em Colorado d'Oeste e Cerejeiras; enquanto Porto Velho estenderá sua jurisdição ao município de Ariquemes. Os novos municípios recentemente criados: Santa Luzia, Alvorada d'Oeste e Alta Floresta d'Oeste integrarão a jurisdição do Município que lhe deram origem, ou seja aos que pertenciam como distritos.

Com a criação das juntas que se dará logo após a instalação do TRT, ficará muito mais fácil para as localidades do interior que terão como resolver suas questões trabalhistas no seu próprio município ou no vizinho que abrange a jurisdição e não mais será necessário o deslocamento para Porto Velho.

NOVA PORTO VELHO IMÓVEIS

COMPRA, VENDE, ADMINISTRA E DOCUMENTA O SEU IMÓVEL
Av. Amazonas - nº 5103 - Bairro Nova Porto Velho - Porto Velho - RO.
Fones: 222-2516 e 222-3050 - CRECI 1708

JARDIM AMÉRICA: [illegible] terreno medindo [illegible], apenas $ 110.000. NPV IMÓVEIS - 222-2516 e 222-3050.
JARDIM DAS MANGUEIRAS: [illegible] casa pequena em alvenaria com 2 dormitórios, sala, cozinha e banheiro, terreno medindo 15x30m, apenas $ 150.000. NPV IMÓVEIS - 222-2516 e 222-3050 - REF. 606.
JARDIM IPANEMA: 02 lotes juntos medindo 30x40m, com área total de 1.200 m2. $ 45.000, de entrada e mais algumas prestações de $ 200, [illegible] NPV IMÓVEIS - 222-2516 e 222-3050 - REF. 601.
ÓTIMA IDÉIA: [illegible] medindo 1.700 m2 [illegible] $ 700.000. NPV IMÓVEIS - 222-2516 e 222-3050 - REF. 597.
CONJUNTO SANTO ANTÔNIO: Casa em alvenaria com 2 dorm., sala, cozinha e banheiro, [illegible] $ 530,00 mensais - NPV IMÓVEIS - 222-2516 e 222-3050 - REF. 601.
AV. AMAZONAS: Ótimo terreno medindo 15x30m, com ponto comercial em alvenaria [illegible] apenas $ 400.000. NPV IMÓVEIS - 222-2516 e 222-3050.
BAIRRO ALPHAVILLE: Casa pequena em alvenaria com 1 dorm., sala, cozinha, terreno medindo 10x30m, [illegible] apenas $ 80.000. NPV IMÓVEIS - 222-2516 e 222-3050.
JARDIM BELA VISTA: Casa simples em madeira com 1 dorm., sala e cozinha, terreno medindo 8x25m, [illegible] apenas $ 35.000. NPV IMÓVEIS - 222-2516 e 222-3050 - REF. 567.

OBS: TEMOS PARA VENDER ÓTIMOS TERRENOS NO JARDIM DAS MANGUEIRAS, MORADA LESTE, JARDIM [illegible] E VÁRIOS OUTROS LOCAIS, COM ÓTIMOS PREÇOS, CONFIRA - NOVA PORTO VELHO IMÓVEIS - 222-2516 e 222-3050.

RODA VIVA

SABOREIE A MELHOR PIZZA DA CIDADE * PIZZARIA

Sistema TELE-PIZZA, onde o freguês faz seu pedido através do telefone 221-6866, recebendo a pizza em sua casa em poucos minutos.

Além de musica ao vivo, você saboreia as mais finas pizzas de Porto Velho, dentro dos melhores padroes.

VENHA CONFERIR

A RODA VIVA fica na Rua Gonçalves Dias, com a Duque de Caxias.

Trabalhamos também com CARTÃO CARDÁPIO E CARTÃO BRAZILIAN FOOD.

VENDE-SE
Casa no Conjunto Santo Antônio
TRATAR p/ Tel. 221-4549

ESCRITÓRIO IMOBILIÁRIO DOIS AMIGOS
Administração e Corretagem em Geral, Creci 1652
7 de Setembro, Nº 894 1º andar sala Nº5
Fone 221-2746 - Centro. Em cima da Poupança BERON

APROVEITE

Temos diversos terrenos a venda em quase todos os bairros da Capital. Interessados procure-nos na Av. 7 de Setembro, 894. 1º andar, sala 05 - Fone: 221-2746.

ATENÇÃO

Srs. proprietários de Imóveis rurais quer comprar ou vender seu sítio, seringal ou fazenda, fazer um bom negócio, procure-nos na Av. 7 de Setembro, 894 1º Andar, sala 05 Fone: 221-2746.

Sr. proprietário o sr. tem imóveis para alugar e quer receber seu aluguel no dia certo independentemente de o inquilino ter pago, desde o dia que fizer o contrato com a administradora Dois Amigos, já está correndo o aluguel a seu favor. Venha conferir na Av. 7 de Setembro, 894 1º Andar, Sala 05 Fone: 221-2746.

CASA

Vende-se uma casa no 4 de Janeiro, 2 qtos, sala, cozinha e banheiro, terreno de esquina de 12X30. Preço a combinar. Tratar na Av. 7 de Setembro, 894, 1º andar, sala 5, fone: 221-2746, alto da Poupança Beron.

SÍTIO

Um sítio de 57 hectares ao lado da Vila Itapuã, perto da Mineração Jarunda com título definitivo, casa boa, bastante árvores frutíferas, uma pequena derrubada e pequenas benfeitorias. Preço apenas Cz$ 100.000,00. Interessados tratar Av. 7 de Setembro, 894 1º Andar, Sala 05. Em cima da Poupança Beron.

ÁGIO

Vende-se o ágio de um consórcio de um Escort 84, com 6 prestações pagas, mas como a prestação foi congelada passa a ser pago apenas Cz$ 950,00 por mês. "Mais informações tratar na Av. 7 de Setembro, 894 1º andar sala 5, fone: 221-2746.

TERRENO

Vende-se um terreno ao lado da Embrapa c/ área de 5.000m2, terreno maravilhoso p/ construção de casa de campo. Preço, uma verdadeira moleza, venha conferir 7 de Setembro, 894, 1º andar, sala 5, fone: 221-2746, alto da Poupança Beron.

PONTO COMERCIAL

Vende-se um ponto comercial c/ terreno de esquina c/ 394 m2 e uma pequena casa de alvenaria bem no centro de nossa capital. Firmas interessadas em instalar-se com comércio bancário, escritório de indústrias, salas p/ escritórios e apartamentos. Serve p/ qualquer negócio que o senhor desejar, por tratar-se de uma esquina no centro da cidade. Interessados procure-nos na Av. 7 de Setembro, 894, 1º andar, sala 05, fone: 221-2746 no alto da Poupança Beron.

PROCURE-NOS

Vende-se uma casa no conjunto Sto. Antônio, toda reformada por um preço que é só vendo. Para crer venha conferir. Rua 7 de Setembro, 894, 1º andar, sala 5, fone: 221-2746, no alto da Poupança Beron.

Vende-se um ponto comercial na Av. Amazonas, ter. c/ área de 1.200 m2 e 4 casas em madeira. Preço uma moleza. Tratar 7 de Setembro, 894, 1º andar, sala 5, fone: 221-2746, alto da Poupança Beron.

Vende-se ponto comercial com 3 salas em alvenaria, banheiro, ter. de 450 m2, com frente para Av. Amazonas. Preço só vendo para crer. Tratar na Av. 7 de Setembro, 894, 1º andar, sala 5, tel: 221-2746, alto da Poupança Beron.

Vende-se um terreno na Av. Campos Sales, de esquina e um ponto comercial, tem casa em alvenaria, preço uma moleza, venha ver. Tratar na Av. 7 de Setembro, 894, 1º andar, fone: 221-2746, alto da Poupança Beron.

PROCURE-NOS

COLÉGIO EINSTEIN

VESTIBULAR 87

MATRÍCULAS ABERTAS

APOSTILAS PROGRAMADAS POSITIVO (CURITIBA-PR)



INÍCIO DAS AULAS DIA 04 DE AGOSTO

JUNTE-SE AS MELHORES CABEÇAS

CHEVROLET É COM A SABENAUTO

MECANICA
LANTERNAGEM
PINTURA

SABENAUTO

EMPRESA DO GRUPO BENNESBY

Sabenauto - Comércio de Veiculos Ltda. Rua Padre Angelo Cerri s/n - Embratel
Porto Velho — Estado de Rondônia



CIRO Pinheiro

A COISA TA FICANDO PRETA nas ruas José de Alencar e Brasília. Pretíssima e bonita, bem do agrado dos moradores. Depois destas, o prefeito TOMAS CORREIA vai espalhar asfalto em outras vias, em vários pontos da cidade.//ARY DE MACEDO atesta hoje, em sua coluna, o desempenho do nosso Prefeito. Opinião válida//Todo mundo falando: vai mal a EXPOFEIRA deste ano. Nas principais atrações, nos bons nacionais e nos cavalos. Quem canta hoje: Ari Santos e os Rerampedes. Nunca ouvi falar, antes//e dia 3 de agosto chegando: DAVE MACLEAN e o Grupo SMOKEY. Quem toca é FERNANDO JOSÉ. A boate e o local ainda não foram decididos//O novo OLGA PORTE está na lanterna. Porto Velho com cinco jornais diários é a capital que tem mais jornais em circulação//Um repórter de vários esportes e fotógrafo do ALTO MADEIRA viaja de sábado a cidade de Ji-Paraná, para realizar a cobertura completa do IV JIB, melhor, só a Rede Globo no Copa.



O prefeito Tomás Correia, como todo nordestino, possui boa formação religiosa, daquela que vem do berço, e como cearense é um dos protegidos do "Meu Padim Pade Ciço", temente a Deus e por isso abençoado por natureza. Como Prefeito, Tomás tem procurado o apoio de todos os santos para que durante o seu mandato consiga realizar tudo aquilo que sonha, pois como político jovem tenciona ir longe na sua carreira, sem contar com possíveis fracassos no caminho a percorrer. Nesta foto Tomás recebe o apoio do Padre Vitório Dibitonto, vigário, há 11 anos, da Vila de Calama, no Rio Madeira. O apoio do padre Vitório, veio concretizado em forma de um rosário que Tomás passou a usar no pescoço. Na parede, com faixa e brasão o atual santo da terra, José, assiste tudo calado, sabendo que do seu apoio, também, depende o sucesso no nosso prefeito e de tantos outros que choram por este Brasil a fora, lamentando o estado de lamúria e quase falência em que se encontram seus municípios.



Perante o governador do Distrito 472, João Rosas Wady (em pé) Clovis José Rohr faz prova de fogo na presidência do Rotary Club de Porto Velho. Ao seu lado a esposa Sigrid Rohr.

HELENA

Noite Feliz



Pose: Adimir Gonçalves, Dra. Helena, Dr. Walter Waltemberg Silva (subprocurador geral da Prefeitura) e o dr. Nivan Costa.

Advogados, juízes, paraibanos, desembargadores, cearenses, políticos, poetas, nordestinos de muitos lugares, amigos e muitos amigos, tudo misturado numa noite de lua bonita, à beira da piscina, com belas vozes em desfile, canções do tempo passado. Somente a poesia de Helena Ceraulo (Pedrosa Maia) poderia descrever corretamente como foi a noite do seu próprio aniversário, ao lado do marido, desembargador José Clemenceau Pedrosa Maia, (presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia) e dezenas de convidados.



Às vozes, ao som do violão: Maria José Riqué, Rosângela Santos e a homenageada, Helena; numa mesa alegre, o desembargador Fouad Darweich Zacharias, em plena forma, sem parar de falar, descontando o tempo perdido ausente dos "u-tetis" da terrinha: política, reforma agrária, gostosas histórias (ou folclore) de Porto Velho mais antigo.

Enquanto, descontraidamente, os convidados conversavam e ouviam o "showzinho" muito agradável, o casal anfitrião com aquele simpático jeito nordestino comparecia às mesas ou atendia às chamadas telefônicas de amigos de vários Estados. Na hora do "parabens pra você" e de apagar as velinhas do bolo, houve fila para os abraços e em seguida para o jantar.



O bolo.....



.....o beijo

Em forma

DA VARIG À FAB, O TANQUE 707

De uma série de quatro, este é o primeiro Boeing 707-320-C entregue pela Varig à Força Aérea Brasileira. Após revisão geral, já feita nas oficinas da Varig, o avião será adaptado e transformado em tanque (para abastecimento, em vôo, dos caças F-5 e Mirage) na seção especifica da Boeing Military Aircraft Co. em Seattle, estado de Washington, EUA. Outros três 707 da Varig seguirão o mesmo caminho, com entregas graduais marcadas para julho e novembro próximos e março do ano que vem.

Jane Fonda continua investindo firme no campo da forma física. Depois do seu badalado livro e do video-cassete, Jane lança mais um cassete de exercícios, onde, com a ajuda de grandes fisiologistas reuniu os melhores exercícios para "criar uma linda silhueta, tonificar os músculos, queimar calorias e proporcionar um perfeito condicionamento aeróbico".

O cassete tem um pouco de tudo, desde uma aula para iniciantes, com duração de 33 minutos, até um programa completo de 55 minutos para a turma mais avançada. E tudo isso ao som da melhor música internacional. O cassete se chama "Jane Fonda's New Workout" e custa a "bagatela" de 39,95 dólares. O método de Jane Fonda, a se julgar pela figura de sua criadora, deve mesmo funcionar...

ADMINISTRADOR

Orador da Turma Presidente José Sarney, o acadêmico JORGE ALBINO SILVA GADELHA estará colando grau dia 1º de agosto, como Administrador de Empresas, na Universidade de Fortaleza - Unifor, em solenidade que será realizada no Ginásio Paulo Sarazete.

O novo Administrador é rondoniense, filho de Izabel e Durval Gadelha, ela tesoureira do INPS e ele escrivão do Cartório único de Porto Velho, ambos aposentados, atualmente residindo na Capital do Ceará.



Fuji lança novos filmes

Reunindo imprensa, distribuidores, técnicos, lojistas e fotógrafos, a Fuji Photo Film do Brasil lançou os novos filmes Super HR ISO 100 e ISO 400, produzidos no Brasil, com avançada tecnologia obtida em sua fábrica no Japão, que permite maior nitidez da imagem, cores mais vivas e brilhantes, e maior durabilidade dos filmes armazenados. Em seguida ao lançamento, nos salões do Rio Sheraton Hotel, a empresa recepcionou os convidados com um coquetel-buffet. Na foto, durante a recepção, Takeo Shiraishai, presidente da empresa, e Yasutomo Maeda, diretor gerente (sentados); atrás, Thoshiaki Yoshii, Wilson Vilella, Mario Hoshimoto, Makoto Kawakami, Pedro Toyama e Katsumi Nishida, gerentes de vendas no Estado do Rio. Também estavam presentes Sadawo Oba, gerente de Propaganda e Promoção, e Mauro Lima Wu, da agência Gima R/P, encarregada do lançamento.

GENTE

HUMSILKA AMORIM, formada em filosofia, conseguiu superar barreiras e entrar na Unir fazendo parte do seu corpo docente. Por merecimento e capacidade.

***

Ontem foi dia do aniversário da Sra. ZÉLIA ROLIM BADRA, esposa do Dr. Edson Jorge Badra, procurador de Justiça.

***

Dra. HELENA PEDROSA MAIA está a caminho (aéreo) da Paraíba, onde participa da festa de formatura da filha ELOA, em Letras. Retorna logo.

***

No Mirante 2 hoje é dia (e noite) de comemoração: aniversário da TIA ROSE, que recebe os parabéns dos inúmeros amigos.

***

LUIZ GLEYSMAN ALVES DE OLIVEIRA, advogado, comemorou aniversário dia 17. Gleysmann estará logo já, assumindo cargo de assessoramento no Juizado de Pequenas Causas.

***

O bem comportado MARCELO, filho de Ângela e Comandante Siqueira que moram no Rio de Janeiro, comemora os 4 anos sábado, por conta dos avós Arminda e professor Lourival Chagas.

***

Dia 22 (terça), comemorou idade nova o engenheiro JOÃO BATISTA ZIBETI, diretor do DNOS em Rondônia.

Atividade agropecuária

José Gonçalves Neto - Zootecnista

HISTÓRIA GEOGRÁFICA DO COELHO

A maioria dos autores assegura que o coelho doméstico provém do coelho selvagem europeu. Domesticando o coelho selvagem, os primeiros da cunicultura [illegible] de raças que [illegible].

Sua origem geográfica não está definida, [illegible] na península Ibérica. [illegible], acreditando-se que daí tenha emigrado para a Europa, [illegible], introduzindo-se nas regiões [illegible] até a época glacial, o que teria provocado a fuga para os países mais quentes (Espanha e África do Norte). Seu verdadeiro País de origem parece ser a Numídia, região importante da África do Norte, e calcula-se que foram os povos da África do Norte que introduziram os coelhos no continente, através da Espanha, ao mesmo tempo em que emigraram para a Europa.

Flupeme pleiteia apoio para as microempresas

A reivindicação da redução dos custos dos serviços bancários e a fixação de uma taxa especial de juros para financiamento às pequenas e médias empresas foi o assunto predominante, ontem, na reunião-almoço da Flupeme, em comemoração ao seu terceiro aniversário.

Antonio Guarnica, presidente do Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Cebrae), homenageado na reunião, salientou a dependência de uma decisão do Banco Central, acerca das propostas que apresentou recentemente aos principais agentes econômicos do Governo, de fixar os juros de financiamento em 1,4% ao mês, nas regiões Norte e Nordeste, e em 1,8% no Sul e Sudeste, ou destinar 5% do depósito compulsório dos bancos às pequenas e médias empresas, à taxa de 3% a.a.

Para o presidente da Associação Fluminense de Pequenas e Médias Empresas (Flupeme), Benedito Diaz Paret, os custos atuais do sistema bancário são inviáveis para as pequenas empresas, e exemplificou a cobrança de Cz$ 25,00 pelo desconto de um título de Cz$ 300,00, o que considera impraticável. Também Guarnica manifestou-se a respeito, e qualificou "os privilégios de que goza o sistema bancário" como "incompatíveis com a mudança econômica".

Benedito Paret lamentou, ainda, a situação de "milhares de pequenas empresas prestadoras de serviços, responsáveis por mais de 70% da atividade econômica fluminense, que estão com sua sobrevivência ameaçada pelo reajuste tabelado no preço de seus serviços, através do Decreto 2.284, e o recolhimento compulsório de 6% na emissão do faturamento pelo Imposto de Renda".

Contudo, o número de pequenas empresas no Estado é crescente, — em maio último houve 1900 novos registros — afirmou o presidente da Flupeme.

Benedito Paret, registrou que houve uma retomada do crescimento no Rio, especialmente no setor têxtil, liderada pelas pequenas e médias empresas de confecção, com uma taxa real de expansão de 29% desde outubro/85. Mas ele entende que muito deve ser feito para o estímulo das pequenas empresas, como uma profunda reforma do conjunto de leis que as regem e reivindica, entre outras coisas, a contribuição previdenciária como um percentual do faturamento, e não da folha de pagamento.

IMOBILIÁRIA NOSSA CASA

Imobiliária nossa casa

TERRENOS

Localizado no Jardim Novo Horizonte, próximo a Campos Sales, terreno medindo 10x50 -(500m²), com uma casa de alvenaria para ser terminada. Cz$ 25.000,00 - NOSSA CASA - Fones: 221-5800 e 221-5100 - Creci J-0327.

SALGADO FILHO - Perto da Pinheiro Machado, terreno medindo 10x35 -(350m), com pequena casa de alvenaria construída nos fundos - Cz$ 350.000,00 - NOSSA CASA - Fones: 221-5800 e 221-5100 - Creci J-0327.

EXCELENTE terreno medindo 10X50 (500m2), próximo ao centro, localizado na Rua Tenreiro Aranha com uma casa de madeira. Cz$ 150.000,00.

Localizados na Av. Costa e Silva, no setor industrial, terreno medindo 52,50 X 52,50 (2.625m2). Cz$ 220.000,00. NOSSA CASA - 221-5100/221-5800.

TERRENO medindo 10 X 35 (350m2), ao lado do Expresso Araçatuba, com toda documentação pronta. Preço Cz$ 40.000,00 - NOSSA CASA - 221-5100/221-5800.

No Pedacinho de Chão, sito à Rua João Pessoa, terreno com uma casa em madeira. Cz$ 60.000,00 - NOSSA CASA - 221-5100/221-5800.

VENDE-SE terreno em ótima localização para comércio, na Av. Alexandre Guimarães sub-esquina da Campos Sales, medindo 10X40, com uma casa em madeira. Cz$ 200.000,00 - NOSSA CASA - 221-5100/221-5800.

Localizado no Jardim Bela Vista, terreno plano medindo, 10x25 - 250m), próximo a Av. Campos Sales. Cz$ 25.000,00 - NOSSA CASA - Fone: 221-5800 e 221-5100 - Creci J.0327.

Localizado à Rua Padre Moreth, próximo a Av. Kennedy, excelente terreno med. 20x50 - 1.000m) - Cz$ 230.000,00 - NOSSA CASA - Fones: 221-5800 e 221-5100 - Creci J-0327.

CASAS

Residência em alvenaria, localizada no Bairro Ipase Novo, com 03 quartos, sala, cozinha, e WC, Cz$ 170.000,00 da seguinte forma - Cz$ 100.000,00 no ato e Cz$ 70.000,00 com 90 dias de prazo. NOSSA CASA - Fones: 221-5800 e 221-5100 - Creci J-0327.

No conjunto Ipase Novo, casa quitada, com 03 quartos, sala cozinha e banheiro Social, toda em alvenaria. Forma de pagamento: Cz$ 100.000,00 no ato do negócio e 90 dias depois uma parcela de Cz$ 90.000,00.

No Jardim Bela Vista, casa em madeira com 04 peças, com terreno de 300m2, Cz$ 45.000,00. NOSSA CASA - 221-5100/221-5800.

Localizada na parte alta do Jardim das Mangueiras, ao lado de ótimas residências, excelente casa em alvenaria, com 03 suítes, sala, copa, cozinha, WC social, jardim de inverno, piso todo em ardósia, dependência de empregada, terreno medindo 30x30 - 900m) - Cz$ 650.000,00 - NOSSA CASA - Fones: 221-5800 e 221-5100 - Creci J-0327.

TRANSFERE-SE uma casa no Residencial D. João Costa, com 02 quartos, sala, cozinha, banheiro, toda forrada e coberta em telha de barro. Cz$ 60.000,00.

ÁREA RURAL

No km 59 da BR-364, sentido Porto Velho R. Branco do Acre, com asfalto daqui a 02 meses, lote de terrenos medindo 50 hectares - cz$ 70.000,00 - NOSSA CASA - Fones: 221-5800 e 221-5100 - Creci J-0327.

VENDE-SE no sentido Porto Velho-Cuiabá, área de 55 hectares, com água muito boa e muito mata virgem, a 60 Km de Porto Velho Cz$ 60.000,00.

IMOBILIÁRIA NOSSA CASA

Emílio Quenhas Lobato

A reforma num campo de erros

Em 1961, no Governo de Jânio Quadros, atual prefeito de São Paulo, foi criado um grupo especial de trabalho que submeteu ao então presidente do Conselho dos Ministros, Tancredo Neves, um projeto de lei sobre a reforma agrária que não saiu da gaveta. O economista Ignácio Rangel fez parte desse grupo e tem em seu currículo uma vasta luta a favor de uma reestruturação no sistema fundiário nacional. Embora tenha levantado a bandeira da reforma agrária já nos anos 30, Rangel, que na época estava disposto a partir para luta armada, critica o atual projeto do Governo e não vê nenhuma alteração no modelo de produção da agricultura, com sua efetivação.

"Estão querendo implantar a mesma reforma que defendíamos há mais de 40 anos e isso é um absurdo. Nós aqui no Brasil, antes de fazermos uma reforma agrária, já temos um processo de industrialização nos moldes dos grandes países capitalistas. Qualquer mudança fundiária que não for compatível com esta industrialização está errada. O pequeno camponês, com suas técnicas ainda rudimentares e com pouquíssimos recursos, não pode competir com o grande fazendeiro capitalista, que surgiu como uma dissidência progressista dos latifundiários feudais".

Por estas razões, Rangel acredita que a reforma vai privilegiar os grandes fazendeiros antes de mais nada, porque, "no fundo, todos querem vender bem suas terras". Além de promover conflitos, ao priorizar áreas de tensões para desapropriação, o Governo ainda está facilitando a especulação. "Quando aparece no mercado ainda como grande comprador de terras, o Estado torna seus preços simplesmente proibitivos, de modo que a inefável "reforma" será natimorta", afirmou.

Ignácio Rangel foi um dos membros da assessoria econômica da Presidência da República e do Conselho Nacional do Petróleo no Governo Getúlio Vargas e tem vários trabalhos publicados. Entre eles "A Inflação Brasileira", em 1963, e a "Questão Agrária Brasileira", em 1962. Foi também presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro em 1983.

A produção no campo será a mesma com ou sem as metas das mudanças

JC — O senhor defendeu a reforma agrária na década de 30 e mais tarde em 50, por que agora, quando ela está prestes a ser efetivada, suas posições têm sido tão contrárias?

Ignácio Rangel — A reforma agrária que deve ser feita agora tem que ser completamente diferente daquela que defendíamos em 1930. A razão é simples; na década de 30 não havia a industrialização que temos hoje, uma indústria pesada, equipamentos agrícolas modernos. Não havia indústria química e nem mão-de-obra especializada. Então o camponês iria trabalhar em suas terras da mesma forma como trabalhava nos latifúndios. A questão, na época, era saber quem era o dono da terra.



Ignácio Rangel diz que o lucro maior será dos latifundiários

JC — A questão de hoje seria como o pequeno camponês em seu pequeno hectare vai poder competir com tecnologia dos grandes fazendeiros?

Ignácio Rangel — Não vai poder competir, é claro. As opções atuais são as de trabalhar em terra própria à maneira antiga ou dentro de técnicas modernas, mas em fazendas capitalistas, como um bóia-fria, que é um semiproletário rural. Este é um problema que atinge cinco milhões de bóias-frias.

JC — Com a reforma este número não seria reduzido?

Ignácio Rangel — Não. O bóia-fria é o camponês sem terra. Está-se prevendo dar terras a este homem, estão querendo fazer o que não fizemos, mas se esqueceram que as coisas mudaram. Temos uma agricultura moderna com produtividade muito alta. Os problemas de hoje são outros.

JC — Quais?

Ignácio Rangel — Por exemplo: O que é que a família camponesa vai fazer no período de tempo em que a fazenda capitalista não a utiliza? Antigamente ela vivia dentro do latifúndio e trabalhava na lavoura de interesse do proprietário e nos tempos livres trabalhava para autoconsumo, construíam casa e produziam uma economia familiar. Mas isso só pode ser feito se a família tem uma casa, mas não é isto o que está acontecendo. É preciso distinguir esta atividade não-agrícola da agricultura propriamente dita. Se o camponês é um desarraigado, se a sua família se desagrega não há estrutura para esta produção. Sua família parte para as cidades aumentando as favelas, que nada mais são do que a trágica encarnação do problema de bóia-fria. Se der sorte, os filhos se tornarão operários, se não, serão trombadinhas. É uma situação dramática. É preciso reverter este quadro.

JC — De que forma?

Ignácio Rangel — Dando à família camponesa um lote de terra que não esteja dentro de nenhuma fazenda, mas em aldeias. A formação de aldeias que abriguem os novos proprietários é fundamental. Dependeria do Governo dar uma casa a cada família e criar infra-estrutura que possibilite a permanência do camponês. Escolas, postos de saúde, estradas e facilidade de acesso para vender sua produção. Os trabalhadores rurais podem depender do Estado, mas jamais do grande latifundiário.

JC — Mas o Governo está dando prioridade para a desapropriação de áreas de conflitos, que são próximas às grandes fazendas capitalistas.

Ignácio Rangel — Este é o perigo. Se a União considera prioritária as áreas de conflito significa que quem estiver interessado em desapropriar suas terras vai criar conflitos. O Governo deveria dizer que não compraria terras onde houvesse qualquer conflito. Privilegiar para efeito de desapropriação as áreas convulsionadas é o mesmo que promover novos conflitos e invasões. O trabalhador rural de um modo geral, nunca entra em disputa para conquistar um direito novo. Geralmente briga para preservar os direitos que está perdendo. O que está errado neste esquema é que estando as tensões em regiões de latifúndios isso vai estabelecer uma relação de dependência bastante inconveniente.

JC — Neste sentido os latifundiários não estariam sendo duplamente privilegiados quando têm suas terras em conflito desapropriadas e quando é embolsado por uma área que de certa forma já não era dele?

Ignácio Rangel — Ele vai expulsar o camponês para ter a terra livre e vender. Os proprietários não estão contra a reforma, se é isso o que você está perguntando, eles têm terras e não sabem o que fazer com elas. Os latifundiários querem que o Governo leve adiante a desapropriação. O ministro Brossard sabe disso, porque ele mesmo é um latifundiário.

JC — O senhor acredita que o Governo está conduzindo uma reforma que antes de mais nada vai privilegiar o grande fazendeiro?

Ignácio Rangel — O Presidente da República é proprietário de terras, embora tenha terra [illegible].

Ao adquirir terra, o Estado inflaciona os preços e causa novos atritos

JC — Todos os governos em que se falou em Reforma Agrária eram formados por grandes fazendeiros, inclusive o de João Goulart.

Ignácio Rangel — Principalmente o de João Goulart. Naquela época havia um jogo de faz-de-conta. Hoje os latifundiários tomaram interesse pela Reforma. Nos anos 30, sabíamos que a Reforma não viria de mão beijada e estávamos dispostos a pegar em armas e ir para o campo. Só com a luta armada é que a Reforma seria concretizada. Hoje também vemos esta luta armada.

JC — Só que não mais por parte de intelectuais urbanos, mas dos próprios camponeses.

Ignácio Rangel — As necessidades são outras. Surgiram fazendeiros diferentes deste período que precisam de mão-de-obra assalariada e para quem a Reforma é muito positiva. Se ele paga a um camponês que trabalha por seis meses um salário anual, é lógico que a carga fica muito alta. No entanto, se este camponês nos outros seis meses tem sua própria terra para cultivar, os encargos deste fazendeiro diminuem. Os latifundiários estão divididos em dois grupos. O tradicional, que emocionalmente resiste, mas que no fundo quer vender suas terras e o empresário capitalista, que utiliza parte de suas fazendas com moderna tecnologia e para quem também é vantagem vender outras áreas. A luta não é um confronto entre duas classes, mas a opção entre duas ordens de interesse das mesmas pessoas.

JC — Qual destes dois grupos está sendo representado pela UDR, União Democrática Ruralista?

Ignácio Rangel — Do ponto de vista subjetivo, emocional, todos se sentem roubados. Mas na realidade o que todos querem é vender bem suas terras. Estes fazendeiros capitalistas não têm consciência política de que são diferentes dos latifundiários tradicionais e tendem a aliar-se a eles. A questão é que enquanto as terras estiverem ocupadas eles terão dificuldades em vender e elas serão pouco valorizadas. Se meu apartamento tiver alugado ele valerá bem menos. O Governo está pretendendo comparecer ao mercado como grande comprador de terras e com isso o preço subirá vertiginosamente.

JC — Em outras palavras, além de promover conflitos o Estado está também promovendo a especulação.

Ignácio Rangel — Exatamente.

JC — A produção agrícola não vai ser alterada com a Reforma Agrária?

Ignácio Rangel — Não vai passar por nenhuma alteração.

JC — Mesmo se a produção do camponês for dirigida a um mercado diferente da produção do fazendeiro capitalista?

Ignácio Rangel — Mesmo assim, os métodos são diferentes. Você vai dar terra a um camponês sem aparelhá-lo. Se der a ele o direito de vender suas terras ele a venderá. Se der a ele o direito de hipotecar suas terras, ele as hipotecará. Ou até o Banco do Brasil, retirará o dinheiro e nunca mais voltará. É inviável competir com uma agricultura de larga escala. Ele pode, inclusive, receber uma terra que não servirá para cultivo de qualquer cultura. O que adianta dar ao camponês um lote de terra no cerrado? Ele não vai fazer nada.

JC — Está muito em moda um ditado que diz que todo mundo aprova a reforma agrária desde que tudo continue como está. No fundo é isso?

Ignácio Rangel — Na realidade é isso. Nos anos 30 nós achávamos que para industrializar o País era necessário fazermos uma total modificação na estrutura fundiária. Nós, na realidade, não estávamos pensando em reforma agrária, mas em industrialização. Passaram-se muitos anos até que chegamos à conclusão de que estávamos errados.

O projeto não propõe qualquer alteração no modelo básico da agricultura

JC — O senhor disse que a produção agrícola não vai se alterar com a reforma agrária. Neste caso os créditos subsidiados também vão continuar?

Ignácio Rangel — Claro que vão continuar. Como é que o Governo está resolvendo seu problema de abastecimento? Importando, e vai continuar importando. O atravessador força uma baixa no preço dos produtos quando compra, com isso desestimula a produção, desestimulando há escassez. O que acontece?

Ele ganha quando compra e ganha quando vende. O que o Governo tem que fazer nestes casos é passar por cima dos intermediários, garantindo bons preços para que não se limite à produção. O problema é que o Estado acha que a solução mais razoável é importante.

JC — O senhor vê alguma mudança significativa no perfil da reforma com a entrada de Dante de Oliveira no Mirad?

Inácio Rangel — Parece que está tudo igual. Ou talvez, quem sabe, o ministro Nelson Ribeiro tenha pretendido desapropriar terras de um grupo e o ministro Dante tenha planos de mexer com outra facção. Venceu o mais forte.

JC. A mudança terá reflexos puramente políticos?

Ignácio Rangel — Não tenho dúvidas.



As Forças Armadas

João Emílio Falcão (*)

A Comissão provisória de Estudos Constitucionais, que ora debate suas maravilhosas idéias nas serranias de Itaipava, pode incluir no acervo de suas realizações o mérito de haber antecipado as restrições que as esquerdas farão às Forças Armadas na Assembléia Constituinte. O estranho comportamento desse "notáveis", muitos dos quais outrora entusiastas defensores da ação dos militares, é mais umc amostra de como em certas épocas a mudança de opiniões é uma constante.

A decisão de extinguir o serviço militar obrigatório tem conotações graves que não podem ser reduzidas à conveniência da sua transformação em prestação de obrigações civis. Ninguém desconhece quanto o sistema de recrutamento é fundamental para que as Forças Armadas estejam presentes em todo o País, inclusive em rincões desconhecidos dos "notáveis", até nos nomes. Antes de pensar em acabar com a obrigatoriedade, eles deveriam fazer uma visita aos pelotões de fronteiras se puderem sair do conforto de Itaipava.

A criação do serviço militar, no início do século, foi uma conquista da pregação cívica do poeta Olavo Bilac. O patriotismo despertado por sua campanha deixou marcas em nossa História. Mesmo que não existisse mais nenhuma das razões de segurança que embasaram a instituição desse dever público, ter-se-ia de preservá-lo por suas consequências cívicas, pela lição de brasilidade e cidadania dada aos recrutas.

A decisão da Comissão é, isolada, um equívoco, mas ela se complementa com a intenção de retirar das Forças Armadas a segurança interna, da qual se tem incumbido desde sua origem. O fato de os "notáveis" terem mudado de propósito após a reação dos ministros militares não altera. No máximo prova que o estranho comportamento de muitos não surpreende.

Fundamental é a manifestação que ficou, ou seja, a condenação da participação das Forças Armadas na vida nacional. Os militares, para as esquerdas, precisam ficar caracterizados como profissionais, o que justificaria a extinção do serviço militar obrigatório, defendida com argumentos diversos. Em termos políticos, essa estratégia - a separação do Exército na Rússia - foi conveniente para a implantação e consolidação do regime comunista. Por isto, o Exército sempre teve os observadores do partido.

Essa discussão é, apenas, preliminar do que haverá na Constituinte. Não faltará, nela, quem tenha coragem de acusar as Forças Armadas, o Exército em particular, de haver atuado na guerrilha do Araguaia "contra a vontade do povo" e quem aponte, como crime, a defesa da soberania contestada por influência do exterior.

Será ingenuidade supor que o debate sobre os militares não trará esses temas ou que não aparecerão discípulos aplicados do historiador Nelson Werneck Sodré.

Discordar da intervenção política das Forças Armadas, não aceitar que ajam como tutoras da Pátria, é um dever democrático. Contudo, procurar contestar sua finalidade, amesquinhá-las, negar seu civismo e patriotismo, é um crime que afetará a Nação e pelo qual todos pagaremos, principalmente os omissos que estão em cima do muro.

(*) Colaborador

(Transcrito do Correio Braziliense, de 04 de Jul 86).